



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SILVANA CRISOSTOMO DA SILVA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A
QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise de seus fundamentos teórico-
metodológicos e ídeo-políticos**

RECIFE

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SILVANA CRISOSTOMO DA SILVA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A
QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise de seus fundamentos teórico-
metodológicos e ídeo-políticos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria das Graças e Silva.

RECIFE

2015

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586p Silva, Silvana Crisostomo da
Produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental:
uma análise de seus fundamentos teórico-metodológico e ídeo-político /
Silvana Crisostomo da Silva. - Recife: O Autor, 2015.
150 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria das Graças e Silva.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de
Pernambuco. CCSA, 2015.
Inclui referências e apêndices.

1. Capitalismo contemporâneo. 2. Produção de conhecimento e questão
ambiental. 3. Serviço Social. 4. Sincretismo. I. Silva, Maria das Graças e
(Orientadora). II. Título.

361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2016 – 007)

SILVANA CRISOSTOMO DA SILVA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A QUESTÃO
AMBIENTAL: uma análise de seus fundamentos
teórico-metodológicos e ídeo-políticos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 31/08/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças e Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Raquel Cavalcante Soares (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Nailsa Maria Souza Araújo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

Se escolhermos uma profissão onde possamos trabalhar pelo bem da humanidade, não nos curvaremos perante suas dificuldades porque será um sacrifício em nome de todos. Não sentiremos uma alegria limitada, egoísta e pobre. Ao contrário, nossa felicidade pertencerá a milhões. Nossos atos terão uma existência silenciosa, porém eterna, e sobre nossas cinzas os mais nobres homens derramarão lágrimas

sinceras+

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

À Maria das Graças e Silva, pela orientação deste estudo e acompanhamento de minha trajetória acadêmica nos últimos cinco anos, contribuindo para debates e reflexões fecundas sobre a profissão, questão ambiental, luta e vida. Agradeço imensamente sua compreensão, firmeza (quando necessária) e carinho durante esta laboriosa caminhada.

À Valdilene Viana, Nailsa Araújo e Raquel Soares, pelas fundamentais contribuições para o desenvolvimento da pesquisa, através das participações nas bancas de qualificação do projeto e defesa da dissertação.

À Joana Valente, pessoa querida que encontrei nas andanças pelo mundo. Durante o XIII ENPESS, em Juiz de Fora, ao falar de minhas pretensões, ouvi as palavras: "não vá com a certeza de que você já passou, mas também não vá com a insegurança de que não vai passar", fundamental incentivo para ingressar no presente curso.

A Félix Escobar (o "brachileno"), pela revisão do resumo em espanhol.

Aos meus pais, Celia Maria e Humberto Crisostomo, por acreditarem em mim e pelo apoio para trilhar meus sonhos. Ao meu sobrinho, Lucas Crisostomo, por me distrair e me encantar com seu aprendizado e ingenuidade da tenra infância.

A Amauri Lins, por ter proporcionado leveza e confiança nesse processo. Companheiro das mais deliciosas horas e também dos difíceis momentos.

À Isabel Cristina, Daniele Silva, Josi Lins e Amanda Lins, pelo aconchego, cuidados e amor.

À Milena Freitas e Fabrícia Gomes, porque sem vocês esse curso de mestrado não teria sido o mesmo. Juntas, partilhamos ansiedade, angústia e desabafos, mas também muitas risadas, solidariedade, amor e cervejas geladas.

À Leandra Siqueira, Mércia Lima, Josemir Lúcio, Marília Lima, Thiago Pereira, Veridiana Alves, Bruno Pereira, Mirella Lima, Eduardo Mara, Gleisa Campigotto e Marta Alves pela companhia e amizade. Vínculos fraternos que perpassam a infância, 5ª série, vizinhança, pré-vestibular, graduação, militância, prévia carnavalesca e mesas de bares, ao longo desses anos.

Ao Levante Popular da Juventude e Consulta Popular, ambos de Recife, que apesar de minhas limitações/privações se constituíram no elo com a luta do povo brasileiro.

Gratidão a todas e todos!

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com o cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certezas na forma de muro,
orgulhando-se de seu casulo.

Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.

Mesmo o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas.
É meta da forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa.

(AULA DE VOO . Mauro Iasi)

RESUMO

Este estudo trata da incorporação da problemática socioambiental pelo Serviço Social a partir da produção de conhecimento nesta área. A questão ambiental se acirra com a crise estrutural do capital e torna-se evidente mediante diversos fenômenos, como as mudanças climáticas; a poluição da água, do solo e do ar; a desertificação; a extinção de inúmeras espécies animais e vegetais, dentre outras, o que por sua vez, expõe as contradições entre as necessidades de expansão do modo de produção capitalista com a exploração da natureza e a finitude dos recursos naturais, posto que ameaça as condições de reprodução de diversos ecossistemas planetários. Nas últimas décadas, a sociedade (organizações internacionais, governos e setores privados) se empenhou em fomentar definições e conceitos sobre a questão ambiental, além de traçar estratégias para seu enfrentamento, configurando-se em uma temática bastante controversa. Nesse processo, os (as) assistentes sociais são chamados para atuar - tendo em vista que o Serviço Social se constitui em uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho - configurando um novo campo interventivo, fomentando, igualmente, uma incipiente produção de conhecimento sobre a temática. O objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as dimensões teórico-metodológicas e ídeo-políticas que nortearam a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental. Para isso, nos baseamos no método de análise marxiano e adotamos a metodologia da análise documental e bibliográfica, a partir dos anais do XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e artigos da Revista *Katálysis* (edição *Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais*). A análise da realidade, a partir dos dados supracitados, indicou que a problemática socioambiental vem sendo incorporada pela profissão e sua apropriação vem ocorrendo através de múltiplas influências ídeo-políticas, polarizadas entre a *ecossocialista* e *ecocapitalista*, sendo que esta última agrega a *ecodemocracia* e a *ecoirracionalidade*. No campo teórico-metodológico, os (as) profissionais do Serviço Social recorrem às correntes de base marxiana/marxista, positivista, fenomenológica e pós-moderna. Esse movimento parte tanto de um *rigor teórico* desenvolvido tanto pelas correntes crítica e (neo) conservadoras, como também do *sincretismo* com a confluência dessas matrizes. Esta última dimensão configura-se em uma tendência predominante nos dados analisados.

Palavras-chave: Questão ambiental; capitalismo contemporâneo; Serviço Social; produção de conhecimento; sincretismo.

RESUMEN

Este estudio trata de la incorporación de la problemática socio ambiental por el servicio social a partir del conocimiento de la producción en esta área. El problema ambiental se estimula con la crisis estructural del capital y se torna evidente mediante diversos fenómenos, como los cambios climáticos; la polución de la agua, del suelo y del aire; la desertificación; la extinción de innumerables especies, animales y vegetales, entre otras, lo que a su vez expone las contradicciones entre las necesidades de expansión del mundo de la producción capitalista con la exploración de la naturaleza y la finitud de los recursos naturales, puesto que amenaza las condiciones de reproducción de diversos ecosistemas planetarios. En las últimas décadas, la sociedad (organización internacional, gobiernos y sectores privados) se empeñó en fomentar definiciones y conceptos sobre el problema ambiental, además de trazar estrategias para su enfrentamiento, configurándose en una temática bastante controversial. En este proceso, los (as) asistentes sociales son llamados para actuar, teniendo en vista que el servicio social se constituye en una profesión insertada en la división socio técnica del trabajo, configurando un nuevo campo donde intervenir, fomentando igualmente, una incipiente producción de conocimiento sobre la temática. El objetivo de la investigación consistió en analizar las dimensiones teóricas-metodológicas e ideo-políticas que nortearan a producción de conocimiento del servicio social sobre el problema ambiental. Para eso, nos basamos en el método de análisis marxiano y adoptamos la metodología de análisis documental y bibliográfico, a partir de los anales del XII y XIII encuentro nacional de investigadores en servicio social (ENPESS) y artículos de la revista *Katálisis* (edición relaciones sociales, desenvolvimiento y problemas ambientales). El análisis de la realidad, a partir de los datos citados anteriormente, indica que la problemática socio ambiental viene siendo incorporada por la profesión y su apropiación viene ocurriendo a través de múltiples influencias ideo-políticas, polarizadas entre la ecosocialista y ecocapitalista, siendo que esta última agrega la ecodemocracia y la ecoirracionalidad. En el campo teórico-metodológico, los (as) profesionales del servicio social recorren las corrientes de base marxiana/marxista, positivista, fenomenología y pós-moderna. Ese movimiento parte tanto de un rigor teórico desenvuelto tanto por las corrientes críticas y (neo) conservadoras, como también del sincretismo como la influencia de esas matrices. Esa última dimensión se configura en una tendencia predominante en los datos analizados.

Palabras claves: problema ambiental; capitalismo contemporáneo; servicio social; conocimiento de producción; sincretismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS . Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABRASCO Ë Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ANVISA Ë Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BID Ë Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAPES . Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS Ë Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CMMAD Ë Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CO² Ë Dióxido de Carbono

DS Ë Desenvolvimento Sustentável

EAD Ë Ensino à Distância

EIA Ë Estudo de Impacto Ambiental

ENPESS . Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

EPMARX Ë Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas

EUA Ë Estados Unidos da América

FHC Ë Fernando Henrique Cardoso

FIOCRUZ Ë Fundação Oswaldo Cruz

FMI Ë Fundo Monetário Internacional

GAP Ë Gestão Ambiental Pública

GTP . Grupo Temático de Pesquisa

IBGE . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICICT Ë Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

INCA Ë Instituto Nacional do Câncer

INPE Ë Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPPUR Ë Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

LIS Ë Laboratório de Informação em Saúde

MAB Ë Movimento dos Atingidos por Barragens

MEC Ë Ministério da Educação

MMA Ë Ministério do Meio Ambiente

MST . Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG Ë Organização Não Governamental

ONU Ë Organização das Nações Unidas

PIBIC . Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAS Ë Política Nacional de Assistência Social

PNMA Ë Política Nacional do Meio Ambiente

PNRS . Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUD Ë Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA . Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGSS Ë Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

PROMABEN Ë Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova

RBJA Ë Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RIMA Ë Relatório de Impacto Ambiental

SCIELO . Scientific Electronic Library Online

SNUC Ë Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC Ë Unidade de Conservação

UDR Ë União Democrática Ruralista

UFA Ë Unidade de Formação Acadêmica

UFAM Ë Universidade Federal do Amazonas

UFPE . Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ Ë Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC . Universidade Federal de Santa Catarina

UICN Ë União Mundial para a Natureza

UNIDERP Ë Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal

UNIPAR Ë Universidade Paranaense

UNIT . Universidade Tiradentes

UNITINS É Fundação Universidade do Tocantins

UNIVALI É Universidade do Vale do Itajaí

URSS É União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 01** **É** As regiões geográficas e os Estados que originaram os documentos sistematizados na análise da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental.....101
- QUADRO 02** **É** Grupos temáticos das áreas de atuação dos (as) assistentes sociais na questão ambiental.....104

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 É Distribuição dos conflitos por Estado e região.....	102
--	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. QUESTÃO AMBIENTAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL.....	25
1.1. Relação entre natureza e ordem do capital em crise.....	27
1.2. Questão ambiental e produção de conhecimento do Serviço Social: novo campo interventivo e velhos dilemas profissionais.....	40
2. BLOCOS ÍDEO-POLÍTICOS E TESES NORTEADORAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL.....	58
2.1. Ecosocialismo e atualidade do método marxiano.....	64
2.2. Ecodemocracia: conservação do meio ambiente e justiça ambiental em debate.....	67
2.2.1. Conservação ambiental e desenvolvimento sustentável: possibilidade ou retrocesso?.....	69
2.2.2. Justiça ambiental e a valorização da democracia.....	81
2.3. Ecoirracionalidade e saber ambiental: a busca por uma nova racionalidade.....	92
3. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise dos fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos.....	95
3.1. Procedimentos metodológicos.....	96

3.2. Análise documental dos anais do XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).....	100
3.3. Análise bibliográfica da Revista Katálysis É edição Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais.....	123
3.4. Tendências e desafios contemporâneos a partir da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
APÊNDICES.....	146

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, algo em comum chama a atenção da população mundial: as notícias de desastres socioambientais, como enchentes, furacões, tsunamis; as mudanças climáticas, com o aquecimento global, que alterna drasticamente as temperaturas nos mais variados cantos do globo terrestre; o desgaste do solo pelo desmatamento tanto para a finalidade da agricultura e pecuária como pela extração de madeira para venda; a contaminação da terra e dos lençóis freáticos pelo lançamento de efluentes e despejo inadequado de resíduos sólidos¹, etc..

No Brasil, evidencia-se o progressivo desflorestamento da Amazônia, em especial no sul e leste, que em 2010 contou com 249.274 focos de queimadas e incêndios (IBGE, 2015). Quanto ao modelo de agricultura, o chamado *agronegócio*, vale destacar: a intensidade do uso de agrotóxicos mais que dobrou entre 2000 e 2012 (ibid)².

Essa alarmante realidade se intensifica a cada dia e as explicações são das mais diversas ordens. Nesse sentido, a problemática socioambiental para os *religiosos* representa castigos de entidades divinas pela ausência de moralidade na sociedade; para a *biologia*, uma desordem no ciclo natural dos seres vivos, promovida pela ação humana; os *adoradores da tecnologia* argumentam a todo custo que a situação é por falta de técnicas, instrumentos e maquinarias adequadas; há, ainda, os que responsabilizam a alta natalidade, leia-se: dos pobres, e a falta de consciência ambiental dos mesmos (neomalthusianos).

¹ A humanidade já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. Se os padrões de consumo e produção se mantiverem no atual patamar, em menos de 50 anos serão necessários dois planetas Terra para atender nossas necessidades de água, energia e alimentos. Disponível em <www.geomundo.com.br>.

² Desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa. Segundo o Dossiê Abrasco - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde [...], 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Ainda mais, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), os brasileiros consomem, individualmente, um galão de cinco litros de veneno a cada ano. Disponível em: <www.brasil.elpais.com>. Acesso em: 01- mai.2015.

A ideologia³ burguesa desconsidera, em sua essência, o critério de verdade: a realidade. Os analistas socioambientais+ perdem-se na aparência, no fato dado, encontrando interpretações superficiais, que lhes aproximam ao senso-comum⁴. Marx (1984, p. 951) afirmou: % toda ciência seria supérflua se a aparência, a forma das coisas fosse totalmente idêntica à sua natureza+. Dessa forma, torna-se fundamental o desvelamento do aparente para apreender os fenômenos em sua totalidade.

Este estudo toma como referência o método em Marx, o qual não pode ser considerado como %salvação+, nem dogma, mas revolucionou a produção de conhecimento e a história ao possibilitar o desvelamento da dinâmica e estrutura da sociedade de classes⁵, especificamente, a sociedade capitalista. Na atualidade, estudiosos que se fundamentam no método de base marxiana apontam o reconhecimento da barbárie inerente a tal sociabilidade e afirmam a necessidade de mudanças concretas na história dos homens e mulheres.

Na ordem do capital, a produção é coletiva e a acumulação gerada torna-se privada, uma minoria detém os instrumentos de trabalho e a matéria prima, contradição fundamental deste sistema de produção. Dessa forma, o capital sustenta-se na inerente desigualdade social, criam-se % crescentes riqueza e miséria, desenvolvimento cada vez maior das capacidades humanas e ao mesmo tempo de desumanidades+(LESSA; TONET, 2008, p.68).

O sistema capitalista degrada a vida, submetendo a massa pauperizada às precárias condições de sobrevivência, de igual maneira, degrada a natureza, tornando-a um elemento rentável, à mercê da ganância do sistema. Produz, assim, crescentes desigualdades no acesso aos recursos naturais do planeta e sua contínua dilapidação.

³ %Uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada na sociedade de classes+(MÉSZÁROS, 2004, p.65).

⁴ Para Vázquez (1977), o senso comum é o ponto-de-vista do praticismo; prática sem teoria, ou com o mínimo dela.

⁵ %A sociedade de classes possui uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive do poder político institucionalizado e, portanto, do poder de monopolizar o controle do Estado e de suas funções), quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais.+(FERNANDES, 1972, p.33).

A partir do método materialista histórico dialético, apreendemos a questão ambiental como «conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano» (SILVA, 2012, p.107). Ainda pode-se afirmar,

[...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo. (SILVA, 2010, p.67)

As contradições entre as necessidades de expansão do modo de produção capitalista e a finitude dos recursos naturais se aprofundam visto a *crise estrutural do sistema do capital*. Esta última foi categorizada por Mészáros (2008, p. 8), como «séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos».

Na contramão de uma análise crítica, as discussões em torno de modelos de desenvolvimento *versus* preservação da natureza propõem uma indagação central: *como seria possível desenvolver economicamente sem afetar a natureza, visando as presentes e futuras gerações?* Este questionamento surge em meados de 1970, a partir da Conferência de Estocolmo (1972), impulsionada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na década seguinte a ONU cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) para elaboração de estudos, dos quais se produziu o *Relatório Burtland*, originalmente denominado «Nosso Futuro Comum». A análise contida no referido estudo dá a luz ao conceito de *desenvolvimento sustentável*.

Desenvolver sustentavelmente a sociabilidade capitalista significa «a competência da humanidade em garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras» (INPE, 2012). Esse ideário se perpetua, fortemente, do final do século passado aos dias atuais. Silva (2012, p. 107) aponta que o desenvolvimento sustentável,

Trata-se de uma formulação de caráter supraclassista, a qual propala que todos os humanos somos responsáveis, indiferenciadamente, pela dilapidação do planeta . esmaecendo a profunda desigualdade de classes tanto na apropriação dos recursos naturais quanto na produção de dejetos.

Em meio à disputa ídeo-política e teórico-metodológica acerca da relação sociedade e natureza surgem novos campos ocupacionais e novas demandas para o bojo das profissões existentes, aí incluído o Serviço Social. Dessa forma, %a temática ambiental vem interpelando o Serviço Social brasileiro [...], seja diretamente como espaço de intervenção seja como campo de pesquisa+ (SILVA, 2010, 145), permeada pela lógica de expansão com base nas necessidades e na dinâmica posta pelo capitalismo.

A produção de conhecimento da profissão sobre a questão ambiental tem sido objeto de estudos para várias autoras (CARNEVALE, 2009; RAFAEL, 2008; SANTOS, ARAÚJO, 2012). As pesquisas até então desenvolvidas apresentam, em suma, duas tendências profissionais quanto à questão ambiental: 1) voltada para ecologia, aponta o desenvolvimento urbano-industrial como causador dos danos ambientais em conjunto com a falta de consciência ambiental da população. Dessa forma, almeja a educação ambiental como via resolutiva da problemática socioambiental; 2) respalda-se na perspectiva crítica, vinculando a questão ambiental à lógica predatória do capital e aponta a necessidade de superação desta sociabilidade (RAFAEL, 2008).

Diante desse quadro, pode-se afirmar que os tensionamentos existentes na sociedade de classes . a existência de distintos projetos societários . , recaem sobre a produção de conhecimento do Serviço Social em relação à questão ambiental. Nesse sentido, cabe indagar-se: atualmente, a aproximação do Serviço Social à temática ambiental dá-se pela afirmação do policlassismo ou avança para uma consciência crítica frente aos determinantes da destrutividade ambiental? *Quais concepções teórico-metodológicas e ídeo-políticas informam a produção de conhecimento do Serviço Social no tocante à temática socioambiental? Qual a apreensão da questão ambiental que fundamenta os documentos e textos analisados? Que estratégias de enfrentamento apontam?* As tendências e os

questionamentos apresentados marcam o ponto de partida do desenvolvimento dessa pesquisa.

As inquietações acerca da incorporação da problemática socioambiental pelo Serviço Social, que perduram desde a graduação, se deram com o ingresso no campo de estágio⁶, em uma empresa mista (público/privada) com atuação na área ambiental e com o desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)⁷. Na ocasião, pudemos constatar: a limitada produção sobre questão ambiental pela profissão; e o caráter conservador da principal, senão única obra na época sobre a questão ambiental, amplamente difundida no Serviço Social brasileiro⁸.

Posteriormente, a nossa participação em diversos encontros da categoria - em especial no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2010 - permitiu o amadurecimento de ideias e a formulação de questionamentos referentes às dimensões teórico-metodológicas e ídeo-políticas que norteiam a produção de conhecimento do Serviço Social no tocante à questão ambiental.

Neste evento foi apresentado um processo de sistematização da produção de conhecimento da categoria, especialmente das pesquisas em andamento nas universidades sobre a temática, através dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)⁹, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A formulação dos GTPs teve início em 2009, com a circulação em âmbito nacional do documento intitulado *A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica . Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*.

⁶ Estágio curricular não-obrigatório.

⁷ Houve o desenvolvimento de dois projetos de pesquisa: 1) Questão Ambiental e Arranjos Produtivos Locais: o Caso de Toritama/PE, entre 2010 a 2011; 2) Questão Ambiental e Arranjos Produtivos Locais: o caso do Triângulo de Confecções do Agreste Pernambucano, entre 2011 a 2012.

⁸ Apesar da obra *Serviço Social e Meio Ambiente* ter origem espanhola (os artigos que a compõe foram apresentados no I Congresso de Serviço Social e Meio Ambiente, no ano de 2000, na Universidade de Huelva), ela teve sua publicação no Brasil por uma das editoras responsáveis pelas maiores vendas de livros referentes ao Serviço Social.

⁹ Nosso tema de pesquisa se insere no GTP: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

A metodologia desse processo partiu da ampla divulgação nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e contou com a realização de oficinas regionais da ABEPSS, tendo a participação de todas as regiões. As oficinas concentraram cerca de 1.500 pessoas, dentre docentes, discentes e profissionais, que realizaram intensa discussão do referido documento (ABEPSS, 2012a).

Um novo documento síntese, denominado %A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)+, foi encaminhado ao XII ENPESS (2010). Nos colóquios temáticos do referido encontro discutiram-se a ementa, os objetivos, as propostas e as ações a serem desenvolvidas em cada grupo constituído¹⁰. Sendo assim, a proposta de ementa do GTP . Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social aprovada afirma como objetivo deste Grupo

Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos (ABEPSS, 2012b, p. 4).

No XIII ENPESS (2012), houve a apresentação de levantamentos iniciais sobre a identificação dos grupos de pesquisa e das linhas de pesquisas nos Programas de Pós-graduação brasileiros. Vale destacar que a necessidade de aprofundar os fundamentos teórico-metodológicos também é apontada por lamamoto (2011). Com base na *Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/MEC (2001 . 2003)*, a autora destacou que houve um declínio no desenvolvimento da pesquisa quanto *aos fundamentos teórico-metodológicos e históricos do Serviço Social:*

Na década de 80, ela voltou-se tanto à apropriação crítica das matrizes teórico-metodológicas e suas expressões na profissão quanto à pesquisa da reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil. Hoje essas temáticas dispõem de pouca representatividade no universo da pesquisa, embora os temas estejam longe de ser esgotados (2011, p. 464).

¹⁰ Estes correspondem às várias áreas de concentração da pesquisa no Serviço Social brasileiro.

Esse inesgotável campo de inquietações perpassa o objeto deste estudo, o qual adotou como *objetivo geral* analisar as concepções teórico-metodológicas e ídeo-políticas que norteiam a produção de conhecimento do Serviço Social acerca da problemática socioambiental. Os objetivos específicos da pesquisa em questão visam:

- a) Traçar os perfis das produções analisadas¹¹;
- b) Identificar a(s) correntes teórico-metodológicas e ídeo-políticas presentes nos artigos e documentos a serem analisados;
- c) Apontar as estratégias de enfrentamento às expressões da questão ambiental atribuídas ao Serviço Social.

No que concerne à metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa nos subsidiamos, em princípio, na *revisão de literatura*. O terceiro capítulo contou com a *análise documental e bibliográfica*, a partir da sistematização e análise de quarenta e um (41) documentos oriundos do XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e três (03) textos da Revista *Katálysis* (edição *Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais*), respectivamente¹².

No primeiro capítulo deste trabalho desenvolvemos a discussão sobre a questão ambiental e as determinações do capitalismo contemporâneo, este em plena crise estrutural. Também tratamos da incipiente produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental, contemplando velhos dilemas que perpassam a profissão, como a sua natureza sincrética e a influência do ecletismo.

No segundo capítulo abordamos as principais teses que norteiam a produção de conhecimento sobre a questão ambiental. Abarcamos os aportes baseados no

¹¹ Remetemo-nos as áreas de atuação dos (as) assistentes sociais, no que concerne à questão ambiental; como também à região geográfica em que se originam os dados analisados.

¹² Os procedimentos metodológicos para delimitação e análise dos dados serão mais bem tratados no primeiro subtítulo do terceiro capítulo.

método marxiano; em seguida, apresentamos as vertentes que se afinam com a conservação do meio ambiente, aí incluído a defesa do desenvolvimento sustentável e da justiça ambiental; e, por fim, as vertentes irracionalistas, agrupadas em torno da defesa do ~~sa~~ saber ambiental+. Esse processo subsidiou a análise sobre a produção própria do Serviço Social, tendo em vista que essas teses dão suporte às análises dos (as) assistentes sociais.

Por fim, no terceiro capítulo problematizamos a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental, apresentando uma análise das dimensões teórico-metodológicas e ídeo-políticas, bem como as tendências e desafios contemporâneos postos à profissão. Com esse estudo, portanto, buscamos fornecer novos subsídios para se pensar a relação sociedade e natureza, contribuindo para o avanço na produção do conhecimento, tanto dos (as) assistentes sociais como de outros (as) profissionais que atuem sobre as expressões da destrutividade da natureza.

1. QUESTÃO AMBIENTAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

O meio ambiente encontra-se no centro das discussões e tomadas de decisões internacionais, como também no cotidiano dos indivíduos, seja pela responsabilização com a coleta seletiva ou até mesmo pela culpabilização de um banho superior a cinco minutos em plena crise hídrica, que no começo do ano presente atingiu a região Sudeste do país. O contato com a natureza selvagem (cachoeiras, praias nativas, florestas, etc.) acaba sendo a relação mais próxima (e desejada) pelo homem do século XX, na medida em que a natureza é apreendida de forma externa ao homem, enquanto este é considerado causador dos males atuais.

Em meio ao afastamento dessa relação entre sociedade e natureza, *seria possível afirmar que o homem é parte constitutiva da natureza?* A partir dessa indagação podemos apontar que foi o processo de transformação da natureza que originou o ser social, mediado pelo *trabalho*¹³. O homem, ao transformar a natureza para atender as suas necessidades básicas¹⁴, também se transformou, desenvolveu suas habilidades, que se aperfeiçoaram com o passar de longos anos.

Marx (2010, p. 84) afirmou que

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Sendo assim, o homem é tão dependente da natureza como a abelha que necessita do pólen das flores para produzir mel. Dela, extrai sua alimentação, proteção, vestuário e tantas outras dimensões que possibilitam a sobrevivência humana. No entanto, diferentemente dos animais, o homem se constitui como

¹³ Para Marx, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza+ (MARX, 1984, p.149).

¹⁴ Submeter a natureza ao seu domínio não significa, necessariamente, exploração predatória dos recursos naturais, como se vê atualmente na sociabilidade capitalista, mas conhecer a natureza e se reconhecer enquanto parte desta.

natureza e dela se diferencia, posto que ao transformá-la, também se transforma¹⁵. Em um salto ontológico, o homem se distancia do ser natural, constituindo-se em ser social.

Inicialmente, esse processo possibilitou o desenvolvimento da fala articulada e descobertas fundamentais como o uso do fogo¹⁶. O processo de trabalho supõe o desenvolvimento da prévia-ideação/teleologia, que objetiva a construção material a partir do planejamento das ideias, criando, dessa forma, os instrumentos que possibilitem o atendimento de suas necessidades. Nessa dinâmica também está posta a linguagem e a reprodução do conhecimento para gerações seguintes, dentre outras condições viabilizadas pela transformação da natureza, mediada pelo trabalho.

Na sociabilidade capitalista, há a ruptura do metabolismo entre homem e natureza, tendo em vista a apropriação da natureza e do trabalho como mercadorias. Neste processo, a relação do homem para com o trabalho torna-se estranha, alienada a ele mesmo; conseqüentemente, essa condição também se reproduz em sua relação com a natureza (o homem é destituído da terra). Ou seja, o homem deixa de se reconhecer no trabalho e como parte constituinte da natureza, consolidando a alienação para consigo, seu trabalho e o ambiente físico-natural.

Dessa forma, a natureza perde o sentido fundamental da realização do ser social . do seu *valor de uso*, pois também é transformada em mercadoria, comercializada e degradada em prol da obtenção de lucro. A natureza é esvaziada do sentido de satisfação das necessidades coletivas, sendo transformada em um negócio, fonte de lucratividade e acumulação de capital.

A paisagem geográfica da acumulação do capital está em perpétua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação adicional (incluindo especulação sobre terra) e, só secundariamente, tomando em conta as necessidades das pessoas (HARVEY, 2011a, p.152).

¹⁵ Esse processo foi recuperado em Marx por Bellamy Foster, sob o conceito de *metabolismo social* ou *relação metabólica*: %o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna+(FOLADORI, 2001, p.106).

¹⁶ O uso do fogo contribuiu para variar a ingestão de alimentos pelo homem. Novos nutrientes, provenientes da alimentação cárnea favoreceram o desenvolvimento do cérebro e a capacidade intelectual dos seres humanos (SANTOS, 2014).

A destrutividade ambiental tem no seu cerne a *apropriação privada* da natureza. A mesma minoria que se apropria do trabalho alheio é a que privatiza os recursos naturais, os extrai e os torna mercadorias¹⁷. Nessa sede por excedentes, o ambiente externo é degradado, isso porque perde seu *valor de uso*, sua necessidade básica de manutenção da vida humana, para lhe ser incorporado o *valor de troca*, ou seja: é a quantidade de trabalho utilizada no processo de transformação da natureza que vai determinar quanto vale a mercadoria gerada, independente das necessidades básicas das pessoas.

Nesse complexo processo, é a sociabilidade fundamentada em lucros e exploração da natureza para esses fins que determina o surgimento da questão ambiental. Destaque-se a acelerada dilapidação dos recursos naturais, intensificada no século passado através da obsolescência programada, a produção desmensurada de lixo, o aquecimento global, a perda da biodiversidade e demais processos devastadores do meio ambiente, os quais se intensificam com a crise estrutural do capital.

1.1. Relação entre natureza e ordem do capital em crise

Na obra *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2008, p.30) apontam que a burguesia submeteu o campo à cidade. Nesse processo, designou a terra, a força de trabalho e a agricultura à exploração. No capítulo 47, que trata da *Gênese da renda fundiária capitalista*, livro III de *O Capital*, Marx (apud LÖWY, 2005, p. 27) trata da relação indústria e agricultura:

Por um lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do país. Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se,

¹⁷ Todas as mercadorias são produzidas com matérias-primas provenientes da natureza. Ver Foladori (2008).

originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão às mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra.

Essa cooperação entre o capitalismo do campo e da cidade, apesar de ter sido retratada no século XIX, se faz presente com novas expressões, porém preserva sua essência, a sede do capital pela exploração humana e natural, em função do lucro¹⁸. Esse quadro destrutivo promovido pelas relações capitalistas manifesta-se, em tempos atuais, através da obsolescência programada, do uso de agrotóxicos em alimentos, da poluição, em níveis mundiais, da água, da terra e do ar, colocando limites à reprodução da vida planetária.

Nesse sistema que se fundamenta no *valor de troca*¹⁹, a classe que explora o trabalho precisa se inserir em novos mercados, expandir seu poderio como forma de dominação e exploração. Marx e Engels (2008, p.14) apontam que a necessidade sempre crescentes para seus produtos, impele a burguesia a conquistar todo globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. Nesse sentido, expande a produção para novos nichos de mercado, impondo degradações à natureza, seja pela intensificação do uso dos recursos naturais, seja pelo aumento da poluição.

A problemática ambiental torna-se, então, uma das grandes questões do tempo presente, principalmente porque, nessa fase, o capitalismo se sustenta na máxima exploração dos bens naturais, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento, posto que os recursos ambientais do planeta estão cada vez mais comprometidos pelo

¹⁸ O início de 2014 foi marcado por denúncias de trabalho escravo e desmatamento florestal na extração de madeira para confecção de carvão, em uma região entre os Estados de Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP)¹⁸. Esse ato reúne a *desumanização* tanto pela venda da força de trabalho de homens, mulheres e crianças, submetidas às condições degradantes à saúde e à vida, expostas à insalubridade e aos resíduos tóxicos da queima da madeira, como pela relação de destruição da natureza a partir do desmatamento da floresta, do esgotamento do solo e da produção de dióxido de carbono (CO²).

¹⁹ O valor de troca supõe a quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria, a grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social (MARX, 1978).

uso predatório do espaço (CHESNAIS; SERFATI apud ABEPSS, 2012a, p.3)

O processo de infinita expansão do sistema atrela-se à *anarquia da produção*, acarretando descontrole no desenvolvimento e manutenção do capital, como as crises de superprodução²⁰. Isto porque,

Uma vez que é a produção confiada a proprietários privados concorrentes, a produção capitalista . tipo generalizado e superior da produção mercantil . não obedece a um plano centralizado, mas se realiza sob o impulso de decisões fragmentárias isoladas. Entre as paredes da empresa capitalista, a produção costuma ser conscientemente regulada e obedece a um plano estabelecido pela administração. Já no processo social global das relações entre as empresas, inexistente a regulação consciente, o planejamento imperativo. O processo social global da produção capitalista caracteriza-se, por isso, pela anarquia (GORENDER, 1996, p. 31).

Na ordem do capital, portanto, reina o *valor de troca, a anarquia da produção* e a conseqüente *transformação do trabalho e da natureza em mercadoria*. Dessa forma, rompe-se o metabolismo do homem com a natureza. As relações sociais tornam-se cada vez mais alienadas, condição fundamental para a continuidade da acumulação de capital e a permanente destrutividade ambiental.

A ruptura do metabolismo entre sociedade e natureza se aprofunda com a *crise estrutural do sistema*. Mandel (1982, p.399) já apontava para essa conjuntura ao desnudar o capitalismo tardio (pós-1970):

²⁰ Marx e Engels (2008, p.31) elucidam a crise cíclica do capital, a partir das crises comerciais: Nessas crises destrói-se uma grande parte dos produtos existentes e das forças produtivas desenvolvidas. Irrompe uma epidemia que, em épocas precedentes, pareceria um absurdo . a epidemia da superprodução. Repentinamente, a sociedade vê-se de volta a um estado momentâneo de barbarismo; é como se a fome ou uma guerra universal de devastação houvesse suprimido todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque há demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas disponíveis já não mais favorecem as condições da propriedade burguesa; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas condições que as entavam; e, quando superam esses entraves, desorganizam toda a sociedade, ameaçando a existência da propriedade burguesa. A sociedade burguesa é muito estreita para conter suas próprias riquezas. E como a burguesia vence essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade das forças produtivas; do outro, pela conquista de novos mercados e pela intensa exploração dos antigos. Portanto, prepara crises mais extensas e mais destrutivas, diminuindo os meios de evitá-las.+

[...] a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como a crise de um sistema de relações entre os homens, dentro e entre as unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos à base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também de produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma única realidade, de uma totalidade socioeconômica: o modo de produção capitalista.

Na última década, Mézários (2011) atualiza essa discussão em sua obra *Para além do capital*, o que contribui na caracterização da crise, da qual é possível pontuar quatro principais aspectos que se manifestam e que a diferencia de tantas outras crises que já houve na história do capitalismo,

- (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.);
- (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na administração da crise e no deslocamento mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (ibid, p.795)

O caráter universal, global, extenso e rastejante da crise sistêmica do capitalismo pode ser historicizado por um conjunto de desdobramentos, como: 1) as *metamorfoses do mundo do trabalho*; 2) o *papel do Estado*; 3) a *financerização do capital*.

As metamorfoses no mundo do trabalho, principalmente as formas de organização e gestão da produção, configuram-se no conjunto de estratégias do

capitalismo para o enfrentamento de mais uma crise²¹. As expressões desse processo partem da crise do *ouro negro*, a partir do aumento exponencial do preço dos barris de petróleo²²; a diminuição no crescimento econômico, tendo em vista o esgotamento do desenvolvimentismo do pós-guerra; os exorbitantes gastos sociais pelo Estado, segundo os argumentos dos opositores ao *Estado de Bem Estar Social*²³; o avanço da organização da classe trabalhadora, através dos sindicatos, partidos políticos e demais organizações trabalhista; e os primeiros sinais do esgotamento dos recursos naturais e seus rebatimentos, como o aquecimento solar, desertificação, dentre outros.

Nesse sentido, o processo produtivo . modelo fordista/taylorista, baseado na produção em massa com grandes estoques, uniformidade e padronização das mercadorias não fazia mais sentido, diante da necessidade de expansão dos negócios capitalistas diante de um mercado *saturado*, *na conjuntura dos países desenvolvidos*²⁴. A rigidez, como característica matriz da produção fordista, deu vez às formas flexíveis, através da produção de mercadorias em pequenos lotes, com variedade de tipos de produto e baixos estoques, além do uso de avançadas tecnologias.

A chamada *acumulação flexível* ou *toyotismo*, ao invés de produzir no interior da fábrica, como anteriormente, opta por reduzir o *velho chão de fábrica*, [...] horizontaliza o processo produtivo e transfere a *terceiros* grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (ANTUNES, 2010, p.196). Essa nova estrutura produtiva impulsiona a participação de trabalhadores/as dos quatro cantos do mundo, que vai desde fabricação de um carro a um tênis.

²¹ Diferentemente das crises cíclicas tem-se o início da crise estrutural do sistema do capital.

²² Esse aumento deu-se pelos maiores produtores de petróleo, centrados, principalmente, no Oriente Médio, visto o entendimento dos limites de existência do produto, sendo este um recurso natural não renovável.

²³ No Brasil, esse processo passa do desenvolvimentismo autocrático burguês para um breve período de redemocratização da política, seguido do avanço do neoliberalismo, que se consolida no governo de Fernando Henrique Cardoso . FHC (Mandatos: 1995 . 1998 / 1999 . 2002).

²⁴ Vale destacar que o modelo fordista/taylorista predomina nos países periféricos, que passaram por processos diferenciados dos países centrais. Enquanto os centros de pesquisas situam-se nos últimos países, em sua maioria, as fábricas localizam-se nos primeiros países citados. Esse processo se dá pela precarização da força de trabalho e das legislações trabalhistas e ambientais mais frouxas nos países periféricos.

Entretanto, essa montagem globalizada²⁵ das mercadorias exacerba a precarização e exploração da força de trabalho ao terceirizar a produção para novos nichos de mercado com frágeis legislações trabalhistas e desumanas condições de vida. Isso possibilita, por exemplo, que um produto de uma empresa estadunidense se utilize do trabalho de homens, mulheres e crianças em condições aviltantes de sobrevivência, em países periféricos, como Vietnã, Indonésia, Índia, Bangladesh, posteriormente comercializando as mercadorias para todo o globo terrestre.

Além disso, a adoção e/ou transição para a acumulação flexível implica também a durabilidade das mercadorias produzidas. Mészáros (2011) constata que esse processo transita da *maximização da vida útil das mercadorias* ao *triunfo da produção generalizada do desperdício*, a partir da *taxa de utilização decrescente* das mercadorias no capitalismo. Como o mercado não encontra mais tantos espaços para sua expansão resta fazer com que os antigos bens duráveis (que atendiam a necessidade de um mercado em ascensão no pós-guerra) tornem-se obsoletos, tanto pela drástica diminuição do tempo de vida útil, como pelo surgimento constante de mercadorias mais modernas²⁶.

Harvey (2011b, p.148) afirma que o modelo flexível permitiu uma aceleração do ritmo da inovação do produto, favorecendo o descarte, a meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e o do vestuário).

O autor ainda complementa que a acumulação flexível acompanhou a ponta do consumo, implicando uma atenção muito maior às modas fugazes e à mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural (ibid). Ou seja, além de alterar a forma de produção, também impôs mudanças diretas no ato de consumo das mercadorias; a imediatividade reinante na

²⁵ Harvey (2011a, p.22.) aponta que o globalizar-se não encontrou muitas dificuldades, por conta da radical reorganização dos sistemas de transporte e de comunicações, reduzindo os custos e otimizando o tempo para a efetivação do circuito mercantil das mercadorias, a exemplo a containerização permitiu que peças feitas no Brasil pudessem ser utilizadas para montar carros em Detroit, e [...] os lançamentos da moda de Paris puderam ser quase imediatamente enviados a Manhattan por meio das maquiladoras de Hong Kong.

²⁶ Ver documentário *Comprar, jogar fora, comprar: a história da obsolescência programada*, de Cosima Dannoritzer. Disponível em <www.youtube.com>.

sociedade do consumo é propagandeada pela publicidade e *marketing*, que contribui para o enaltecimento da satisfação de novas necessidades, criando uma sociabilidade sedenta pela aquisição de novas mercadorias e seu conseqüente descarte precoce²⁷.

Diante dessa realidade, a exploração da natureza se intensifica em meio ao metamorfoseado mundo do trabalho. Antunes (2010, p.198) afirma que a classe trabalhadora encontra-se ainda mais fragmentada, heterogênea e complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc.†

Com esses apontamentos, vai por terra† a tese explicitada no livro *Adeus ao proletariado* (1982), de André Gorz, segundo a qual *anticipou o fim do proletariado†* (ANTUNES, 2010, p.17)²⁸. Entretanto, o capitalismo não pode eliminar a principal contradição que o sustenta: a exploração do trabalho, a partir da extração da mais-valia. Esta se constitui como força motriz do sistema do capital, podendo ser extraída apenas da força de trabalho.

Profetizada como a *Éra Robótica†*, a partir do pleno desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, o século XXI era pré-concebido pela substituição da força de trabalho de parte da classe trabalhadora por robôs e máquinas *pensantes†*. Esse sonho do capitalismo era imaginado, inclusive, em filmes e desenhos animados, a exemplo da futurista Família *Jetsons*²⁹, no qual a empregada era um robô, os carros eram voadores, se assemelhando a naves, e as casas ficavam suspensas no espaço, dentre outras tendências tecnológicas e virtuais.

²⁷ A problemática da obsolescência programada, bem como a *anarquia da produção* são pontos cruciais e intocáveis na discussão sobre o falacioso desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos: economia verde e consumo consciente.

²⁸ A obra *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho* (2010), de Ricardo Antunes, constitui-se em uma resposta ao livro de Gorz, a partir da perspectiva crítica marxiana, ao defender e elucidar a centralidade do trabalho nos dias atuais, mesmo após as transformações advindas da reestruturação produtiva e crise do capital.

²⁹ Desenho animado produzido pela antiga empresa norte americana *Hanna-Barbera*, lançado em 1962, que retratava a rotina de uma família em um mundo futurista. Disponível em <www.hannabarbera.com.br>.

A tecnologia e o avanço da robótica tomaram corpo a partir da década de 1970 do século passado, quando novas formas organizacionais de trabalho passaram a gerir e ditar o processo de produção. As inovações tecnológicas inseridas no circuito produtivo recaíram no próprio consumo das classes sociais. Bens duráveis como carros, televisores, etc. foram substituídos por novos modelos e incrementos tidos como descartáveis, apoiados na microeletrônica.

A criação de equipamentos e maquinaria compete com a força de trabalho, deixando para trás massas de homens e mulheres que não se adaptaram às mudanças ou até mesmo que não tinham mais serventia ao capital, visto a necessidade de redução drástica de gastos e direitos trabalhistas³⁰.

Essa revolução técnica e científica se constitui em uma das mais notórias alterações no mundo do trabalho desde a Revolução Industrial no séc. XVIII, resultante tanto da alta competitividade inerente ao capital como da reestruturação produtiva, aperfeiçoando-se ao longo dos anos através das incessantes inovações tecnológicas. Assim, afirma Peruzzo (2011, p. 6) que

No contexto atual onde o quadro é de intensa competição, os aprendizados aliados à geração de inovações começam a serem reconhecidos como a melhor forma para empresas, regiões, países e indivíduos poderem enfrentar as mudanças econômicas, políticas, sociais, institucionais e culturais vigentes e se inserir com fôlego nessa fase. Nesse sentido, o processo de inovação, que aumentou consideravelmente sua velocidade nas últimas décadas, também se dá com mudanças nas formas de organização e gestão da produção.

O uso da maquinaria (trabalho morto) tem como principal intuito a diminuição dos gastos na produção, por uma série de fatores, dentre eles: a mecanização de forma ágil, produzindo mais em menor tempo; não possuir direitos e muito menos

³⁰ Em 2011, em um dos maiores centros robóticos, o Japão, houve a criação de um robô que, segundo seus criadores, tem a capacidade de pensar a partir de uma memória artificial, capaz de fazer com que o mesmo aprenda novas funções; a notícia ainda elucida que a máquina descobriu sozinho a melhor forma de servir água. Entretanto, eis um dos maiores equívocos destinados à autonomização das máquinas: a mesma foi configurada para o desenvolvimento de tais funções pelo homem. Este último é o único que possui a capacidade teleológica, de pensamento e reflexão, apontada por Marx. Nem mesmo os outros animais possuem tal capacidade, tendo em vista o ato repetitivo e genético de suas ações, diferentemente do ser social, o homem (mulher). Notícia disponível em < <http://noticias.r7.com>>. Acesso em 28 jan. 2014.

protestar contra a ordem exploratória. Essas condições benéficas ao capital são totalmente diferenciadas da sua relação com os/as trabalhadores/as (trabalho vivo).

Entretanto, o trabalho morto não gera valor, é produzido e conservado por meio da atividade da força de trabalho. Constitui-se assim em capital constante: *parte do capital usado para comprar prédios, a referida maquinaria, matérias primas ou energia, e cujo valor permanece constante porque se incorpora ao valor das mercadorias finais*³¹, criadas pela força de trabalho.

A previsão tão sonhada do futuro robotizado, retratada no desenho animado *Os Jetsons* e aqui mencionada, torna-se impossível na sociedade que vive da força de trabalho alheia, tanto pelo que já foi pontuado acima (da máquina não gerar valor, mas tê-lo atribuído nas mercadorias finais produzidas pelo homem/mulher), como pela extrema necessidade do consumo ditada pela ordem do capital.

Em uma sociedade com uma massa de trabalhadores/as desempregada³² em detrimento de uma altíssima população robótica e capitalistas que só pensam em reinvestir capital, quem iria consumir todas as mercadorias?³³ A produção e consequente geração de mais-valia, interesse essencial do capital, só se realizam através do consumo. Produção e consumo possuem uma unidade imediata, de acordo com Marx (1978, p.109):

A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujo materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos. O produto recebe seu acabamento final no consumo. Uma estrada de ferro em que não se viaja e que, por conseguinte, não se gasta, não se consome, não é mais que uma estrada de ferro *dynamei*, e não é efetiva. Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. O consumo produz de uma maneira a produção:

³¹ Explicitado pelo sucessor marxista, Ernest Mandel, em sua célebre obra *O capitalismo tardio* (1982).

³² De acordo com o IBGE (2014), o número de trabalhadores/as desempregados/as no país estima-se em 1,163 milhão. Disponível em <www.ibge.gov.br> .

³³ Antunes (2010, p. 200) aponta que a eliminação do trabalho e a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo suporia a destruição da própria *economia de mercado*, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores.

1º porque o produto não se torna produto efetivo senão no consumo; por exemplo, um vestido converte-se efetivamente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é, de fato, uma casa efetiva; por isso mesmo o produto, diversamente do simples objeto natural, não se confirma como produto, não se *torna* produto, senão no consumo. Ao dissolver o produto, o consumo lhe dá seu retoque final (*finishing stroke*), pois o produto não é apenas a produção enquanto atividade coisificada, mas [também] enquanto objeto para o sujeito em atividade. E,
2º porque o consumo cria a necessidade de uma *nova* produção, ou seja, o fundamento ideal, que move internamente a produção, e que é sua pressuposição. O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece o objeto em sua forma exterior, não é menos claro que o consumo põe *idealmente* o objeto de produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. O consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade.

Essas condições inerentes ao capitalismo, *extração da mais-valia e consumo*³⁴ não são consideradas para os que defendem o fim do trabalho. Portanto, mesmo com todo desenvolvimento das forças produtivas e o constante avanço tecnológico, *vivemos em uma sociabilidade centrada no trabalho*, atividade realizada apenas pelo ser social, homem/mulher, e que sem a apropriação deste, o capitalismo deixaria de existir.

As transformações do capital também são mediadas pela via do Estado, com o encurtamento de seu caráter público para fazer face às necessidades coletivas. O receituário neoliberal³⁵ que se expressa a partir da crise estrutural do capital, trouxe um extremo retrocesso para a organização dos trabalhadores, com a fragmentação

³⁴ Nessa unidade imediata, o consumo é produção e produção é consumo, como mencionado. Entretanto, eles possuem suas particularidades e o consumo ao que Marx se refere compreende a um processo macroestrutural, não representa uma forma autônoma e individual de consumo. Faz-se necessário ressaltar essa diferença devido à problemática do *consumo consciente*, como alternativa ecocapitalista de enfrentamento à crise do capital: *o combate ao desperdício encontra-se localizado no consumo*; que é, em última instância, uma mudança de cultura. Trata-se de investir nas inversões comportamentais, na promoção de um novo padrão de consumo que privilegie as transações mercantis de produtos não poluentes e duradouros. Esta proposição, ao mesmo tempo em que obscurece as razões da obsolescência programada e a sua capacidade material e simbólica de induzir ao consumo crescente e culpabiliza o consumidor, sendo que a este não pertence o poder decisório sobre o que circula no mercado; tampouco o consumidor dispõe do poder de eliminar a tendência crescentemente perdulária do sistema. (SILVA, ARAÚJO, SANTOS, 2012, p. 107).

³⁵ Em 1989 houve uma reunião entre funcionários do Fundo Monetário Internacional . FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, economistas latino-americanos e integrantes do governo norte-americano, sendo intitulada como o *Consenso de Washington*. Nesse evento internacional houve a formulação de um pacote de medidas econômicas e sociais que acabou tornando-se um receituário para a concessão de créditos aos países periféricos, que tiveram de segui-las fielmente.

da identidade e consciência classista em prol de uma maior ampliação de pautas supraclassista³⁶, culminando em um processo de esmorecimento/passivação das lutas (MOTA, 2009).

Conjunturalmente, ocorreu uma profunda alteração na geopolítica mundial, com o fim da polarização entre o bloco socialista e o capitalista no mundo, a partir da derrota do *socialismo real* e a dissolução da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*. URSS, a queda do muro de Berlim e a consequente inserção do Leste Europeu aos ditames do capital internacional. Esse processo foi propagandeado, ideologicamente, como sendo o *fim do socialismo* e até *fim do marxismo*. Ganham força as teses do fim da história e espraia-se o pensamento pós-moderno.

A análise da realidade por essa via *de* demoniza o materialismo histórico dialético, a *verdade*, critérios de verdade, método, todos eles têm um valor relativo porque todos eles são *parciais* (TONET, 2007, p. 2), de acordo com os novos modismos das Ciências Sociais. Sobre essa problemática, Netto (2012, p. 420) discorre que

A imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada é proposta como a realidade. e, não por acaso, a distinção epistemológica clássica entre *aparência* e *essência* é desqualificada. A realidade, na complexidade ontológica dos seus vários níveis, é apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário, que se tornam a pedra de toque da nova *sensibilidade* *o dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de *totalitarismo*.

Porém, com aporte da perspectiva de totalidade pode-se afirmar que o conjunto das transformações na sociedade é reflexo das determinações econômicas, sociopolíticas, ídeo-políticas e ambientais, representadas pela reestruturação produtiva, pelo receituário neoliberal³⁷/contrarreforma do Estado, pela defesa do *fim do trabalho/socialismo/marxismo*, pela questão ambiental, constituindo-se na metamorfose do capital. Por fim, como estratégia de *saída* da

³⁶ Tem-se a luta das mulheres, da diversidade sexual, dos negros, etc.; é necessário ressaltar a importância da luta desses sujeitos sociais, entretanto, a nova conjuntura mundial descaracteriza essas pautas, suprimindo sua dimensão classista. Limita as lutas por direitos findados em si mesmo, através de legislações e *garantias* afirmativas, se distanciando da luta por reformas estruturais na construção de uma nova sociedade.

³⁷ Do receituário neoliberal, as medidas de liberalização financeira/abertura comercial, possibilidade de investimento direto estrangeiro, da autonomização das taxas de juros pelo mercado, bem como da adoção de competitivas taxas de câmbio contribuíram significativamente para a financeirização do capital.

crise ainda se apresenta a financeirização do capital em níveis nunca antes constatados.

Iamamoto (2011, p.101) elucida que o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólio capitalista, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. Em tempos atuais, Harvey (2011a, p. 41) aponta que nas diferentes identidades existentes de capitalistas os capitalistas financistas se preocupam em ganhar mais dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros.

Tal grupo é denominado como uma *oligarquia financeira*, que tende a crescer com os lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com terras, dentre outros mecanismos (IAMAMOTO, 2011, p.101). Netto (2012, p. 419) alerta acerca do tal espraiamento dessa forma regenerada do capital, a oligarquia financeira, a qual [a.] controla o conjunto das riquezas sociais e exerce uma determinante ação planetária que inclusive ladeia as instâncias democrático-formais consagradas no Estado de direito.

Apesar do poderio socioeconômico mundial que tal oligarquia detém, a mesma encontra limites quanto à essência fetichizada do dinheiro e os desdobramentos da aplicação deste, o *capital a juros*, apontados por Marx (1978c, p.261), desde o século XIX³⁸.

[...] o *capital a juros* constitui o fetiche mais completo. Encontramos aqui o primeiro ponto de partida do capital . o dinheiro . e a fórmula $D . M . D'$ reduzida aos seus dois extremos $D . D'$ Dinheiro que cria mais dinheiro. É a forma mais originária e geral do capital concentrada num resumo sem sentido.

Dessa maneira, o dinheiro ganha vida, autonomização para se valorizar em si mesmo, sendo esta a ideia central do *juro*, que se desvincula da produção de mais-valia, da centralidade na relação capital *versus* trabalho. Marx (1978c, p.289), ilustra essa realidade ao dissociar o *lucro* ($D . M . D'$) do *juro* ($D . D'$),

O *lucro* contém sempre ainda uma referência ao capital em processo, ao processo em que a mais-valia é produzida. No *capital a juros* a figura da mais-valia não se alienou, não se tornou estranha como no lucro, sem

³⁸ Na obra *O rendimento e suas fontes - A economia vulgar* (1862).

imediatamente dar a conhecer sua figura simples e com isso sua substância e o fundamento de sua formação. No *juro*, ao contrário, essa forma alienada está posta, presente e formulada *explicitamente* como o essencial. Está fixada, tornada autônoma de *modo contrário* à verdadeira natureza da mais-valia. No capital a juros se apaga a relação do capital com o trabalho.

A incerteza de ganhos nos investimentos, bem como práticas legais ou ilegais na geração de mais dinheiro faz parte da atual realidade³⁹. A crise financeira (constituente da crise estrutural do sistema do capital) tem em sua gênese a seguinte afirmação: *as ações eram uma coisa, mas a propriedade era outra* (ibid, p.29), ou seja, a autonomização do dinheiro e do capital a juros da produção material. Essa bolha especulativa veio à tona em 2008, com a crise imobiliária nos EUA, diante do comércio de hipotecas (exorbitante discrepância entre o valor cobrado às famílias, o que acabou inviabilizando a continuidade do financiamento das casas, etc.).

A financeirização do capital, em uma das suas faces mais perversas, exacerba o poder *inversor* que o dinheiro possui. Para Marx (1978d, p.31), esse poder inverte as *forças efetivas, essenciais, humanas e naturais*, visto que as transforma em puras representações abstratas e, por isto, em *imperfeições*, em dolorosas quimeras e fazem destas últimas as forças essenciais realmente impotentes, que só existe na imaginação do indivíduo, em *forças essenciais efetivas e poder efetivo*⁴⁰. O dinheiro inverte os princípios éticos⁴¹ em valorização de coisas, configurando-se como elemento fundamental na consolidação da sociedade do *ter* em detrimento do *ser*, tomando seu ápice na sociedade que tem como estratégia de reprodução o capital a juros.

No século XXI, o capital a juros tornou-se a principal forma de rendimento no modelo de acumulação flexível. Para Antunes (2010, p.191), essa perversa

³⁹ Os três maiores setores de comércio externo global são as drogas, as armas ilegais e o tráfico de seres humanos (HARVEY, 2011a, p. 44).

⁴⁰ Como tal poder *inversor*, o dinheiro também atua contra o indivíduo e contra os laços sociais, etc., que se dizem essenciais. Transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez. Como o dinheiro, enquanto conceito existente e ativo do valor, confunde e troca todas as coisas, então ele é a *confusão* e a troca de todas as qualidades humanas e naturais (MARX, 1978d, p.32).

⁴¹ Ver SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições. *Rev. katálysis* [online]. 2011, vol.14, n.2, pp. 210-221. ISSN 1414-4980.

conjuntura . barbárie . é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea:

destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para mercadorias e o seu sistema [...].

Nessa era dos descartáveis, a sociabilidade é regida, intensamente, por matrizes de conhecimentos (neo)conservadoras . é a *decadência ideológica*, categoria formulada por György Lukács . que contribui para perpetuação do capital e aprofundamento de sua crise estrutural. Assim, a pesquisa científica e suas metodologias estão submetidas à concepção burguesa de ciência, a qual potencializa o desenvolvimento do conhecimento segundo a ótica do capital+(LARA, 2007, p. 74). Esses novos modismos na produção de conhecimento impactam a elaboração teórica de diversas profissões, como o Serviço Social, mesmo com a presença da tradição marxista em sua direção sociopolítica.

1.2. Questão ambiental e produção de conhecimento do Serviço Social: novo campo interventivo e velhos dilemas profissionais

Em qualquer momento histórico, a produção de conhecimento, assim como as leis e instituições, inserem-se na produção e reprodução da ordem societária vigente. Marx e Engels (2009, p. 25) afirmaram que os indivíduos são determinados pela produção, *com o que produzem e também como produzem*. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção+. Nesse sentido, a objetivação da sociedade determina a subjetividade, a formação dos

sujeitos (subjetividade objetivada)⁴², ou seja, determina a sociedade em sua totalidade.

O que diferencia as sociedades pré-capitalistas uma das outras e destas da própria ordem do capital, para além dos costumes, religião, etc., fundamentalmente é o modo de produzir os bens materiais⁴³. Interpretar a realidade a partir desse princípio pressupõe que a história de toda sociedade até o presente é a história da luta de classes+ (MARX, ENGELS, 2008, p. 8). Diante disso, existiram diferentes classes sociais, nas mais variadas formas de sociedade e projetos societários em disputa pelo poder⁴⁴.

Com o capitalismo surge a ciência moderna, que floresceu embalada pela Revolução Francesa⁴⁵. Diversos pensadores passaram a ter liberdade para questionar a vida, o mundo, a sociedade, a formulação de uma nova imagem do universo exigia o repensar de toda a produção de conhecimento, suas características, suas determinações, seus caminhos+ (PEREIRA; GIOIA, 2007 p.177). Sendo assim, houve uma revolução quanto ao modo de produzir e de se pensar.

Esse cenário possibilitou o avanço do conhecimento/ciência, da tecnologia, do crescimento das cidades, do desenvolvimento das forças produtivas⁴⁶, entretanto, a sociedade que então se formou, sob o signo do capital⁴⁷, carrega em sua gênese a

⁴² A objetividade e subjetividade são interdependentes, essa relação será tratada ao longo deste estudo.

⁴³ Essa análise não reduz a um viés economicista, visto que a produção dos bens materiais de qualquer sociedade articula a dimensão econômica às dimensões histórica, social e política.

⁴⁴ No que concerne à disputa pelo poder, inclui-se o poderio bélico (coerção) e a ideologia, a exemplo a produção de conhecimento (consenso). Ver GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

⁴⁵ A Revolução Francesa teve sua base nas ideias iluministas e suas premissas pautaram a igualdade, liberdade e fraternidade.

⁴⁶ As forças produtivas são compreendidas por um conjunto de elementos: a) *os meios de trabalho* . tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; b) *os objetos do trabalho* . tudo aquilo (matérias naturais brutas ou materiais naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre o qual incide o trabalho humano; c) *a força de trabalho* . trata-se de energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades (NETTO; BRAZ, 2011, p. 68).

⁴⁷ Capital é o valor de troca que procura aumentar ainda mais o valor. O capital surge primeiro numa sociedade de pequenos produtores de mercadorias sob a forma de proprietários de dinheiro (comerciantes ou usuários) que intervêm no mercado com o objetivo de comprar mercadorias a fim de revendê-las com lucro (MANDEL, 1982, p. 411). Posteriormente, o capital consolida-se com a extração da mais-valia.

exploração e desigualdade social. Diferentemente do feudalismo, apesar de também ter sido uma sociedade de classes, os servos possuíam seus instrumentos de trabalho. Já na atual sociedade, os (as) trabalhadores (as) livres+ perderam os meios de produção, restando-lhe a venda da força de trabalho.

A base de sustentação dessa sociedade se caracteriza pela riqueza de uma minoria obtida através da extração de mais-valia. Esta se constitui do *sobretalho* do (a) trabalhador (a), ao qual o capitalista não paga equivalente algum (MARX, 1978a). A produção de conhecimento, diante disso, oculta a engrenagem desse sistema⁴⁸, a exemplo das matrizes teóricas como o positivismo e fenomenologia, como também o ecletismo (pluralismo metodológico) pautado na pós-modernidade.

Esta tendência que marca o desenvolvimento do capitalismo exacerba-se em sua conjuntura de crise estrutural⁴⁹. A falaciosa tentativa de estabelecer um equilíbrio entre a oferta e a demanda permeia a ordem do capital e se iguala à contraditória tentativa de compatibilizar expansão e destruição, pois esse sistema, ao mesmo tempo em que ~~desbrava~~+ novos nichos de mercado (países periféricos), leva consigo suas pragas, quase que proféticas, de destrutividade e incontrolabilidade. Estas circundam a história desse modo de produção.

Tal desestabilidade não se caracteriza como algo inesperado, tendo em vista as análises feitas no século XIX, por Karl Marx, as quais apontam que o oscilante desenvolvimento econômico insere-se na gênese desta sociedade. As crises são orientadas pela alta produção em detrimento das necessidades dos grupos sociais explorados e pelo desperdício de matéria prima e força de trabalho despendida, ao descartarem alimentos⁵⁰ e vidas⁵¹, quando estes não são rentáveis o suficiente para a classe dominante.

⁴⁸ Tem-se a exceção do autor alemão Karl Marx, que desenvolveu um método crítico de análise da realidade, tendo por continuidade na tradição marxista, na qual se situa este estudo.

⁴⁹ O que acarreta consequências objetivas e subjetivas, inclusive, na produção de conhecimento, parte constitutiva do objeto deste estudo.

⁵⁰ Para isso, é só lembrar-se das recorrentes crises de superprodução ocorridas ao longo dos séculos. No Brasil, existe o famigerado caso da crise do café, em 1929, que resultou na queima de toneladas desses grãos para equilibrar a lei da procura e da oferta, visto que o maior comprador de café (os EUA) encontrava-se em crise, inclusive, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York.

⁵¹ Desperdício de vidas que se caracteriza tanto pela exploração de países periféricos, onde populações vivem abaixo da linha de pobreza, como em alguns países africanos. Como também nos

A crise estrutural afeta o globo de modo irrestrito, causando grandes impactos para a classe trabalhadora. As políticas de austeridade tornaram-se conhecidas nos últimos anos, principalmente nos países centrais, situados na Europa. O controle nos gastos públicos com cortes nas principais políticas públicas, como saúde, educação, geração de emprego e renda⁵², habitação, dentre outras determinam o *modo operante* dos governos⁵³.

A atual conjuntura impacta o conjunto das relações sociais, principalmente no que concerne a dimensão ideológica. Esta se insere na relação contraditória entre trabalho e capital, na luta de classes. Dessa forma, a formulação do conhecimento é uma arena de disputa em torno da direção ídeo-política da sociedade. A classe dominante vivencia a *miséria da razão*⁵⁴. E essa decadência ideológica da burguesia enigmatiza o modo de viver, o que torna a atual sociabilidade como algo natural e as problemáticas dela decorrentes são tratadas pela via da psicologização, como aponta Netto (2011a, p. 45): *“naturalizada a sociedade, o específico do ser social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais . e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais”*.

Diante disso, a classe trabalhadora demanda a produção de um conhecimento crítico, que auxilie o campo da esquerda a definir estratégias em prol da construção do socialismo. O marxismo, enquanto corrente teórica e o materialismo dialético como seu método, fundamentam análises da realidade face às mudanças da sociedade. Nesse contexto, o Serviço Social, enquanto profissão

casos de guerra, que dizimam países e comunidades, em prol de interesses econômicos, políticos e étnicos, a exemplo de milhões de pessoas, dentre elas judeus, comunistas, homossexuais, pessoas com deficiência, que foram acometidas nos campos de concentração na Alemanha nazista durante a 2ª Guerra Mundial. Em casos recentes, têm-se as ocupações de países do Oriente Médio (Afeganistão e Iraque) pelos EUA e diversos bombardeios contra o povo palestino pelos israelenses, dentre outras expressões da barbárie proporcionadas pelo capitalismo.

⁵² Ver o filme espanhol *Segunda-feira ao sol*, de Fernando León de Aranoa, que retrata a dinâmica de vida de um grupo de amigos que foram afetados pelo desemprego estrutural.

⁵³ No Brasil, vivenciamos impactos dessa crise. Cada realidade desenvolve uma conjuntura diferenciada, a brasileira é tomada por medidas, predominantemente, neodesenvolvimentistas, estas se configuram em um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país.+(BOITO Jr., 2012, p.05).

⁵⁴ Netto (2010) aponta que a categoria de *miséria da razão* é uma elaboração pessoal de Carlos Nelson Coutinho. Este, inspira-se na obra clássica *Assalto à Razão* de György Lukács, na qual trata-se da decadência ideológica da burguesia e suas consequências no plano da elaboração do conhecimento na Europa.

inserida da divisão sociotécnica do trabalho, busca acompanhar a dinâmica da realidade e apresentar posicionamentos críticos (em sua direção sociopolítica), na medida em que articula projetos profissional e societário.

A produção de conhecimento do Serviço Social tem início em meados de 1970 e consolida-se na década seguinte ao ganhar peso o processo de renovação ou redefinição da direção social da profissão. Atualmente, tem-se uma vasta produção e com base no agrupamento de projetos de pesquisa da Pós-Graduação em Serviço Social, no início do início deste século (2001 . 2003), podem-se elencar os seguintes eixos temáticos: *Políticas sociais*, abarcando Estado e sociedade civil, Saúde, Assistência Social, Previdência Social, Avaliação de políticas e projetos; *Identidade, cultura e equidade* com os sub-eixos Ética, cultura e direitos humanos, Etnia, gênero e orientação sexual, cultura, identidade e práticas sociais; *Segmentos sociais* com a inserção de infância, adolescência, juventude, família, terceira idade e envelhecimento; *Serviço Social* no que concerne ao trabalho, prática e formação profissional; *Trabalho* com a reestruturação produtiva; *Terceiro Setor*, por fim, *Questão Urbana e Rural* somada ao meio ambiente e movimento social (CARVALHO; SILVA 2005, p. 97) ⁵⁵.

Para Carvalho e Silva (ibid, p. 134), os avanços e tendências da profissão configuram-se enquanto um:

- Salto qualitativo na área de formação profissional com o desenvolvimento de um projeto de formação profissional a partir das novas alternativas de intervenção profissional em construção; da inserção do Serviço Social no contexto universitário; do avanço da produção de conhecimento e da Pós-Graduação.
- Significativo avanço da participação dos assistentes sociais brasileiros em atividades de pesquisa e na produção de conhecimento [...].

Além disso, as referidas autoras destacam o papel crucial da profissão junto a outras categorias e movimentos sociais, no processo que culminou na Constituinte de 1988, bem como a participação em espaços democráticos de direitos, como a incidência profissional no campo do controle social das políticas públicas.

⁵⁵ Além desses eixos temáticos, há outras discussões estruturadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Inclusive, adentraremos no debate sobre a questão ambiental (eixo constituinte do Grupo Temático de Pesquisa - GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social) que se objetiva como parte constituinte do objeto deste estudo.

Apesar desses aspectos, a profissão possui suas contradições quanto ao processo de pesquisa e formulação de conhecimento, visto que historicamente o Serviço Social caracteriza-se por sua estrutura sincrética, objeto de análise estudado com rigor por Netto (2011a) em sua obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. Serão de nosso interesse as análises sobre os sincretismos ideológico e científico, tendo em vista a incidência dessas questões nas dimensões teórico-metodológica e ídeo-política da profissão e a conseqüente reprodução na produção de conhecimento acerca da questão ambiental.

Sobre a problemática socioambiental e a produção de conhecimento do Serviço Social podemos destacar dois estudos que iniciaram os referidos levantamentos e análises: a) a dissertação intitulada *A Questão ambiental e o trabalho das assistentes sociais nos programas socioambientais das empresas*, sob autoria de Paula Bezerra Rafael, no ano de 2008, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); b) a monografia intitulada *O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS)*, sob a autoria de Barbara Louise Carnevale, em 2009, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁵⁶. Os trabalhos identificados e analisados por Carnevale (2012) correspondem aos ENPESS realizados entre os anos 2000 a 2008. Já Rafael (2008) delimitou a análise aos ENPESS realizados entre 2004 e 2006.

De acordo com Carnevale (2012, p. 3), o percentual de trabalhos na área, ambiental até 2008, configurava-se pequeno quando comparado ao total de trabalhos publicado nos anais,

De modo geral, nesses oito anos de encontro, a questão ambiental foi trabalhada de modo muito mais marginal, pois, dos dois mil setecentos e quatro (2.704) trabalhos aprovados nos cinco (5) encontros, apenas quarenta (40) abordaram a questão ambiental, o que significa um por cento (1%) do total dos trabalhos aprovados ao longo do período.

⁵⁶ No desenvolvimento deste trabalho utilizamos o estudo de Carnevale, publicado nos anais do XII ENPESS. Ver referências bibliográficas.

Segundo a autora, as concepções teórico-metodológicas que permeiam a produção de conhecimento oriundas dos ENPESS e CBAS concentram-se no modelo conservacionista+ (2012, p. 9). A mesma concebeu essa afirmativa ao analisar as propostas de ação contidas nos textos, o que para ela configurou-se na limitada compreensão do meio ambiente e sua redução a um âmbito estritamente natural.

Rafael (2008, p. 86), a partir da análise dos ENPESS realizados em 2004 e 2006, como já citados, constatou a gama de concepções teórico-metodológicas que informam a produção acadêmica do Serviço Social no tocante à temática socioambiental. No entanto, nessa variedade de análises se identificam dois enfoques teóricos: primeiramente, fundamentado na ecologia, [p.a.] faz a crítica ao produtivismo indiscriminado, à sociedade do consumo e do desperdício+, tendo como principais alternativas para esse paradigma as transformações técnicas com o intenso incremento da tecnologia, além de apontar a necessidade de mudanças comportamentais nas atitudes dos indivíduos, principalmente através da educação ambiental.

A referida autora discorre sobre as principais aproximações da realidade feitas pelo enfoque teórico aludido acima:

1. Justifica o agravamento da questão ambiental+em função do despreparo e da falta de consciência da população, por força do desenvolvimento da sociedade urbano-industrial.
2. Defende que o comprometimento+ da qualidade de vida somente será evitado com o planejamento ambiental e a educação escolar.
3. Destaca o crescimento limitado+ da população capitalista, bem como a concepção antropocentrista da relação homem X natureza.

Em um segundo enfoque teórico, as pesquisas analisadas por Rafael (2012, p. 87) [p.a.] encontram-se sedimentadas em uma abordagem crítica, a qual considera a estreita vinculação entre a questão ambiental+e a ordem social do capital+, sendo que aquela só poderá ser superada com a própria superação do modo de produção capitalista. Essa perspectiva [p.a.] considera que a problemática ambiental se origina na organização social do mundo burguês+.

A existência de blocos teóricos apresentados tanto por Carnevale (2012) quanto por Rafael (2008) tem suporte a partir da constatação de que a temática ambiental tem sido historicamente um campo de tensão e disputas ídeo-políticas. Originalmente problematizada pelas ciências da natureza, especialmente a biologia, a ecologia, a discussão ambiental ainda é, hegemonicamente, marcada por concepções fetichizantes e sincréticas.

Esta trajetória da produção do conhecimento pautada por um viés limitado e parcial entrecruza-se com os traços sincréticos da profissão. O sincretismo enraizado na estrutura do Serviço Social advém da sua ampla formação sociohistórica, com o apoio em várias fontes teóricas. A trajetória da profissão é impulsionada pela Igreja Católica, a qual exerce forte influência na sua direção sociopolítica.

No início do século XX, o capitalismo monopolista se alicerça. As bases foram lançadas com a segunda Revolução Industrial, que ocorria nos EUA e na Europa. O desenvolvimento tecnológico e industrial possibilitou a ampliação das empresas, como a fusão destas com o incipiente capital financeiro. Quanto à sua relação com o Estado destaca-se que

O capitalismo monopolista de Estado não é senão a submissão absoluta do estado burguês à economia capitalista, e, portanto, aos monopólios, e não o contrário disto. É a interpenetração cada vez mais completa do aparelho do Estado e dos monopólios, enfim, a ditadura dos monopolistas mais poderosos. (KOUZMINOV, 1948)⁵⁷

O surgimento da profissão dá-se nesse momento histórico, na era dos monopólios+. Nesse sentido, a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a questão social⁵⁸, tipificadas nas políticas sociais+ (NETTO, 2011a, p.74). A atuação era

⁵⁷ A página do artigo é desconhecida, visto a revista originária estar online e sem numeração nas páginas. O referido periódico se chama *Problemas* (nº12, julho de 1948) e teve como diretor Carlos Marighella.

⁵⁸ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social,

voltada para prevenir possíveis impedimentos à rentabilidade do capital, através do disciplinamento e tendências higienistas para com a classe trabalhadora.

[...] um tal mercado não se estrutura, para o agente profissional, mediante as transformações ocorrentes no interior do seu referencial ou no marco da sua prática . antes estas transformações expressam exatamente a estruturação do mercado de trabalho; na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para *criar* um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a *existência deste espaço que leva à constituição profissional* [grifos do autor] (ibid, p. 73).

Nesse sentido, a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda à racionalização da filantropia nem à organização da caridade que vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*.+ (NETTO, 2011a, p. 69). Apesar de que a linha de pensamento endógeno acerca da origem profissional, relacionada às formas assistenciais, com forte influência da Igreja Católica, contou com a criação da União Católica Internacional de Serviço de Serviço Social⁵⁹ e das primeiras instituições empregadoras⁶⁰.

Nesse contexto, passa a existir uma relação de *continuidade* com a influência da Igreja Católica articulada a uma *relação de ruptura* visto que a intervenção profissional passa a não depender, estritamente, de seus valores e vontade. O controle exercido pelo mercado de trabalho incidiu na condição de assalariamento do profissional do Serviço Social e determinou a realização de um giro em sua reprodução.

Netto (ibid, p.72) aponta que com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências

da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão+(IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p.77).

⁵⁹ De acordo com Netto (2011a, p. 71), na nota de rodapé 127, [...] *a influência institucional da Igreja Católica se manteve durante todo o período da profissionalização e mesmo quando esta já se consolida*. A capacidade articuladora e coesora da Igreja, aqui, revelou-se extraordinariamente na medida em que ela não se limitou a disputar vigorosamente a direção ideológica do processo de profissionalização, mas especialmente empenhou-se em garanti-la mediante um *dispositivo organizacional* de incidência macroscópica . quanto a isto, é suficiente pensar em iniciativas como a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS, de 1922).+

⁶⁰ Os campos de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, formados em entidades no Rio de Janeiro entre 1939 a 1947, circundam no terreno cristão. Dentre as instituições estatais e particulares tem-se a atuação na Associação das Senhoras Brasileiras, Paróquia Santa Terezinha, Serviço Social da Casa do Pobre, Legião Brasileira de Assistência, Ação Social Arquidiocesana (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p.197).

daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho).+ Nesse processo, a profissão agrega as mais diferentes fontes ideológicas e teóricas, inicialmente, através do Serviço Social estadunidense e europeu.

As condições sociohistóricas que permearam as protoformas do Serviço Social nos EUA contaram com a ausência de qualquer herança revolucionária⁶¹, diferentemente das protoformas europeias, mesmo que de forma traumática como no caso da Comuna de Paris e a posterior ideologia antissocialista propagandeada pela burguesia, que passou a representar o movimento operário organizado e revolucionário como a encarnação da barbárie+(NETTO, 2011a, p.111).

Além disso, tem-se no legado estadunidense a influência do fervor moral evangélico+, diferentemente do peso da tradição católica nas protoformas do Serviço Social europeu. Para Netto (ibid, p.114) a inexistência de um influxo católico significativo neste caldo cultural retira à sua dimensão filantrópica qualquer matiz arcaizante e, ao contrário, adequa-a como quer a interpretação weberiana, ao individualismo liberal, ao espírito do capitalismo.+

As grandes determinações que vinculam a ambos numa mesma e ampla perspectiva teórico-cultural . a do *pensamento conservador*, com seu medular positivismo e seus traços pragmáticos e empiricistas . não podem subsumir a diferencialidade efetiva que os peculiariza. Esta reside, em última instância, na *apreciação* do desenvolvimento capitalista. O caldo cultural europeu estava travejado nitidamente por um viés anticapitalista, para o qual concorriam as experiências revolucionárias e os valores católicos; as matrizes que compareciam no caldo cultural norte-americano ignoravam este viés, mesmo nas suas vertentes mais radicais. A crítica sócio-cultural, na Europa, era obrigada a pôr em questão aspectos da sociabilidade burguesa; na América, o tipo de desenvolvimento capitalista não conduzia a crítica a checá-lo [...] a síntese dessas diferenças pode ser resumida da seguinte maneira: nas fontes ideológicas das protoformas e da afirmação inicial do Serviço Social europeu, dado o anticapitalismo romântico, há um vigoroso componente de *apologia indireta* do capitalismo; nas fontes norte-americanas, nem desta forma a ordem capitalista era objeto de questionamento. [grifos do autor] (NETTO, 2011a, p.115)

Em suas dimensões ídeo-políticas e teórico-metodológicas, o Serviço Social brasileiro absorveu esse turbilhão de influências e conseqüentemente o plano de

⁶¹ O único traumatismo societário norte-americano conectou-se à escravatura (NETTO, 2011a, p.113).

intencionalidade da profissão, de maneira medular, tem o aporte *reformista*. No bojo de tal reformismo ainda encontram-se duas perspectivas: a dimensão *modernizadora* (estadunidense) - nesta intervenção tem por objetivo um padrão de integração que joga com a efetiva dinâmica vigente e se propõe a explorar as alternativas nelas contidas . a ordem capitalista é tomada como invulnerável, sem o apelo a parâmetros pretéritos; a segunda perspectiva é a *restauradora* (europeia), que desenvolve uma apologia indireta ao modo de produção capitalista - esta intervenção se faz necessária para repor um padrão de integração social que é modelado por uma representação idealizada do passado+. Diante disso, tem-se uma atração por um capitalismo com formas societárias pré-capitalistas+(Ibid, p.116).

O reformismo de caráter modernizador foi pautado sob o orbe do pragmatismo intelectual, visto a disseminação desta última corrente nos EUA pelos autores William James e John Dewey⁶². Para este último autor,

[...] o pensamento não é mais do que um instrumento orientado à solução de problemas práticos, dele decorre um tipo de conhecimento advindo do saber adquirido na resolução de problemas. Assim, é conhecimento todo pensamento que se comprova em ação (apud GUERRA, 2013, p. 43).

No que concerne ao reformismo de caráter restaurador, influenciado pelo anticapitalismo romântico, tem-se a reafirmação da marca de desprezo à racionalidade teórica [esta] comandado não por características que acompanham a intervenção (assistematicidade, empirismo, etc.), mas por um visceral irracionalismo+(NETTO, 2011a, p.117). O autor ainda afirma que para essa tendência ideológica o reconhecimento da insuficiência da teoria não passa pelo conduto da suspeição; antes, mostra-se como assunção (científica) da natureza relativa de todo conhecimento racional+(ibid). Sendo assim, o irracionalismo é apontado como o *terceiro caminho* nas dimensões prática e ideológica por rejeitar o capitalismo+e o comunismo (ibid, p.118).

Além da influência reformista supracitada, o Serviço Social brasileiro contou, fortemente, com a adesão à fenomenologia, que no processo de reconceituação da

⁶² Formulação teórica de cariz pragmático: Nós só pensamos quando nos defrontamos com um problema. Aprender? Certamente, mas, primeiro, viver e aprender pela vida, na vida.+(DEWEY apud GUERRA, 2013, p. 40).

profissão inseriu-se na perspectiva modernizadora. As principais influentes dentro da categoria profissional foram Creuza Capalbo e Ana Maria Braz Pavão⁶³. Esta última afirmava que a fenomenologia era uma direção da nossa atenção, que, voltando as costas às coisas percebidas, detém-se na sua qualidade de serem percebidas+ (1984, p. 16).

Para a autora, o movimento de percepção supõe que a tarefa inicial se fixa na pesquisa, no exame e na descrição do fenômeno como se mostra à consciência.+

O método fenomenológico consiste, pois, em reconsiderar tudo o que aparece à consciência, isto é, os fenômenos. Em vez de examinar se tais conteúdos são reais ou irrealis, ideais ou imaginários, passa-se simplesmente a examiná-los como aparecem. Tal método permite apreender a realidade manifestada em toda a sua plenitude, nele toda intuição primordial é fonte legítima de conhecimento, e tudo o que se apresenta por si mesmo na intuição deve ser aceito simplesmente como o que se oferece e tal como se oferece, ainda que somente dentro dos limites nos quais se apresenta. [...] Tal descrição é feita olhando-se penetrantemente para os fenômenos, ou seja, pela intuição, graças à qual atingiremos, com plena evidência, como são em si mesmos. Nada está em contato mais íntimo conosco do que nossa própria consciência.

Essa abordagem teórica reduz a apreensão da realidade à subjetividade, se resume em *pontos de vista*, que variam de acordo com a vivência e trajetória de vida das pessoas. Dessa forma, relativiza a realidade, reduzindo-a as concepções e valores morais⁶⁴.

Tem-se no método fenomenológico a concepção de uma atitude de diálogo [...] capaz de estar aberta para acolher as coisas e captar progressivamente pelas descrições da estrutura do vivido, seus significados essenciais+ (PAVÃO, 1984, p.21), por intermédio dessas relações vividas no mundo cotidiano, com uma atitude dialogal, que chegamos à compreensão do outro, das coisas e do mundo, e do ser no mundo+.

⁶³ Apesar de que na obra *Ditadura e Serviço Social* José Paulo Netto discorre que Pavão não era fidedigna à fenomenologia husserliana. Além da predominância de diversas correntes teóricas no bojo do Serviço Social brasileiro, ainda tem-se a questão da distorção teórica que se faz das obras originais. Essa mesma problemática acometeu a influência marxista na profissão que, perseguida pela autocracia burguesa em tempos ditatoriais, recorreu à fontes secundárias, recaindo na grande problemática de um marxismo sem Marx+, como veremos a seguir.

⁶⁴ Essa dimensão também é presente nas teses irracionalistas.

Pavão (ibid, p. 22), ainda discorre que a metodologia fenomenológica é compreensiva e participante, pois visa por meio do diálogo e acolhimento do outro, uma interação entre sujeitos+. Nesse intuito de interação social, centram o princípio da *autodeterminação* para o Serviço Social, superdimensionando a liberdade do indivíduo (isolado) na constituição da realidade. Essa análise corrobora diretamente para a *autonomização* dos profissionais, descartando a condição de trabalhador assalariado, submetido à precarização do trabalho.

Diante dessas múltiplas influências e determinações teórico-metodológicas e ídeo-políticas no Serviço Social brasileiro, gesta-se uma perspectiva que altera o cenário de submissão e ausência de questionamento à ordem do capital. Em meados de 1960, inicia-se um processo de *intenção de ruptura* condizente a um movimento de luta contra o conservadorismo hegemônico na profissão.

Entretanto, o mesmo é interrompido pelo golpe da autocracia burguesa, apesar de que *por debaixo dos panos*+, o movimento se consolida, principalmente, no ambiente acadêmico. Com o aporte da tradição marxista⁶⁵, o movimento ganha fôlego a partir de 1979, tendo como marco o *Congresso da Virada*⁶⁶.

Esse conjunto de forças transformadoras consolida a sua hegemonia na profissão, a partir nos anos 80 do século passado. A questão social passa a ser analisada sob uma perspectiva crítica, pois tomá-la *como* uma problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à reação capital/trabalho . o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa+(NETTO, 2011a, p. 32).

Esse processo crítico é hegemônico na categoria profissional, entretanto, a categoria de hegemonia não significa *maioria*, e sim direção intelectual, constituindo-se em campo de forças na produção teórica, na representação política, junto a outros espaços. Porém, os pilares teóricos e ideológicos conservadores (positivismo, fenomenologia, pragmatismo, irracionalismo, etc.), que fundamentaram a profissão,

⁶⁵ Devido ao momento histórico de ditadura militar/civil, os textos do próprio Karl Marx eram de difícil acesso. Por conta disso, liam-se interpretações do referido autor, muitas vezes equivocadas e distorcidas, a exemplo de Althusser. Para aprofundar: COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

⁶⁶ Simbolicamente, houve a destituição da mesa de abertura do encontro, que seria composta por militares, em prol da composição por líderes sindicais, representantes da Greve do ABC.

coexistem com os pilares progressistas e revolucionários herdados pela influência da tradição marxista na profissão, em um cenário de tensionamento da correlação de forças pela direção sociopolítica da profissão.

Nesse sentido, a coexistência de forças de diversas matrizes teóricas, que nem sempre se apresentam de forma clara, reafirma o sincretismo na estrutura profissional. Netto (2011a, p. 92) elucida que

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social [grifos do autor] (2011, p.92)

Essas questões ou velhas taras+ rebatem na dimensão interventiva, ideológica e científica da profissão:

No plano da articulação teórica, ultrapassa o senso comum com uma formulação sistemática, entretanto sem desbordar o seu terreno; no plano da intervenção, clarifica nexos causais e identifica variáveis prioritárias para a manipulação técnica, desde, porém, que a ação que sobre elas vier a incidir não vulnerabilize a lógica medular da reprodução das relações sociais (ibid, p 101).

Montaño (2011, p.763) afirma que o sincretismo científico processa na profissão em geral uma suposta conciliação de teorias sem se atentar para o antagonismo nos seus fundamentos, valores e orientações+. A estrutura sincrética possui uma amplitude ao caracterizar-se pela adoção de macroteorias em sua gênese, a exemplo da trajetória sociohistórica da profissão que conta com discrepantes formações: as influências estadunidense e europeia, bem como as interpretações oriundas do Serviço Social brasileiro. Atualmente, soma-se a estas a influência do ecletismo: tendência política e teórica reatualizada, que se instrui pela pós-modernidade e mistura+de métodos.

O Serviço Social tem sua primeira aproximação ao irracionalismo através do anticapitalismo romântico, conforme tratado anteriormente. A partir de 1990, essa tendência se caracteriza com uma nova roupagem, indo para além de uma forma de

análise da realidade. Esse projeto de sociedade passa a ter um caráter extremamente ofensivo à modernidade e principalmente ao marxismo.

O pensamento pós-moderno, operando com as simplificações que lhe são peculiares, dá por suposto que a modernidade se resume à modernidade burguesa e ao que se realizou historicamente no socialismo real. Agrega a essas constatações as alterações que vêm se processando na sociedade contemporânea e proclama: é um projeto esgotado; portanto, as teorias sociais (ou ~~paradigmas~~ como eles preferem denomina-las) que dele derivaram também não conseguem mais explicar a sociedade atual. Esta é muito mais complexa que a sociedade moderna por ser mais fragmentada. A ciência deve então relativizar seus parâmetros, misturar diferentes métodos e pontos de vista, uma vez que não existe mais objetividade e o sentido dos fragmentos é dado em si mesmo, dependendo da visão do sujeito (SANTOS, 2007, p.109).

A referida autora aponta que o Serviço Social possui terreno fértil para o desenvolvimento do neoconservadorismo pós-moderno, compreendendo sua raiz sincrética. Além disso, ~~a~~ ofensiva neoconservadora pós-moderna tem fortes influências acadêmicas, especialmente no âmbito das ciências sociais⁶⁷ (ibid, p.110). O Serviço Social, enquanto profissão que também se apoia nessa área de conhecimento, absorve os modismos e novas interpretações do real.

Santos (2007, p. 111) alerta sobre os perigos desse cenário para a profissão:

o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialética e o faz, do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e de ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto ético-político-profissional.

Essa ofensiva, respaldada no sincretismo ideológico e científico, tem suporte nas contradições da *prática indiferenciada*. A questão ambiental, assim como a social, demanda ao Estado ações de enfrentamento, ou melhor, de minimização de seus impactos. Diante disso, surgem as demandas, e como sinalizado anteriormente, surgiu a própria profissionalização do Serviço Social. A prática institucional requer o atendimento das necessidades imediatas, geralmente administrativas e burocráticas. Em contraposição, a prática profissional visa uma atuação crítica, analítica e articuladora dos sujeitos sociais. Diante disso, o trabalho

⁶⁷ Vale destacar que o neo(conservadorismo) se constitui como principal base ídeo-teórica da crise do capital.

do (a) assistente social se constitui no tensionamento entre *projeto ético-político profissional e estatuto assalariado* (IAMAMOTO, 2011, p.416).

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

Em outras palavras, a autonomia profissional situa-se em uma linha tênue quanto à condição de assalariamento e seus diversos desdobramentos, como a precarização do trabalho, este intensificado pela fragilidade do vínculo empregatício, principalmente, pela atuação em projetos e contratos por tempo determinado,

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um trabalho coletivo de trabalhadores que implementam as ações institucionais, cujo resultado é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho . , as múltiplas expressões da *questão social*, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha . , depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas. (IAMAMOTO, 2011, p. 421).

O (a) assistente social se encontra nessa constante contradição, que erroneamente, é apreendida como a famigerada discrepância entre teoria e prática⁶⁸. Iamamoto (2011, p. 416) aponta duas questões fundamentais:

[...] (a) a existência de um campo de mediações que necessita ser considerado para realizar o trânsito da análise da profissão ao seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais em que ele se inscreve; (b) a exigência de ruptura de análises unilaterais, que enfatizam um dos pólos daquela tensão transversal ao trabalho do assistente social, destituindo as relações sociais de suas contradições.

⁶⁸ Ver GUERRA, Yolanda. No que se sustenta a falácia de que *na prática a teoria é outra?*+(2005).

Diante disso, existe a inerente necessidade de realizar mediações no desenvolvimento do trabalho do (a) assistente social, se distanciando de leituras fatalistas ou messiânicos⁶⁹ da realidade. Vale destacar que a necessidade apontada se constitui em um inerente desafio posto aos profissionais do Serviço Social, tendo em vista as armadilhas da multiplicidade das refrações da questão social, bem como ambiental, e do cotidiano que resguarda a imediaticidade.

Nesse sentido, o trabalho dos (as) assistentes sociais se fundamenta nas contradições entre projetos institucional e profissional e atrela-se às armadilhas supracitadas, o que por sua vez, configuram o *sincretismo*, na perspectiva da *prática indiferenciada*⁷⁰ (NETTO, 2011a) que também se reporta às dimensões teórico-metodológica e ídeo-teórica, com a influência do sincretismo científico e ideológico, respectivamente.

Sendo assim, cabe ao conjunto da profissão, que se constitui como hegemônica, prezar pelo pluralismo de debates (salientando mais uma vez que o marxismo não é a única corrente ou método que incide na profissão), porém sem rebaixar/regredir o projeto crítico, estabelecido a duras penas⁷¹. Este projeto possibilitou a heterogeneidade na profissão, antes dirigida pelo consenso teórico, político e técnico, de cariz conservador.

A vertente crítica, fundamentada no método marxiano, expõe as contradições inerentes a este sistema, da engrenagem de lucro x exploração, de riqueza x pobreza, etc.. É necessário desnudar a origem e a base que sustenta essa barbárie, principalmente, pela importância desta apreensão para atuação profissional e,

⁶⁹ Iamamoto (2011, p. 417) aponta que as leituras fatalistas [...] superestimam a força e a lógica do comando do capital no processo de (re)produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades+. Já as leituras messiânicas possuem a tendência de [...] silenciar ou subestimar os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício de uma profissão, deslocando a ênfase para a vontade política do coletivo profissional, que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu*+.+

⁷⁰ A prática sincrética resolve-se no marco da mediação e da pragmática constitutivas da intervenção que tem como horizonte o espaço do cotidiano: na indiferenciação operatória, subsume-os e cristaliza um padrão de procedimento do qual a profissionalização é menos um regulador efetivo que uma construção reflexiva (*constructo*).+(NETTO, 2011a, p. 107).

⁷¹ No processo histórico para se tornar hegemônica, a vertente crítica sofreu os ataques da autocracia burguesa, tendo um quadro de assistentes sociais presas e torturadas. O CFESS investiga esse cenário, para torná-lo público e reafirmar a luta pela democracia, como pauta estratégica para a constituição de uma sociedade sem explorações e opressões.

consequentemente, para a produção de conhecimento da categoria sobre os diversos campos de atuação, incluindo a questão ambiental.

No próximo capítulo, a partir do entendimento da estrutura sincrética e a tendência eclética da profissão, trataremos sobre os blocos ídeo-políticos e teses que norteiam a produção de conhecimento sobre a questão ambiental, inclusive que fundamentam a elaboração da profissão.

2. BLOCO ÍDEO-POLÍTICOS E TESES NORTEADORAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

A produção de conhecimento reproduz, em suas dimensões ídeo-política e teórico-metodológica, a manutenção da sociedade. Os intelectuais alinhados à ordem burguesa, por exemplo, possuem divergências quanto aos métodos de análise da realidade ou aspectos desta, mas o ponto de intersecção entre eles situa-se na ausência de críticas quanto à continuidade do sistema. Nesse quesito, as matrizes teóricas positivista e fenomenológica se destacam, demarcando sua influência e renovação até os dias atuais.

A matriz teórica positivista, de natureza formal-abstrata, tem em Augusto Comte seu precursor, a qual, posteriormente, ganhou adesão de diversos autores, sendo Émile Durkheim e Max Weber (a despeito das distinções entre estes), os mais destacados. Para Durkheim, deve reinar a coesão social, com respeito à divisão do trabalho social. Sobre os conflitos só devem existir entre os segmentos da mesma classe, no intuito de não alterar a harmonia da sociedade,

[...] quanto mais as funções se aproximam, mais há entre elas pontos de contato, mais, por conseguinte, elas são expostas a se combaterem [...]. Nunca o magistrado concorrerá com o industrial; mas o cervejeiro e o vinhateiro, o fabricante de tecidos e o fabricante de sedas, o poeta e o músico muitas vezes se esforçam por se suplantarem um ao outro. Quanto aos que desempenham exatamente a mesma função, só podem prosperar em detrimento uns dos outros. (DURKHEIM, 1999, p. 264).

Para os autores supracitados, a interpretação da realidade parte das premissas de um sistema coerente e operacional (LÖWY, 1994, p.17) no qual,

1. A sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana; na vida social, reina uma harmonia natural.
2. A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como *naturalismo positivista*) e ser estudada pelos mesmos métodos, correntes⁷² e processos empregados pelas ciências da natureza.

⁷² A referida palavra foi substituída pela original, que consta no texto: *démarche*.

3. As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos.

Diante disso, a ordem, o progresso e a harmonia social são predominantes e a aproximação às ciências da natureza serve para atestar o conhecimento, que deve estar certo, a salvo das contradições. A relação sujeito e objeto, pela via da lógica-formal positivista, é de *causa* e *efeito*, a ciência é considerada neutra e o estudo se resume à descrição dos fatos, dos fenômenos, ~~as~~ as ciências possuem, antes de tudo, destinação mais direta e elevada, a saber, a de satisfazer a necessidade fundamental sentida por nossa inteligência, de conhecer as leis dos fenômenos+ (COMTE apud ANDERY et al, 2007, p. 381).

Max Weber dá continuidade à questão da neutralidade da ciência, mas passa a destoar do positivismo clássico. O pensador enfatiza que a direção do que for pesquisado fica a critério do sujeito, mas que os valores não influenciem na análise dos fatos. Entretanto, a neutralidade requerida no positivismo não passa de uma falácia, visto que a descrição dos fenômenos é estabelecida pelo próprio (a) pesquisador (a), que apesar da tentativa de se instrumentalizar pela objetividade, acaba por descrever a realidade (o fenômeno aparente) de acordo com seu ponto de vista⁷³.

Já na fenomenologia, o método de análise se fundamenta, claramente, na autonomização do sujeito em face da realidade objetiva. O conhecimento é determinado por suas percepções e consciência sobre o real, negando a esta sua condição de objetividade-subjetividade. Seu precursor foi Edmund Husserl, o qual acreditava na possibilidade de uma ciência transcendental, que poderia ser obtida através da *époché*, método que permitiria uma abstração de julgamentos prévios

⁷³ Weber (2009, p.3) aponta os fundamentos da sociologia compreensiva e a conceitua como *uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explica-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Por ação entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação social por sua vez significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso+*

sobre a realidade, para se chegar a uma ciência pura e a posterior descrição da realidade pelo sujeito.

Merleau-Ponty (1999, p. 1), um dos sucessores desta vertente, afirma que a fenomenologia é o estudo da essência da percepção e da consciência, % uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural+. Ainda complementa que a fenomenologia % a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é [...]+, ou seja, é o mundo percebido.

Além das perspectivas teóricas brevemente tratadas, a crise do capital propicia a nítida influência de negação da racionalidade moderna, a pós-modernidade, que também pode ser denominada como pluralismo metodológico.

As embrionárias ideias que dão base a essa perspectiva surgem no século XIX, com autores que deram ênfase à consciência em detrimento da objetividade. Mas somente após 1968, através dos resquícios do movimento cultural que sacudiu a França, o ideário pós-moderno se instaura⁷⁴. A decadência ideológica passa a ser fundamentada por Nietzsche, % que se torna o *maître à penser* dos filósofos e autores que colocariam de pé a ideologia pós-moderna+(NETTO, 2010, p. 267).

Em 1979, tem-se a publicação da obra de Jean-François Lyotard, intitulada % O pós-moderno+. O referido autor configura-se no bloco dos pós-modernos de % celebração+⁷⁵. Netto (2010, 261) elucida % que Habermas chegou a qualificar como neoconservadores, expressamente convencido de que a sociedade burguesa constitui a paragem final da história+. A dita sociedade % pós-industrial+ com o % fim do trabalho+(a crise do socialismo real e o desenvolvimento do neoliberalismo incidem

⁷⁴ Diferentemente de 1848, % no processo de 1968 e suas imediatas derivações, a ofensiva do capital não encontra pela frente uma classe revolucionária ascendente, mas um proletariado que, maduro, paga o ônus de direções sindicais burocratizadas e de um movimento político às vésperas de uma grande crise . no campo socialista, o vestíbulo da rendição às concepções burguesas; no campo comunista, o peso e as consequências da hipoteca estalinista. Sobretudo, incidem no processo as alterações ocorrentes na estrutura social (as diferenciações inter e intraclassistas, a ponderação das novas camadas médias urbanas e seus nascentes movimentos específicos), diretamente condicionadas por um aprofundamento da divisão social do trabalho, que vai afetar em especial os segmentos intelectuais (NETTO, 2010, p. 260).

⁷⁵ Os autores pós-modernos de % celebração+ são os convictos, os clássicos. Já os pós-modernos de % oposição+ são os que politicamente ainda apontam críticas ao capitalismo, apesar destas serem ao modelo de sociedade e não ao modo de produção (NETTO, 2010).

nesta conjuntura) abre os caminhos para a *sociedade do conhecimento*, flexibilizada e sem as *velharias* da modernidade, como instituições universitárias, e principalmente, a luta de classes que haveria se tornado ultrapassada frente às questões atuais.

Marcada pela pluralidade de métodos para análise da realidade, a pós-modernidade consiste em *apelar* para o rigor do sujeito que, reconhecendo a relatividade dos métodos, propõe-se a tomar como norma o diálogo⁷⁶, a articulação, o entrecruzamento de paradigmas diferentes (TONET, 2007, p. 2). Num misto de ecletismo, relativismo e ausência de conceituação, esse campo teórico visualiza um novo mundo (a partir do *fim das classes*), com a possibilidade de construção de conhecimentos instituídos de forma horizontal, com subsídio da informática e conexão entre redes sociais.

Existe uma diversidade de *métodos* e análises, *as* distinções não são fáceis, posto que não exista nem *uma* nem *a* teoria da pós-modernidade: há teorias pós-modernas, tendo em comum os fatores, como a aceitação da imediatividade, abandonando à distinção entre aparência e essência; a negação da categoria de totalidade; a semiologização da realidade, reduzindo-a às representações simbólicas e à discursividade (a análise de discurso). Dessa forma, corroboram com o ecletismo . pluralidade metodológica e o relativismo, incidindo na dissolução da clássica verdade; na ciência como jogo de linguagem e o conhecimento como discurso (NETTO, 2010, p. 261).

Em seu interior não existem propostas de ruptura com a engrenagem do capital; o campo pós-moderno localiza-se como *braço direito* do sistema, é peça fundante para a manutenção do capitalismo contemporâneo. Atualmente, se faz de *práticas* minimalistas ainda que midiaticamente mobilizadoras, [...] práticas que em geral envolvem *os* novos movimentos sociais e apelam à sociedade civil, ou derivando para o limbo das utopias (ibid, p. 263).

⁷⁶ O diálogo não no sentido de confronto de ideias, mas de fusão de matrizes diferentes (TONET, 2007)

As correntes tratadas até agora perpassam a *gnosilogia*, eis o centro da questão: o sujeito possui autonomia em relação ao objeto, podendo, inclusive, ressignificá-lo/recriá-lo, a partir de suas percepções.

[...] a ciência é vista como uma produção de um sujeito autônomo, ou seja, de um sujeito que sofre as mais diversas influências . econômicas, políticas, sociais, ideológicas, culturais, psicológicas, etc. . mas não é direta, mecânica e causalmente determinado por elas. Mais do que isto, porém, está-se dizendo que os problemas do conhecimento devem ser tratados enquanto problemas internos do conhecimento, regidos por uma legalidade própria. A influência da realidade externa existe e pode ser muito forte, mas não há uma relação íntima, essencial, entre a realidade e a ideias (TONET, 2007, p. 2).

Essa autonomização do sujeito recai em uma subjetividade desmedida, em um subjetivismo, visto a distância da realidade objetiva. Em ~~uma~~ ideologia alemã+, Marx e Engels fazem uma crítica memorável aos jovens hegelianos pela desvinculação da realidade:

[...] Segundo sua fantasia, as relações dos homens, tudo o que os homens fazem, os seus grilhões e barreiras, são produtos da sua consciência, assim de modo conseqüente, colocam aos homens o postulado moral de trocarem a sua consciência presente pela consciência humana, crítica ou egoísta, e, desse modo, de eliminarem as suas barreiras. Essa exigência de mudar a consciência conduz à exigência de interpretar de outro modo o que existe, ou seja, de o reconhecer por meio de outra interpretação. Os ideólogos jovens-hegelianos são, apesar das frases com que pretendem ~~abal~~ o mundo+, os maiores conservadores. Os mais novos dentre eles encontraram a expressão correta para a sua atividade quando afirmam que lutam apenas contra ~~frases~~ Esquecem, apenas, que a essas mesmas frases nada opõem senão frases, e que de modo algum combatem o mundo real existente se combaterem apenas as frases deste mundo. [...] Não ocorreu a nenhum desses filósofos procurar a conexão da filosofia alemã com a realidade alemã, a conexão da sua crítica com o seu próprio ambiente material. (2009, p.22)

O método do materialismo histórico dialético, desenvolvido por Karl Marx, diferentemente das correntes apresentadas, parte da objetividade do real. A subjetividade não determina a apreensão da realidade, porém a objetividade isolada não permite a constituição do ser social. Dessa forma, para a tradição marxista, a objetividade e subjetividade se complementam.

O teórico alemão do século XIX, Marx, dedicou a sua vida ao estudo da sociedade capitalista. Para além do que esta sociedade aparenta ser, o pensador a desnudou e revelou sua gênese, engrenagem e possibilidades de mudança, de construção de novas formas societárias. Além disso, também apresentou um método de análise, que se faz atual em pleno século XXI.

A referida forma de capturar a realidade consiste em articular a singularidade, (o fenômeno aparente, imediato e empírico) à universalidade (essência do fenômeno, do objeto), por meio das particularidades (mediações) (LARA, 2007). Netto (2011b, p. 21) discorre sobre esse processo,

[...] a teoria é o movimento do real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador . *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento) [...] para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica . por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável . , é apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a *reproduz no plano do pensamento*; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador a *reproduz no plano ideal*, a essência do objeto que investigou. O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador.

Carvalho (2007, p.192) reitera a afirmação anterior ao elucidar que o pensamento para Marx, diferentemente da perspectiva gnosiológica, [.] não sai em busca de ideias em si mesmas mas de ideias (noções, categorias, conceitos, leis, etc.) que são capazes de expressar o mecanismo central de constituição e articulação do real concreto, a essência desse real concreto.

Nesse sentido, a partir do método marxiano é possível analisar a realidade em sua concretude, em busca da essência do que está posto. Diante disso, é possível afirmar que para além de uma falaciosa crise da modernidade, nos encontramos em uma crise do modelo societário vigente, do modo de produção capitalista, ou seja, o capitalismo encontra-se em crise estrutural e esse processo afeta a produção de conhecimento. Aos (as) demais pesquisadores (as) que não se subsidiam através do referido método, as explicações são as mais diversas e vazias,

restando-lhes o agravamento e consolidação dos descaminhos do pensar e agir (TONET, 2007).

Neste capítulo abordaremos as teses⁷⁷ que norteiam a produção de conhecimento sobre a questão ambiental: a tese marxista evidencia a *atualidade do método crítico* e terá como expoente os escritos de Löwy; o bloco denominado *ecodemocracia* abarcará a *conservação do meio ambiente* por Diegues, concomitante ao ideário do *desenvolvimento sustentável* propagado por Sachs, além da tese da *justiça ambiental* apresentada por Acselrad. Por fim, traremos as principais argumentações do *saber ambiental* pautado por Leff.

Esta secção é um convite para estudiosos das ciências sociais, ambientais e áreas afins, com destaque para o próprio Serviço Social, que se aventura e se finca em terreno pouco conhecido, mas que toma como desafio à profissão a necessidade de análise crítica acerca desta área, impulsionando uma nova geração de pesquisadores (as).

2.1. Ecosocialismo e atualidade do método marxiano

Os críticos de Marx insistem em alegar a insuficiência de seu legado para a elucidação da questão ambiental, ignorando o fato de que o referido autor preocupou-se com a temática e produziu conhecimento neste campo, o qual subsidia estudos até os dias atuais. Durante toda sua vida, Marx se dedicou a estudar a estrutura e dinâmica da sociabilidade capitalista, a partir de um **método** de análise que possibilita sucessivas aproximações à realidade, tendo em vista as mudanças sócio-históricas.

Nesse sentido, Marx tanto discorreu sobre a relação homem/natureza em sua época, como, a partir do conhecimento que legou acerca da estrutura da sociedade do capital, nos fornece elementos teórico-metodológicos para pensar a atual destrutividade da natureza em sua estreita relação com a organização da sociedade;

⁷⁷ Vale destacar que as teses e tipologias foram eleitas com base nos dados analisados. Longe de reduzir a gama de correntes que discutem a questão ambiental.

o fez, sem deixar de reconhecer a profunda dependência do gênero humano em face da natureza⁷⁸.

Entretanto, na dinâmica de aguda destrutividade dos recursos naturais inseridos no circuito mercantil do modo de produção capitalista, a natureza sofre profundos rebatimentos, que se expressam na escassez dos recursos não renováveis, nos níveis de aquecimento planetário, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis (SILVA, 2010, p. 45), dentre outros.

Nos países periféricos, a dimensão destrutiva da natureza se acentua, tomando diferentes particularidades em face dos países centrais. Coutinho (2009, p. 24) elucida que a questão ambiental difere nos países de capitalismo avançado (Norte), dos países de capitalismo periférico (Sul), tendo em vista as relações de dependência destes em relação aos primeiros. Dessa maneira, os riscos das operações que mediatizam a relação do capital com o meio ambiente são desigualmente distribuídos e, nesta divisão desigual, os maiores ônus recaem sobre os segmentos periféricos do sistema.

As referidas particularidades se integram à Teoria da Dependência⁷⁹. Galeano (2014, p.19) discorre acerca da apropriação das riquezas e destruição da natureza na América Latina, desde o capitalismo mercantil.

[...] Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. Potosí, Zacatecas e Ouro Preto caíram de ponta-cabeça da grimpada de esplendores dos metais preciosos no fundo buraco dos socavões vazios, e a ruína foi o destino do pampa chileno do salitre e da floresta amazônica da borracha; o nordeste açucareiro do Brasil, as matas argentinas de quebrachos ou certos povoados petrolíferos do lago de Maracaibo têm dolorosas razões para

⁷⁸ Ainda que este autor tenha adotado seu objeto de estudo a *sociedade burguesa*, a exploração do trabalho em particular possibilita capturar a dinâmica e estrutura da ordem do capital, contribuindo para aproximações da relação homem e natureza, propriamente da questão ambiental, como exposto no tópico anterior.

⁷⁹ A teoria da dependência foi desenvolvida, principalmente, por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. A base dessa tese é a relação de dominação, desde tempos coloniais, de países desenvolvidos (centrais) que se apropriam da riqueza dos países em desenvolvimento (periféricos), tanto pela incipiente industrialização dos mesmos, como pela permanente primarização da economia, como o caso do Brasil.

acreditar na mortalidade das fortunas que a natureza dá e o imperialismo toma. A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema [...].

Nesse histórico processo de dependência, tem-se a contínua abertura dos Estados nacionais para o oligopólio estrangeiro. A implantação de investimentos e sedes de indústrias e empresas internacionais é consentida e estimulada através de isenções fiscais, doações de terras e demais vantagens para os desbravadores. Tais aventureiros buscam na América Latina e demais países emergentes as facilidades para espriar e consolidar seu poderio, como o afrouxamento das leis trabalhistas e incipientes/frágeis organizações dos (as) trabalhadores (as) e ausência ou ineficiência de regulação ambiental.

Dessa forma, intensificam a exploração do trabalho, por pagar míseras remunerações, bem como se utilizar do trabalho informal, como no caso de empresas estadunidenses que fabricam suas mercadorias em países como Bangladesh, Filipinas, Índia, ou que até mesmo importam produtos da China e revendem com alto lucro, visto as péssimas condições trabalhistas desses países, comparados ao trabalho escravo da modernidade.

Além disso, mantém-se como tendência, desde tempos coloniais, a primarização da economia. Hoje, as *commodities* (soja, milho, laranja, minérios, etc.) dão a tônica das exportações brasileiras. Exportando produtos primários, o Brasil fica à mercê da taxa do dólar e da economia imperialista, e ainda do consumo dos produtos que retornam ao país, com maior valor agregado. Vale mencionar a degradação ambiental causada por esse retrocedente modelo de desenvolvimento, visto o desgaste do solo com o plantio da monocultura e retirada dos minérios naturais, além do uso de agrotóxicos para acelerar a produção de grãos, hortaliças, etc.

Diante desse emblemático e desafiante cenário, torna-se fundamental realizar um debate crítico sobre a questão ambiental. A corrente teórico-política intitulada *ecosocialismo* fundamenta-se no método marxiano e cumpre seu papel ao intervir criticamente na referida discussão.

Löwy (2005, p. 37) aponta que

[...] é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação limitada de capital. Uma ecologia que negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos excessos do produtivismo capitalista.

Diante disso, o ecossocialismo atua na luta contra a mercantilização da natureza e na defesa de uma sociedade ambientalmente sustentável; na resistência à ditadura das multinacionais; no combate de toda a mundialização capitalista/liberal (ibid, p. 66), bem como a luta contra toda a ordem societária que tem por base a exploração do trabalho alheio e a propriedade privada. No processo de transição para o socialismo, Löwy (2005, p. 52) aponta que essa nova sociabilidade, em construção, estaria fundada na escolha democrática das prioridades e dos investimentos pela própria população . e não pelas leis de mercado.

Além disso, ainda afirma que

Essa transição levaria não apenas a um novo modo de produção e a uma sociedade igualitária e democrática, mas também a um *modo de vida alternativo*, a uma *civilização nova*, ecossocialista, para além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade, e da produção ao infinito de mercadorias nocivas ao meio ambiente (ibid, p. 53).

O ecossocialismo centra-se no movimento de desconstrução de uma cultura fetichizada, moralizante, assentada nas saídas individuais e a reconstrução desta, rumo a uma nova civilização/sociedade, que só é possível quando relacionada à luta pela tomada do controle da produção pela classe trabalhadora.

2.2. Ecodemocracia: conservação do meio ambiente e justiça ambiental em debate

Neste item iremos nos ater às teses que centram sua análise na ecologia política, esta entendida como a relação entre a ecologia e economia política⁸⁰, a qual

⁸⁰ Ver MARTÍNEZ-ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: contexto, 2007.

visa a tomada de medidas regulatórias por parte do Estado para resolução tanto de conflitos ambientais como da própria degradação ambiental. Essas discussões gravitam em torno do que se pode chamar *ecodemocracia*. As teses trabalhadas serão: 1) conservacionismo por Diegues (2001); 2) desenvolvimento sustentável por Sachs (2002); 3) justiça ambiental por Acsehrad (2009, 2010).

A primeira tese a ser apresentada está inserida na corrente conservacionista. Tem como eixo de construção a defesa *da presença das populações tradicionais nas unidades de conservação em que vivem, por meio da criação de novos modelos de áreas protegidas* (DIEGUES, 2001, p. 12). O autor tece críticas à corrente preservacionista e denomina como mito o ideário da *natureza intocada*.

A tese seguinte é a do desenvolvimento sustentável: nitidamente sustentada pela lógica do capital, tenta articular desenvolvimento social, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Sachs (2002, p. 30) argumenta sobre a criação de uma moderna civilização de biomassa⁸¹, integrada à biodiversidade e às biotecnologias. Em meios críticos, esse pensamento torna-se conhecido como *modernização ecológica*, visto a ênfase dada a técnicas e tecnologias *limpas* como enfrentamento da questão ambiental. Além de a sustentabilidade ser encarada como uma oportunidade de mercado.

Por fim, a terceira tese trata da desigualdade na distribuição das expressões da questão ambiental o que, para seus teóricos, significa afirmar a existência de uma desigual distribuição de riscos e vulnerabilidade ambientais, com foco para áreas de população pobre e negra. Apontam também a ausência de equidade na proteção ambiental e reivindicam justiça ambiental.

As referidas teses possuem particularidades quanto à sua dimensão política, apesar de incorrerem no mesmo projeto, este ecocapitalista: minimamente, existe a formulação da crítica aos efeitos mais danosos da lógica capitalista, ou mesmo a colocação, de modo pontual, no campo da luta anticapitalista (justiça ambiental). Teoricamente, apresentam fragilidades ao relacionar as problemáticas apresentadas

⁸¹ Pode ser considerado biomassa todo recurso renovável que provém de matéria orgânica - de origem vegetal ou animal - tendo por objetivo principal a produção de energia+. Disponível em < <http://www.mma.gov.br>>.

às questões de ordem macroestrutural, limitando-se a uma análise superficial sobre a gestão ambiental pública (GAP), às leis e à noção de Estado (sem uma clara abordagem do seu caráter de classe)⁸². A ausência de apontamentos acerca da necessidade de um projeto societário claramente guiado pela socialização dos meios de produção, de superação da ordem do capital, parece ser uma mediação essencial a essas correntes.

2.2.1. Conservação ambiental⁸³ e desenvolvimento sustentável: possibilidade ou retrocesso?

A tese a ser tratada, aqui, critica fortemente a corrente preservacionista, considerando-a como "mito moderno da natureza intocada"⁸⁴. Diegues (2001) analisa a historicidade da gestão ambiental pública brasileira quanto à conservação da natureza, pautando a defesa das populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras, nas áreas em que viviam e que hoje são Unidades de Conservação⁸⁵. O autor propõe novos modelos para as áreas protegidas, de forma que as referidas populações participem, democraticamente, dos espaços de decisão e que tenham seu direito à moradia preservado nas áreas historicamente ocupadas.

O referido autor aponta um conjunto de problemas quanto ao atual modelo de unidades de conservação, que se centra em: 1) o tipo e as características dessas unidades, destacando, em sua maioria, a proibição de moradia às populações tradicionais; 2) o impacto político-territorial e fundiário gerado pela criação de áreas

⁸² Vale ressaltar que mesmo no interior de cada uma dessas vertentes há uma diversidade teórica, de forma que aqui estamos tratando de seus aspectos centrais.

⁸³ Apesar das particularidades nas três teses apresentadas neste título, o conservacionismo é uma característica comum a todas.

⁸⁴ Nos apoiaremos em Diegues como autor representativo desta corrente.

⁸⁵ De acordo com o Ministério de Meio Ambiente, "as unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente." Disponível em: <www.mma.gov.br>.

protegidas visto as extensas áreas territoriais disponibilizadas para tal finalidade; 3) problemas sociais e étnicos relativos à expulsão de populações tradicionais.

Com base no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁸⁶, Diegues especifica as problemáticas apontadas acima. O mesmo argumenta que as unidades de conservação são limitadas e acabam por se caracterizar como *ilhas de conservação*, sem estabelecer tanta conexão com um sistema de conservação no país como um todo, *em suma*, o SNUC é um *sistema fechado* isolado da realidade do espaço total brasileiro que tem sido amplamente degradado e *mal desenvolvido* há décadas. (DIEGUES, 2001, p. 118).

Existe uma semelhança entre o preservacionismo com o mito da natureza intocada e o caráter dessas unidades de conservação: a controvérsia da presença das comunidades tradicionais nessas áreas. O autor aponta que no SNUC não existe *a* compatibilização entre a necessidade de aumentar as áreas de proteção da natureza e a presença de moradores na maioria dos ecossistemas a serem preservados (ibid). O ideólogo conservacionista julga as *más* pretensões dessa legislação ambiental, tendo em vista que *parece* haver intenção premeditada em *escamotear* esse problema tão presente na maioria dos países subdesenvolvidos (DIEGUES, 2001, p.118).

Com isso, também não existe preocupação em proteger a diversidade cultural das populações que permanecem dentro das unidades de conservação ou em seus arredores⁸⁷. Diante disso, tem-se uma hierarquia entre as várias categorias de unidade de conservação. As reservas extrativistas, por exemplo, não são priorizadas, conforme Diegues, *as* categorias da UICN⁸⁸ incluem outras como as *reservas antropológicas* e as *reservas da biosfera* criadas especificamente para resolver os conflitos entre populações locais e os objetivos da preservação estrita (ibid, p. 118).

⁸⁶ Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em <www.planalto.gov.br>.

⁸⁷ De acordo com o SNUC, as populações tradicionais apenas permanecem nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Não demais unidades, as famílias, simplesmente, são despejadas e indenizadas.

⁸⁸ UICN - União Mundial para a Natureza. É uma Organização Internacional que congrega instituições governamentais e não governamentais em volta da problemática da integridade e diversidade da natureza. Disponível em <www.iucn.org>.

Segundo o autor, a visão tecnocrática e autoritária permeia as deliberações sobre as unidades de conservação, considerando a ausência da sociedade e das comunidades locais nas referidas decisões, bem como nas suas formulações. Diante disso, o referido autor aponta a necessidade de valorizar a relação com os resistentes, moradores de tais unidades. Diferenciando estes dos demais grupos em volta das áreas de conservação, de acordo com a relação que se tem com a natureza, visto que não são classificados do mesmo modo os grupos madeireiros, especuladores e as comunidades locais tradicionais. E evidente que eles participam de objetivos de produção diferentes e devem ser tratados diferenciadamente.+ (ibid, p.120).

Por fim, Diegues argumenta que não basta, apenas, resolver os conflitos com as comunidades locais gerados, como ele aponta, pela implantação mal planejada de unidades de conservação+. Mas que é preciso ir além, sendo necessário melhorar as condições de vidas dessas populações,

Há aqui não somente um problema de equidade social, de respeito aos direitos humanos, mas uma questão profundamente ética. É muito fácil obrigar populações locais isoladas, sem poder político, a aceitar as unidades de conservação que exigem sua expulsão e a desorganização de seu modo de vida em prol da "natureza" e em benefício da "sociedade nacional". Essa sociedade nacional é, com razão, identificada pelas populações locais, prejudicadas com a chamada "conservação", com os grupos da elite econômica urbanizada ou residente em áreas agrícolas monocultoras atualmente prósperas porque destruíram as florestas e plantaram soja, cítricos e, por isso, são ricos e detêm poder. (DIEGUES, 2001, p. 120)

A tese apresentada possui relevância quanto à preocupação com os povos que vivem, trabalham e sobrevivem em suas terras, desde tempos remotos e com os quais o Serviço Social vem mantendo interlocução. A luta indígena e quilombola pela permanência nas áreas historicamente habitadas merece destaque nos dias atuais. Vítimas do capital agrícola e fundiário, populações ficam a mercê da dinâmica

predatória da atual sociabilidade, que não degrada só o ambiente natural, mas também a natureza humana, atingindo milhares de pessoas⁸⁹.

Minimamente, as populações tradicionais deveriam ter o direito à moradia garantido, em virtude de longos anos de exploração e genocídio, como no caso dos indígenas e quilombolas. Essa luta torna-se fundamental, servindo para afirmar a resistência desses povos e denunciar a especulação da terra, desde tempos coloniais e outros recursos naturais explorados pelos oligopólios capitalistas.

Quanto à dimensão ídeo-política da tese tratada, evidencia-se uma clara limitação, visto a exaltação dos espaços institucionais. As críticas e mudanças propostas ao atual SNUC apresentam relevâncias, entretanto, tornam-se pontuais quando a análise não avança para além da aparência da realidade. O problema não se centra, apenas, nas desapropriações das populações tradicionais e no atual modelo das unidades de conservação, mas fundamentalmente, na separação do homem para com a terra, da alienação do trabalho e da propriedade privada.

Marx (2010a), nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, apontou que a *propriedade privada* é o produto, o resultado inevitável do *trabalho alienado*, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. Esse estranhamento para com a natureza e para consigo mesmo, mediante a exploração da força de trabalho, é desprezado pela corrente conservacionista.

A princípio, a conservação do meio ambiente faz-se necessária a todas as sociedades: significa desenvolver as atividades humanas articuladas ao respeito dos ciclos naturais. Atualmente, os processos de mitigação de danos provocados à natureza devem ser prioritários na defesa de uma sociedade sustentável. Porém, contraditoriamente, a conservação dos recursos naturais torna-se uma medida paliativa, primeiramente por não problematizar a raiz estrutural da destrutividade ambiental e, segundo, dada a sua natureza restrita.

Para o conservacionismo a relação entre sociedade e natureza consiste no princípio da ecoeficiência, ~~na~~ natureza é frequentemente lenta e os processos de

⁸⁹ Essas populações foram estimadas pelas Nações Unidas em 300 milhões, sobrevivendo em setenta países e ocupando os mais variados ecossistemas, como as savanas, florestas e regiões polares. (DIEGUES, 2001, p. 18).

manejo podem torná-la eficiente+. Esta vertente, inicialmente, foi orientada pelo estadunidense, engenheiro florestal, Gifford Pinchot. O mesmo entendia que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos (DIEGUES, 2001, p.18).

O ponto central dessa estratégia de enfrentamento da questão ambiental é a pretendida compatibilidade entre crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental como possibilidade histórica nos marcos do capitalismo. Nesse sentido, a dimensão econômica não deveria comprometer o respeito ao meio ambiente e deveria articular-se à erradicação da pobreza, no intuito de promover uma sociedade justa e respeitável, ambientalmente. Entretanto, nesta lógica, o meio ambiente também não pode comprometer o crescimento econômico, dificultando ou impedindo seu desenvolvimento, ainda que isto signifique o seu exaurimento, como tem ocorrido, em razão da primazia que é conferida à expansão capitalista. A solução é buscar uma harmonia para as três referidas dimensões, de forma que uma não prejudique a outra e permita a livre expansão desses elementos⁹⁰.

A corrente conservacionista mescla-se entre as matrizes teóricas positivistas e fenomenológicas⁹¹, tanto por adotar abordagens biologizantes, como o destaque para a subjetividade. Essas análises culminam no enfrentamento à questão ambiental de maneira individualizada. Tal problemática é concebida como efeito da ação do homem, este isolado das determinações estruturais da sociedade capitalista e da reprodução das relações sociais existentes. Neste sentido, apesar de importantes considerações realizadas por Diegues, suas concepções ídeo-política e teórico-metodologia estão inseridas na dimensão ecocapitalista.

⁹⁰ O debate sobre desenvolvimento sustentável será aprofundado no subtítulo acerca dos escritos de Ignacy Sachs.

⁹¹ O positivismo também embasa a corrente preservacionista. Entretanto, esta se diferencia do conservacionismo por apresentar o homem como destruidor, a qualquer custo, dos recursos naturais, sem uma possibilidade de articular %harmonicamente+ as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Esta concepção toma como referência uma relação idealista com a natureza, a possibilidade de uma natureza selvagem, %atocada+pelo homem, atendendo apenas os fins estéticos e espirituais. Para isso, os ideólogos norte-americanos propunham a criação de %ilhas+, o que para Diegues remete à %reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de ser expulso do Éden+(2001, p. 10).

Tem-se no conservacionismo o agrupamento de tendências ecocapitalistas: a) Conceber a sociedade em curso como algo natural, inexistindo a necessidade de construir uma sociedade sem exploração humana e da natureza; b) reconhecer a existência dos impactos humanos na natureza e para enfrentamento dessa problemática adotam medidas pontuais, como mudanças comportamentais e incrementos tecnológicos.

A necessidade de mudanças individuais insere-se na chamada *conscientização ambiental*⁹². O elemento impulsionador da formação de uma consciência ambiental, em conformidade com as tendências prevaletentes, é a constituição de um conjunto de hábitos saudáveis; afirma-se que não são necessários grandes esforços para partilhar uma vida ecológica, ressaltando que as pequenas ações fazem diferença, pois contribuem para uma evolução de consciência geral. São exemplos da adoção de tais práticas: separação do lixo para reciclagem; diálogo e socialização para outras pessoas conhecidas; diminuição e/ou eliminação do consumo supérfluo; economia de energia elétrica, água, combustível; diminuição do consumo de carne vermelha em contraposição a mais frutas, cereais e legumes; plantio de árvores, dentre outras⁹³.

Reduz-se, assim, uma discussão de ordem macrosocietária e estrutural às atitudes e consciência individuais. Quanto ao consumo consciente, uma das estratégias comportamentais preconizadas por segmentos do ecocapitalismo como enfrentamento à questão ambiental, Silva, Araújo e Santos (2012, p. 108) afirmam que

As propostas de mudanças nos padrões atuais, através do chamado consumo consciente remetem ao orbe individual esta problemática, esmaecendo o fato de que os meios de produção e, portanto, as condições de apropriação da natureza, estão concentrados em mãos da burguesia que define o que, quanto, como produzir, com que energia e como será o transporte de sua produção.

⁹² A consciência ambiental rebate em todas as correntes teóricas, com exceção do ecossocialismo, que apesar de também reconhecer determinações subjetivas, não as colocam como foco na análise. Tampouco em sua dimensão individual e comportamental - não se deixando levar pelo subjetivismo (consciência tomada por si mesma). Ao contrário, desenvolvem sua crítica, principalmente, a partir das determinações objetivas, materiais.

⁹³ Ver *56 dicas práticas para você economizar energia, dinheiro e proteger o planeta*. Disponível em <<http://claessencia.blogspot.com.br/2011/05/56-dicas-praticas-para-voce-economizar.html>>. Acesso em 02.fev.2014.

Neste sentido, o consumo consciente vem sendo propagado como possibilidade da interferência da sociedade na lógica da produção e comercialização dos produtos. Embora seja salutar o investimento na consciência do consumidor o que se questiona é a desconsideração das abissais assimetrias entre este e a força dos grandes conglomerados econômicos, com suas enormes máquinas de publicidades, voltadas a assegurar a lucratividade a qualquer custo, inclusive às custas de escamotear ou falsificar o que se vende. Seria esta uma estratégia eficaz para o enfrentamento da questão ambiental?

Ainda no âmbito das teses conservacionistas têm-se os escritos de Ignacy Sachs, precursor do conceito de ecodesenvolvimento, o que mais tarde veio a configurar-se como desenvolvimento sustentável (DS), com publicação de diversas obras acerca do tema.

Crítico da atual forma de desenvolvimento da sociedade, Sachs aponta que sua noção de desenvolvimento caracteriza-se como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente+ (2002, p. 60). Nesse sentido, deve ser pautada a construção do desenvolvimento sustentável, que se fundamenta na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos+(ibid, p. 54).

Sachs propaga a construção de nova civilização, pautada na biomassa⁹⁴ e complementado pelo que ele chama de paradigma do *B ao cubo* *bio-bio-bio*. O primeiro b representa a biodiversidade, o segundo a biomassa e o terceiro as biotécnicas+ (ibid, p. 30). O respeito e conservação da natureza, bem como o reaproveitamento de matérias orgânicas através de tecnologias limpas+ são almejados pelo ideário do desenvolvimento sustentável, tendo em vista que o entrelaçamento da conservação do meio ambiente e o aproveitamento racional da natureza constituiria a base para uma sociedade em harmonia com a natureza, as pessoas e a economia.

⁹⁴ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), pode ser considerado biomassa todo recurso renovável que provêm de matéria orgânica - de origem vegetal ou animal - tendo por objetivo principal a produção de energia. Disponível em <www.mma.gov.br>.

Porém, Sachs não considera a lógica predatória e expansionista do capitalismo. Mesmo tendo contribuído com o socialismo real⁹⁵, o economista parece desconhecer a dinâmica do sistema que explora e degrada, cotidianamente. As críticas realizadas se limitam ao atual modelo de crescimento econômico, aí inserida a utilização de energias consideradas %sujas+, a exemplo do petróleo; à centralidade no mercado; à forma desenfreada de consumo, inclusive a disparidade deste entre Norte-Sul.

O autor ainda afirma que %o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural.+ (ibid, p.32). Entretanto, como considerar a questão acima sem levar em conta a propriedade privada e a mercantilização da natureza? Determinar individualmente a tomada da consciência sem relacionar a degradação ambiental ao desenvolvimento da atual sociabilidade é o um dos núcleos do pensamento de Sachs. Para o pensamento crítico, como o ecossocialismo, entende-se que não é necessário apenas transmutar formas pontuais da sociabilidade capitalista, mas a lógica em sua totalidade.

Sachs propaga o desenvolvimento sustentável como um %ideal ético+, o que ele vem a chamar de *duplo imperativo ético*: a sociedade hoje se encontra entre %a solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras+(ibid, p.67), o que significa a necessidade de ser ter um cuidado para que os danos não se tornem irreversíveis, não afetem as futuras gerações e para que as atuais gerações estejam inseridas em uma sociedade pautada pela equidade social e proteção ambiental, universalmente.

Este pensamento conquistou hegemonia nos organismos internacionais, especialmente no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente . PNUMA⁹⁶,

⁹⁵ De acordo com Cristovam Buarque, no prefácio do livro %Caminhos para o desenvolvimento sustentável+, Sachs depois de formado em economia, retornou à Polônia para colaborar com a construção do socialismo.

⁹⁶ %PNUMA é a sigla em português do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (em inglês, United Nations Environment Programme . UNEP). Sediado em Nairóbi, no Quênia, o programa foi criado pelas Nações Unidas em 1972, atendendo a proposta da Conferência das

o qual passa a desenvolver estudos e relatórios em defesa das referidas estratégias, em âmbito mundial. Em um de seus últimos estudos, o relatório do painel de alto nível do secretário-geral das Nações Unidas sobre sustentabilidade global - *Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha*⁹⁷ lê-se a seguinte afirmação:

A verdade é que o desenvolvimento sustentável é fundamentalmente uma questão das oportunidades dos povos influenciarem o seu futuro, reivindicarem seus direitos e manifestarem suas preocupações. A governança democrática e o pleno respeito aos direitos humanos são pré-requisitos-chave para capacitar as pessoas a fazerem escolhas sustentáveis. Os povos do mundo simplesmente não tolerarão a continuação da devastação ambiental nem da persistência das desigualdades que ofendem princípios universais profundamente enraizados de justiça social. Os cidadãos não aceitarão mais que governos e empresas, guardiões de um futuro sustentável para todos, violem seu pacto com eles. De maneira mais geral, a governança internacional, nacional e local em todo o mundo, bem como a sociedade civil e o setor privado, deverão adotar integralmente os requisitos de um futuro com desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, as comunidades locais devem ser estimuladas a participar de maneira ativa e consistente na conceitualização, planejamento e execução de políticas de sustentabilidade. Para isto, é essencial incluir os jovens na sociedade, na política e na economia. (2012, p. 17).

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é disseminado, ideologicamente, como meio para a democratização de direitos e de uma sociedade sustentável. Na atualidade, o ideário do Desenvolvimento Sustentável vem sendo reatualizado. Boa parte de seus protagonistas, especialmente as agências internacionais e seus ideólogos, vêm adotando a Economia Verde como formulação central e segundo o próprio PNUMA, estratégia de viabilização do desenvolvimento sustentável.

De acordo com este órgão, a economia verde [...] resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica (2011, p. 9). Entretanto, o esverdeamento da economia se faz a partir da racionalidade técnica na mitigação dos impactos ambientais, aprofundando a mercantilização da natureza através da submissão dos bens naturais ao mercado.

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada naquele ano em Estocolmo, na Suécia.† de acordo com o Instituto Brasil PNUMA. Disponível em: <www.brasilpnuma.org.br>

⁹⁷ Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 15.set.2014.

Silva e Araújo (2012, p.138) afirmam que a economia verde não passa de

[...] uma estratégia que busca reorientar a composição orgânica do capital, restabelecendo para os oligopólios e para os grandes aglomerados financeiros internacionais possibilidades de apropriação da natureza em larga escala, e com maior eficiência e eficácia (grifos das autoras).

O relatório do PNUMA intitulado *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*. Síntese para Tomadores de Decisão⁹⁸ evidencia três principais constatações: 1) aumento de riqueza e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ao investir no *capital natural*⁹⁹; 2) articulação entre a preservação do meio ambiente e a erradicação da pobreza; 3) geração de novos empregos, com *qualificação e reeducação da força de trabalho* (2011, p. 05).

Quanto à primeira evidência, os argumentos são da seguinte ordem: a natureza, entendida como capital natural, pode gerar rendimentos/lucros, a exemplo da biodiversidade, pois as espécies podem gerar alimentos, fibras, combustíveis, etc. No caso de abelhas elas produzem mel e própolis, bem como realizam a atividade de maior valor rentável, a polinização. Em valores econômicos, a contribuição desses insetos polinizadores para a agricultura tradicional seria de, aproximadamente, US\$ 190 bilhões/anos¹⁰⁰. Além disso, esses investimentos movimentam e ampliam os mecanismos e mercados econômicos, como *esquemas para o uso autorizado de madeira, certificação para produtos florestais, pagamentos por serviços do ecossistema*, etc. (PNUMA, 2011, p. 06). Em outras palavras, trata-se de introduzir mais mercado como alternativa aos estragos produzidos pela própria lógica mercantil.

Diante disso, fica claro a rentabilidade e interesses econômicos frente aos recursos naturais. A natureza não apenas beneficia o homem para a sua sobrevivência, no capitalismo ela é tratada como mercadoria, que ao fim torna-se

⁹⁸ Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 15. set. 2014.

⁹⁹ De acordo com o documento, os [...] bens naturais, tais como florestas, lagos, pântanos e bacias fluviais são componentes essenciais do capital natural a nível de ecossistema (p. 05).

¹⁰⁰ Ver tabela 1. Capital natural: componentes subjacentes e serviços e valores ilustrativos (p.6), exposta no referido estudo.

comercializada, explorada e degradada, cotidianamente. Em tempos de crise do capital, de superprodução, essa condição exacerba-se. Foladori pontua (2008, p. 195) a degradação ambiental exercida através do desperdício realizado pelo mercado.

Estamos falando do desperdício de produtos finais que não são vendidos. Trata-se de natureza transformada, porque todas as mercadorias foram produzidas com matérias-primas provenientes da natureza. Esse desperdício é insultante quando se trata de alimentos. Na Índia, que é o país com maior número de famintos do mundo . aproximadamente 320 milhões de famintos . , de 50 a 65 milhões de toneladas de alimento não foram vendidas entre os anos de 2002 e 2003 [...] Também existe o desperdício pelo não uso da infra-estrutura disponível. Enormes complexos industriais que trabalham com 60 ou 70% de sua capacidade instalada representam um desperdício de infra-estrutura, edificação, espaço... ou seja, um verdadeiro atentado gratuito contra a natureza. E tudo isto sem considerar o desperdício pela obsolescência das mercadorias, o consumo parcial, as mudanças da moda e demais.

Neste contexto, a proposta de esverdear a economia como possibilidade de erradicação da pobreza é, no mínimo, duvidosa. Para seus defensores, tornar verde a agricultura de países em desenvolvimento, concentrando-se nos pequenos agricultores, pode ajudar a reduzir a pobreza com o investimento no capital natural do qual depende a população carente+(PNUMA, 2011, p.9). A ideia de agricultura de subsistência acaba sendo, discretamente, apresentada no debate sobre a economia verde. Entretanto, o modelo dominante da agricultura disseminado é orientado pelo agronegócio, perdendo-se a lógica da produção de alimentos para consumo e venda do excedente em prol da obtenção de uma renda familiar.

Em entrevista dada para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a pesquisadora em saúde coletiva, Lia Giraldo, aponta a imposição da legislação ambiental pública brasileira ao condicionar o crédito rural ao uso de agrotóxico, para os (as) pequenos (as) agricultores (as), desde 1976¹⁰¹. Atualmente, o Ministério da Agricultura, em conjunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), valida a utilização dos produtos que envenenam o meio ambiente, os (as) trabalhadores (as) que manuseiam e todas as pessoas que consomem os alimentos

¹⁰¹ Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

tóxicos, causando até mesmo o alto índice de câncer e mortes decorrentes do contato com os agrotóxicos¹⁰².

Por fim, o outro ponto profetizado pela economia verde é a geração de novos empregos, %em cenários de investimentos verdes, agricultura, construção civil, silvicultura e setores de transportes veriam um crescimento no número de empregos a curto, médio e longo prazo, ultrapassando os cenários das práticas atuais.+ (PNUMA, 2011, p.12). Entretanto, o referido documento não faz menção à recessão econômica mundial e a perda massiva de empregos, uma das expressões da crise estrutural do capital. Ao contrário, aponta a culpabilização do atual modelo econômico, apresentando apenas a alternância para a outra forma de produção e consumo, obviamente, sem apresentar alterações na lógica estrutural da sociabilidade capitalista¹⁰³.

Apresentando-se como fácil crescimento afirma-se que %uma economia verde, com o passar do tempo, cresceria mais rapidamente do que a economia marrom, enquanto mantém e restabelece capital natural+(ibid, p. 23). Sem considerar a atual conjuntura do capitalismo, é possível considerar que, na verdade,

O sistema capitalista simplesmente produz sem considerar a capacidade dos ecossistemas de reproduzir as matérias-primas que são extraídas deles. De outro lado, também não produz considerando a satisfação das necessidades humanas. Produz guiado, exclusivamente, pelo lucro. Para isso tem que produzir sempre mais, vender sempre mais, criar no consumidor a necessidade de mais mercadorias, fazer que as mercadorias durem o menos possível, para ter que reproduzi-las. Chega um momento em que a produção excede a demanda, excede as possibilidades de compra, e ocorre uma crise. Existe maior atentado contra a natureza que extrair matéria prima de todo tipo, que depois vai ser desperdiçada, que não vai ser consumida, que não vai satisfazer necessidades, ou vai fazê-lo só em parte? Mas o sistema capitalista não possui meios capazes de evitar os ciclos econômicos e, com isso, o desperdício e a sub-utilização de natureza transformada. A existência de uma permanente brecha entre a oferta e a procura é uma constante do sistema capitalista. Conseqüentemente, é necessário dizer que o sistema capitalista é inimigo da natureza. (FOLADORI, 2008, p. 196)

¹⁰² Disponível em < <http://www.mst.org.br>>

¹⁰³ A falsa expectativa da criação excedente de empregos com a economia verde contrapõe-se à necessidade da preservação do *exército industrial de reserva*, bem como ao *desemprego estrutural* emergido com as mudanças no mundo do trabalho, sendo condições fundamentais de manutenção do capital, sobretudo em face da crise mundial.

Dessa forma, a economia verde, como discorrem Araújo e Silva (2012, p. 129),

[...] longe de indicar uma transição a um modelo sustentável de desenvolvimento para o capital, haja vista sua impropriedade, representa mais uma ofensiva ideológica e política das grandes corporações e de seus intelectuais orgânicos, no sentido de alargar as fronteiras da acumulação capitalista por meio da conversão do conjunto dos ecossistemas e de serviços ambientais em novos nichos de mercado. Em síntese, estamos em face do aprofundamento dos processos de mercantilização da natureza para atender a voracidade do capital em sua profunda crise estrutural.

O intuito de esverdeamento da economia é uma das estratégias do desenvolvimento sustentável propagandeado por Sachs. Teoricamente, se iguala a teóricos como Amartya Sen, que pensam a pobreza como *privação de capacidade básicas*, %o analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a falta de acesso aos serviços públicos e a exclusão da participação social e política+ (SIQUEIRA, 2012, p. 361), que para o referido autor, são fatores que impossibilitam a superação da pobreza.

De forma pontual, sem questionar as estruturas da ordem do capital, ambos os autores configuram-se como intelectuais orgânicos da burguesia, em defesa de projetos viáveis e rentáveis. Com discursos inflamados, apresentam medidas para o bem comum. O %desenvolvimento como liberdade e o desenvolvimento sustentável+ são teses que influenciam documentos e formulações mundiais, públicas e privadas¹⁰⁴. Entretanto, as referidas teses, ressaltando a que trabalhamos ao longo dessas linhas, não se configuram como enfrentamento à questão ambiental, mas como mais uma tentativa de reestabelecimento dos ganhos e especulações capitalistas.

2.2.2. Justiça ambiental e a valorização da democracia

Nesta última análise acerca do ídeo-político bloco da ecodemocracia, iremos evidenciar a tese da justiça ambiental, com a exposição de seu histórico, bem como

¹⁰⁴ Amartya Sen e Ignacy Sachs influenciam, teoricamente e politicamente, as formulações para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), respectivamente.

a análise de seus princípios e de parte de sua produção teórica. O principal expoente desta tese é o autor Henri Acselrad¹⁰⁵, tendo como obra norteadora *Quê é Justiça Ambiental?*¹⁰⁶, além de contar com uma vasta produção sobre o tema.

Críticos da chamada *modernização ecológica* - pensamento dominante, que visa à promoção de ganhos de eficiência e ativos de mercado, atribuindo a este a capacidade institucional de solucionar a crise ambiental através das tecnologias limpas e o progresso técnico - os *ambientalistas da justiça ambiental* procuram evidenciar a existência de uma relação entre a degradação ambiental e a racionalidade instrumental do capital, não creditando ao mercado a confiança na superação da desigualdade ambiental e nem a implementação dos princípios que englobam a justiça ambiental. Contrariamente, portanto, relacionam as injustiças ambientais às opressões de classe, raça e gênero.

Segundo seus principais expoentes, a desigual distribuição da degradação ambiental atinge determinadamente pessoas pobres, constituindo-se em injustiça ambiental. Concebida como um fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais (ACSELRAD et al, 2009, p. 9), a injustiça ambiental torna-se o oposto e a força motriz da tese em questão.

Para os autores, os fenômenos relacionados à injustiça ambiental encontram-se relacionados à fragilidade da gestão ambiental pública e à privação das populações exploradas (grupos sociais e étnicos) das esferas decisórias. A luta por justiça ambiental tornou-se um contraponto a esta tendência, com o objetivo de denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada (ibid, p. 9). Essa tese contribui para os movimentos sociais que lutam por alternativas aos modelos de desenvolvimento excludentes, que concentram em poucas mãos o poder sobre os recursos ambientais do país (ibid, p.10).

¹⁰⁵ Doutor em Planejamento, Economia Pública e Organização do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Atualmente, é professor Adjunto do IPPUR/UFRJ. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br>>.

¹⁰⁶ Apesar do livro *Quê é Justiça Ambiental?* ter sido escrito conjuntamente com Gustavo das Neves Bezerra e Cecília Campello do Amaral Mello, nele está contida as ideias estruturantes defendidas por Acselrad.

A tese tratada originou-se a partir do Movimento de Justiça Ambiental, que surge no fim de 1960 nos Estados Unidos (EUA), no intuito de articular as lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis (ACSELRAD, 2004, p. 3). Impulsionado pela lógica de equidade geográfica, tendo em vista as indevidas questões de saneamento e lixo tóxico próximo às moradias e comunidades pobres, o idealizador desse movimento, também conhecido como pai da justiça ambiental¹⁰⁷, Dr. Robert Bullard, refere-se a tal questão como a configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias, etc. (ibid).

Na década seguinte houve tentativas de articulações com os tradicionais movimentos ambientalistas para convencimento da necessidade de combate à localização de lixo tóxico que, em sua maioria, era destinada em área residencial de população negra¹⁰⁸. Entretanto, apenas em 1982 ocorreu a primeira luta concreta em torno dessa bandeira de luta ambientalista e civil, em Afton, no condado de Warren, na Carolina do Norte.

Com o decorrer dos anos, o movimento foi tomando maiores proporções: em 1987 foi demandada uma pesquisa pela Comissão de Justiça Racial da *United Church of Christ* (Igreja Unida de Cristo), elucidando que a variável racial era determinante da existência ou não de depósitos de resíduos perigosos. Diante disso, as organizações locais passaram a discutir a tríade raça, pobreza e poluição. Três anos após, houve pressões sobre o Estado, tendo como resposta do governo a criação de um grupo de trabalho para estudar o risco ambiental em comunidades de baixa renda (ibid, p.5). Ao fim do estudo, afirmaram que havia poucos dados e reconheceram que, apesar das poucas informações existentes, as tendências eram perturbadoras.

¹⁰⁷ Disponível em <www.drrobertbullard.com>.

¹⁰⁸ Essa constante incidência fez surgir o termo racismo ambiental, cunhado por Benjamin Chavis (ACSELRAD, 2011, p.4)

Em 1991, o movimento deu o pontapé final, contando com 600 delegados na I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientistas de Povos de Cor. Nesta, acordaram 7 princípios da Justiça Ambiental, além de estabelecerem

[...] uma agenda nacional para redesenhar a política ambiental dos EUA de modo a incorporar a pauta das minoriasq comunidades ameríndias, latinas, afroamericanas e asiaticoamericanas, tentando mudar o eixo de gravidade da atividade ambientalista nos EUA. O movimento de justiça ambiental consolidou-se assim como uma rede multicultural e multirracial nacional, e mais recentemente internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento do racismo ambientalvisto como uma forma de racismo institucional. Buscou-se assim fundir direitos civis e preocupações ambientais em uma mesma agenda, superando vinte anos de dissociação e suspeita entre ambientalistas e movimento negro.+ (ACSELRAD, 2004, p. 5).

Nesse sentido, o Movimento de Justiça Ambiental dos EUA definiu por *justiça ambiental*

A condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas.+ (BULLARD apud ACSELRAD, 2009, p.16).

Acselrad (2010, p.111) complementa:

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. [...] essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental.

O referido movimento possui quatro principais princípios: 1) *defesa de que a poluição tóxica não deve ser para ninguém*, tendo em vista a existência de um movimento contrário . NIMBY, *not in my backyard*, que em português significa não

no meu quintal+. De cunho individualista, este movimento justifica a desigual distribuição dos males ambientais; 2) *contestação do atual modelo de desenvolvimento*, considerando que este se configura em um padrão sociopolítico que sobrecarrega de malefícios à saúde e ao bem-estar as populações destituídas de recursos financeiros ou políticos+ (ACSELRAD et al, 2009, 27). Dessa forma, almeja a substituição por um novo modelo de produção e consumo, que abarque uma perspectiva de justiça e democracia; 3) luta para que esse processo de mudança seja uma *transição justa*¹⁰⁹, visando que os (as) trabalhadores (as) de indústrias poluentes+ não percam seus empregos e que as populações que receberiam as referidas indústrias não sejam penalizadas. O movimento ainda pauta a transição justa em prol de uma aliança estratégica com os sindicatos e centrais sindicais; por fim, 4) *defesa da instituição democrática de políticas ambientais*, em que haja uma politização em detrimento da crença no mercado podendo ampliar os espaços democráticos de decisão e, assim, conter as injustiças ambientais.

Para o alcance desses princípios, o Movimento por Justiça Ambiental pauta estratégias em torno da democratização dos espaços de decisão: a socialização integral das consultas e das informações sobre os riscos que estes empreendimentos geram+ (ACSELRAD et al, 2009, p. 31). Para isso, *produz conhecimento próprio* e aponta como instrumento a *Avaliação de Equidade Ambiental*, que busca evidenciar as consequências das desigualdades ambientais. Visa, também, a *pressão pela aplicação universal das leis e pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção ambiental*, tendo em vista as reivindicações pela equidade na aplicação da lei.

Ainda com o foco na democracia, o referido movimento também pressiona *por novas racionalidades no exercício do poder estatal*, o que significa alterar a forma de

¹⁰⁹ Este princípio é uma pauta defendida na Economia Verde. Disponível no relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) denominado *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza . Síntese para Tomadores de Decisão (2011)*. Desde 2012, as autoras Silva, Soares e Silva, do texto intitulado *Notas acerca da Economia Verde: enfrentamento da questão ambiental ou mercantilização da natureza?*+ (apresentado no IV Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas - EPMARX), afirmavam que a dita transição justa e a falsa expectativa da criação excedente de empregos com a economia verde contrapõem-se à necessidade da preservação do exército industrial de reserva, bem como ao desemprego estrutural emergido com as mudanças no mundo do trabalho, sendo condições fundamentais de manutenção do capital, sobretudo em face da crise mundial.+

intervenção das entidades públicas sobre o meio ambiente, mudando seu caráter técnico, com o intuito de que estas passem a adotar *procedimentos de Avaliação de Equidade Ambiental*, que se constituem em alternativas aos métodos tradicionais de avaliação dos impactos ambientais¹¹⁰.

O movimento também tem como estratégia a *ação direta*, como ocupações de áreas ameaçadas de degradação ambiental por empreendimentos poluentes, além de pautar a *difusão espacial do movimento*, ou seja, sua internacionalização. O referido movimento realiza críticas à globalização, apontando a expansão dos impactos ambientais para áreas e países mais pobres, tendo em vista a fragilidade na gestão ambiental pública destes locais. Diante disso, surgiu a necessidade de articulação do movimento em âmbito mundial¹¹¹.

A princípio, o movimento que reivindica justiça ambiental apresenta demandas e questionamentos importantes: questiona o modelo da modernização ecológica; critica a autonomia dada ao mercado e o progresso técnico como promessa de superação da questão ambiental; evidencia a mobilidade da degradação ambiental para países periféricos e comunidades pobres e de população negra, realizada pelo capital; reivindica ampliação dos espaços democráticos para participação dos sujeitos coletivos possivelmente afetados pelos empreendimentos, dentre outros pontos.

Politicamente, essas questões mobilizam pautas importantes, como o direito à terra, por tanto tempo reivindicado por movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹¹², Movimento dos Atingidos Por

¹¹⁰ O movimento por justiça ambiental tece críticas aos atuais métodos de avaliação dos impactos ambientais, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), ao apontar que os mesmos têm sido incapazes de retratar a injustiça ambiental contida em determinados projetos, servindo, implicitamente, à legitimação de ações e impactos inaceitáveis, se consideradas apropriadamente as dimensões socioculturais. Consequentemente, eles têm sido mais apropriados pelos interesses econômicos envolvidos nos projetos e na própria elaboração repetida de estudos de impacto, formalmente padronizados e socialmente vazios, produto do que se configurou como uma espécie de indústria de EIAs-RIMAs+(ACSELRAD et al, 2009, p. 35)

¹¹¹ Atualmente, o Movimento por Justiça Ambiental compreende países dos continentes da África e América, a exemplo da África do Sul, Nigéria, Nicarágua, El Salvador, Equador, Colômbia, Brasil, México e EUA. No Brasil, existe a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, consolidada desde 2001 e composta por movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações de moradores, sindicatos e pesquisadores universitários. Disponível em <www.justicaambiental.org.br>.

¹¹² Apesar da luta por justiça ambiental, politicamente, ser uma pauta agregadora, o MST faz parte da Via Campesina e pauta uma revolução socialista e popular.

Barragens (MAB), povos quilombolas e indígenas. Entretanto, se essas pautas não estiverem relacionadas a uma estratégia maior, como a construção de uma nova sociedade, haverá inevitavelmente um esvaziamento político.

Como lutar por um tratamento justo para todos os povos questionando, apenas, o modelo de desenvolvimento da sociedade, no caso do Brasil, o modelo exportador de monocultura? Como não relacionar o processo de degradação ambiental ao modo de produção capitalista, desde sua gênese, com sua lógica predatória? Como conceber um modelo sustentável de sociedade sem romper com o capitalismo e não construir uma nova sociabilidade?

Essas questões fogem aos questionamentos do Movimento por Justiça Ambiental, que apresenta avanços importantes no plano ídeo-político, porém se perde no senso-comum, ao apresentar uma pauta política de contestação à exploração e dominação do capital sem apontar a necessidade de superação desta ordem, restringindo sua pauta à necessidade de edificação de um novo modelo de desenvolvimento. Neste ponto, a contribuição de Gramsci nos ajudará a pensar o porquê de se ter um horizonte que ultrapasse os muros do capitalismo:

O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta e mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (e isso se chegar à colheita sem antes ter se enforcado no mais forte arbusto do bosque ou na mais tísica figueira da terra inculta!) e o salvem das garras dos usurários, o que pode ganhar com a invasão um camponês pobre? Ele satisfaz, num primeiro momento, seus instintos de proprietário, mata sua primeira fome de terra: mas, num segundo momento, quando percebe que só os braços não bastam para arrotear uma terra, que só a dinamite consegue romper, quando percebe que são necessários os adubos e os instrumentos de trabalho, e pensa que ninguém lhe dará essas coisas indispensáveis, e pensa na série futura dos dias e das noites a passar numa terra sem casas, sem água com a malária, o camponês sente sua impotência, sua solidão, sua condição desesperada, e torna-se um bandido, não um revolucionário, torna-se um assassino dos senhoresq não um lutador do comunismo. (1987, p. 19)

Nesse sentido, a luta por dentro da ordem do capital, quando não se visualiza o rompimento com esta, perde-se na boa vontade. É necessário questionar as bases, as raízes do atual processo de degradação ambiental e entender porque o manejo das mazelas ambientais recai sobre a classe trabalhadora, em sua maioria

constituída por pessoas negras. O fato de vivermos em uma sociedade de classes determina o modo como as relações sociais se constituem, inclusive %de quem paga o preço+da degradação.

Como afirmaram Marx e Engels, %a história de toda sociedade, existente até hoje, tem sido a história da luta de classes+(2008, p. 8). Ignorar esse dado histórico significa não se aproximar da realidade e contribuir para a manutenção das classes, em específico, da dominação pela burguesia. Diante disso, torna-se impossível estabelecer uma relação de complementaridade entre a falaciosa tentativa de meio ambiente equilibrado e a predatória sociabilidade capitalista.

Outro ponto emblemático na tese de justiça ambiental é a relação que se tem com o Estado, a democracia e a gestão ambiental pública (GAP). A acrítica valorização dada à democracia pelos referidos autores contribui para um possível %neutralidade+ posta ao Poder Público, bem como a responsabilização da genérica coletividade.

Inicialmente, é necessário delimitar que o Estado moderno se concretiza na perspectiva de classe. Mesmo rompendo com a noção restrita do Estado, o qual é reduzido como %comitê executivo da burguesia+, para Marx¹¹³, cabe concordar que existe uma relação de poder sobre as estruturas do Estado, exercida, majoritariamente, pela classe dominante. Nesse sentido, o Poder Público não é neutro, constitui-se em um espaço de conflitos e disputas entre as classes sociais (referida coletividade).

Na sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo em que a classe dominante utiliza o Estado como instrumento de perpetuação de poder, a classe dominada e explorada pressiona e exige melhores condições de trabalho e vida, além da disputa pelo poder, expondo assim as contradições da relação trabalho/capital.

[...] na forma democrático-republicana do Estado capitalista moderno, puderam e podem coexistir (ainda que numa relação de integração/contradição) instituições liberais, oriundas das revoluções

¹¹³ Para Marx e Engels, em a Ideologia Alemã, o Estado %nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para garantia mútua da sua propriedade e dos seus interesses+(2009, p.111).

burguesa, com formas políticas democráticas criadas pelas classes subalternas em seu processo de autodefesa, de luta contra os interesses das classes dominantes.+ (COUTINHO, 1996, p. 41)

Para o marxista italiano, Antonio Gramsci, a grande disputa gira em torno da construção de hegemonia, fundamental para a perpetuação de uma classe no poder. Nesse sentido, para a classe trabalhadora, torna-se necessária a construção de um projeto unitário,

[...] uma intensa preparação ideológica das massas+, uma construção de uma nova concepção de mundo, de uma nova forma de pensar (reforma intelectual e moral+). Nesse sentido, a hegemonia, como direção intelectual e moral+, incorpora uma *dimensão educativa*, na medida em que a formação de *uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquistar a hegemonia*. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.48 . grifos dos autores).

Dessa forma, o Poder Público e a coletividade não devem ser interpretados de maneira neutra e/ou genérica+. Evidencia-se a principal contradição das leis: a existência de lutas e conflitos entre as classes sociais, em constante disputa do poder do Estado, o que também recai na disputa ídeo-política da gestão ambiental pública.

"O dever de defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações", pelo Poder Público e pela coletividade, envolve diversos interesses: públicos e em sua maioria privados; envolve projetos societários em disputa. Pode-se constatar na realidade quanto ao modelo de produção na agricultura. O Estado impõe o agronegócio; este, por sua vez, condena as plantações à monocultura, a terra ao latifúndio e populações ao envenenamento diário, tanto dos que aplicam os agrotóxicos como dos que consomem os alimentos¹¹⁴.

Em contraposição, está a agricultura familiar camponesa, um modelo sustentável frente à destrutividade ambiental que, potencialmente, coloca em xeque

¹¹⁴ Nesse processo, ocorre uma aliança de classe entre a burguesia: [...] o agronegócio é resultado de uma aliança de classe entre o capital financeiro internacional, que atua através dos bancos; com as empresas transnacionais que atuam no ramo da agricultura, tais como Monsanto, Syngenta, Bayer, etc.; e por fim com os latifundiários.+ (Movimento dos Pequenos Agricultores . MPA, 2014, p. 8).

os interesses do capital, tendo em vista a contraposição aos interesses da poderosa força do agronegócio, seja no questionamento do uso de agrotóxicos, na plantação de diversas culturas, no uso de compostagem e, principalmente, na oposição ao modelo prevalecente da apropriação da terra, ao colocar a necessidade da reforma agrária, no caso do Brasil¹¹⁵.

Nessa *guerra de posição*¹¹⁶, o Estado, ao incorporar a gestão ambiental, estabelece o ordenamento dos recursos naturais. Entretanto, tal ordenamento depende da correlação de forças entre as classes sociais. As decisões tomadas condizem com a classe que possui força social, hegemonia. Cabe à classe trabalhadora, portanto, a disputa da gestão ambiental pública, de forma crítica ao expor suas contradições e também as possibilidades através desta, de mudanças societárias¹¹⁷.

Atualmente, a gestão ambiental pública brasileira sofre retrocessos, visto o monopólio da hegemonia burguesa. O Congresso Nacional é composto em sua maioria por uma bancada ruralista+, vinculada à União Democrática Ruralista (UDR)¹¹⁸, responsável por aprovar danosas mudanças no Código Florestal (Lei Federal Nº 12.651/12), como a exclusão de ambientes caracterizados como áreas de preservação permanente¹¹⁹, dentre outras medidas.

A reforma agrária e as diversas reivindicações da classe trabalhadora em relação à questão ambiental (que envolvem a propriedade privada) esbarram, duramente, no poder político, especificamente, nas instâncias institucionais, como no caso do Congresso Nacional.

¹¹⁵ A Via Campesina reúne os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra . MST, Movimento dos Pequenos Agricultores . MPA, dentre outros.

¹¹⁶ Para Gramsci, a guerra de posição refere-se à conquista progressiva (ou processual) de espaços *no seio* e através da sociedade civil (COUTINHO, 1996, p.58 . grifos do autor). A sociedade civil é composta pelo conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias; ela compreende assim o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc. (ibid, p. 53).

¹¹⁷ Contrariamente ao movimento por Justiça Ambiental, que fenomenicamente, reivindica equidade na aplicação de leis ambientais e uma justa gestão ambiental pública (GAP), o ecossocialismo avança ao expor as contradições da (GAP), bem como do conjunto de leis e do próprio Estado; e, ao apontar possibilidades neste conjunto para mudanças societárias concretas pautadas pela *classe que vive do trabalho*+

¹¹⁸ Disponível em < <http://www.diap.org.br>>.

¹¹⁹ Disponível em < <http://www.mpggo.mp.br>>.

Nesse sentido, faz-se necessária a ampliação dos espaços democráticos, compreendendo a democracia como ponto estratégico para o socialismo. A reforma dessas instâncias acirra as contradições que cessam a possibilidade de outras reformas, como a agrária, urbana, educacional, em prol de um projeto nacional-popular¹²⁰, além de provocar, principalmente, a unidade entre diversos segmentos da classe trabalhadora, retomando, assim, o trabalho de base.

Para a classe trabalhadora, coloca-se o desafio da construção de uma montante coletiva nacional-popular enquanto expressão de um novo bloco histórico pluriclassista (COUTINHO, 1996, p. 58). Para o autor,

[...] a expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista progressiva de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade civil e termina por impor ascensão de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado. (ibid, p. 60)

A democratização do poder torna-se visceral para a construção de uma sociedade socialista. Porém, vale ressaltar que a mesma não deve findar em si, visto as limitações da democracia liberal e a necessidade de ultrapassá-la.

Para muitos "social-democratas", "socialistas" e "comunistas", o objetivo central resume-se à instauração de condições econômicas, sociais, culturais e políticas da existência da democracia. Não há dúvida de que esta é vital para a livre manifestação da luta de classes e a liberação dos oprimidos. Todavia, não dá mais para transferir sempre para o futuro a preparação das classes trabalhadoras e dos de baixo para lutar pelo socialismo e por uma democracia de corte socialista. Os partidos da esquerda não podem imitar o falso "centro" burguês e a demagogia populista. Seus porta-vozes usam e abusam de "fórmulas sociais" ou da "questão social" na forjicação de seus programas, no nome de seus partidos e no discurso político. Precisamos separar-nos deles com coragem, assumindo plenamente nossa posição socialista proletária e a promoção de uma democracia com um pólo social de classe e popular, ao mesmo tempo voltada para as tarefas revolucionárias imediatas e de maior duração. É urgente que se faça isso com método, organização e firmeza, para que a democracia a ser criada não devore o socialismo, convertendo-se em um sucedâneo bem-

¹²⁰ Entre os dias 1 a 7 de setembro de 2014 ocorreu um Plebiscito Popular para uma Constituinte Exclusiva e Soberana que garanta ao povo o direito de mudar o sistema político. A realização desta consulta popular envolveu em torno de quatrocentos e cinquenta (450) organizações de esquerda (movimentos sociais, partidos políticos, etc.). Em todo o país foram criados comitês (núcleos de base) que discutiam a conjuntura política e operacionalizarão da votação. A referida proposta foi fruto dos ecos nas ruas durante a Jornada de Junho. Disponível em < <http://www.plebiscitoconstituente.org.br/>>.

comportado do aburguesamento da social-democracia e da social-democratização do comunismo. Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos. (FLORESTAN, 1996, p.13)

Desta forma, a gestão ambiental pública só pode ser pensada como alternativa possível se considerar a destrutividade ambiental por um viés crítico, como processo inerente à ordem do capital. A democracia (em sua essência, participativa) torna-se ponto de partida para o acirramento das contradições, constituindo como desafio histórico a conquista da hegemonia pela classe trabalhadora e a universalização dos recursos naturais.

2.3. Ecoirracionalidade e saber ambiental: a busca por uma nova racionalidade

Atualmente, a pós-modernidade constitui-se em um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos (as) autores (as) que se fundamentam no marxismo¹²¹. Esse campo teórico, também conhecido como pós-modernidade, permeia a produção de conhecimento nas mais diversas áreas e temáticas, incidindo nas diretrizes curriculares de cursos de graduação, com destaque para as ciências humanas, incluindo matérias que tratem da questão ambiental.

No que concerne ao impacto sobre a discussão ambiental, torna-se evidente a forte influência dessas teorias, incorporadas principalmente pelo autor Enrique Leff¹²². Apesar de a problemática ambiental ter sido originalmente fundamentada sob

¹²¹ As críticas ao irracionalismo também são feitas por outras correntes modernas, entretanto, estas se assemelham quanto à ausência de um projeto político que vise superar a sociabilidade capitalista, a exemplo do positivismo e da fenomenologia, ambas correntes da modernidade.

¹²² As obras do referido autor são bastante difundidas, principalmente, na América Latina. Além de professor da Universidade Autônoma do México, Leff é coordenador da Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

a luz de conceituações biológicas e ecocêntricas, têm-se um novo debate sobre a presente crise ambiental.

Quanto à fundamentação teórica, Leff inicia sua vida literária baseada no arcabouço marxista. As edições de suas obras, gradativamente, transmutam de um eco-marxismo para aspectos fenomenológicos e irracionistas. Na primeira edição do livro *Ecologia e Capital* (1986) Leff se coloca em oposição às correntes hegemônicas no trato da questão ambiental, discutindo a relação natureza e sociedade no materialismo histórico.

Esse posicionamento consolida-se na 2ª edição dessa mesma obra (1994), porém, diferentemente do marxismo clássico, tais escritos se aproximam do eco-marxismo crítico, inclusive com a incorporação do capítulo *O eco-marxismo e a questão ambiental*. Anos depois, precisamente no ano de 2000, há uma notória ruptura com sua fundamentação teórica anterior; desta obra foram retirados aqueles capítulos e incluídos outros que dizem respeito ao papel da cultura, da democracia, e da participação social (FOLADORI, 2000, p.170).

Destaque-se, nesse novo momento do referido autor, a culpabilização da questão ambiental à racionalidade moderna, reivindicando a construção de uma nova racionalidade, um novo saber ambiental. Foladori (2000, p. 171) aponta que Leff

[...] parte do pressuposto de que as sociedades modernas, tanto capitalista quanto socialista, seriam produtivistas e antiecológicas. Tratar-se-iam de sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis. A busca de uma racionalidade ambiental tem como objetivo detectar aqueles elementos que possam se constituir em base de uma estratégia produtiva alternativa, onde a natureza se integre à lógica produtiva.

Nesse sentido, adota-se uma perspectiva de educação ambiental fundada na interdisciplinaridade entre as ciências naturais e sociais como meio para alcançar referido fim, denominado *ambientalização interdisciplinar do saber* (LEFF, 2009). A visão de complexidade ambiental deve ser aberta às diversas interpretações do ambiente, desenvolvendo sempre um *diálogo de saberes*.

[...] a complexidade ambiental se abre para um diálogo de saberes que acarreta uma abertura à inter-relação, ao confronto e ao intercâmbio de

interesses, em uma relação diametral que vai da solidariedade e complementaridade entre disciplinas, ao antagonismo de saberes; onde se inter-relacionam processos significativos, mais que posições científicas, interesses disciplinares e verdades objetivas. Isso significa que os conflitos ambientais não serão resolvidos pelo poder científico da economia ou da ecologia, *senão através de sentidos existenciais, de valores culturais e de estilos de desenvolvimento diferenciados, nos quais a exploração, a conservação ou o uso sustentável dos recursos naturais dependem dos significados sociais atribuídos à natureza*+ (LEFF, 2000, p. 318) . grifos nossos.

Todo esse processo, para além da nova racionalidade, é impulsionado pelo novo *saber ambiental*. Leff (2009, p. 336) afirma:

O saber ambiental não é construído pela objetividade da natureza apreendida através de uma ordem econômica preconcebida. É sobretudo a reconstrução do conhecimento a partir de novas visões, potencialidade e valores, guiados por novas significações e sentidos civilizatórios.

Ao apresentar uma caótica explanação, o autor deixa claro seu posicionamento teórico-metodológico e ídeo-político voltado ao apelo do imaginário, do subjetivismo, das representações sociais, da avaliação individual do que seja a questão ambiental. Desta forma, a problemática ambiental é o que cada pessoa concebe como degradação do meio ambiente.

Adepto do campo pós-moderno, Leff se fundamenta em autores clássicos como Nietzsche e Lyotard, além do mais atual, Foucault. As análises do referido autor sobre a questão ambiental corroboram mais com o que Netto (2010, p. 261) chama de pós-modernos de *oposição*+ são aqueles que se colocam *críticos*+ à ordem do capital, mas que em momento algum visam sua superação. Ao contrário, contribui com a sociedade burguesa ao reforçar a relativização de análise da realidade, a partir da consciência e formação de vários *pontos de vista*.

3. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL: uma análise dos fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos

O século XXI floresce marcado pelo debate ambiental e ações de enfrentamento às expressões da questão ambiental. Santos e Araújo (2012, p.63) elucidam que a questão ambiental vem, indiscutivelmente, se destacando com maior vigor na presente década, entre os temas em debate nas mais diversas áreas da vida social. Ainda complementam:

[...] Exatamente por essa intensa visibilidade sua abordagem, muitas vezes, padece de imprecisões e simplificações que obscurecem, mais do que elucidam seus fundamentos. Esse é um fator preocupante para quem decide encarar o tema do ponto de vista acadêmico, onde podemos encontrar várias áreas do conhecimento estudando o assunto, notadamente e com maior tradição as ciências biológicas e naturais.

Também discutida pelas ciências humanas e sociais, a investigação sobre a questão ambiental é mediada por uma série de tendências teóricas e, concomitantemente, por divergentes projetos societários. Daí deriva as estratégias de enfrentamento, objetivadas em leis e políticas públicas, contando também com as ações de movimentos ambientalistas e sociais. Esse campo de atuação abarca o público, o privado, aí incluído o terceiro setor, e agrega diversas profissões que são chamadas a intervir em projetos e programas socioambientais. Sendo assim, o Serviço Social, como um trabalho especializado no marco do trabalho social coletivo (IAMAMOTO, 2011, p. 465) compõe tal conjunto de profissões¹²³.

Apesar da atuação do (a) assistente social nas expressões da *questão ambiental* ser emergente, tem-se nos últimos anos um significativo avanço profissional nesse campo, inclusive na produção do conhecimento, tanto que passa a se constituir

¹²³ Santos e Araújo (2012, p. 65) complementam que a profissão de Serviço Social é uma das especializações sócio-técnicas do trabalho na sociedade capitalista. Compõe, assim, o conjunto do trabalho coletivo necessário à reprodução e manutenção do sistema. Segundo uma concepção materialista, toda e qualquer especialização do trabalho surge, se desenvolve e se mantém desde que exista uma necessidade social à qual responda.

[...] como um dos eixos de apresentação de trabalho nos principais eventos da categoria (ainda que articulado aos de questão urbana e agrária) e da significativa procura pelo mesmo; e da publicação de Silva (2010) e sua potencialidade de interferir nos rumos do debate do Serviço Social em vista da capilaridade do veículo editorial responsável.¹²⁴ (SANTOS, ARAÚJO, 2012, p. 65).

Em face disso - o aumento da produção no eixo temático que envolve a questão ambiental . é cabível suscitar indagações quanto à (s) orientação (oes) teórico-metodológica e ídeo-política que norteiam essa produção de conhecimento, ou seja, qual(is) o(s) fundamento (s) busca a categoria profissional neste novo campo de atuação¹²⁵. Nesse sentido, pretendemos, neste capítulo, *analisar a incorporação da problemática socioambiental pelo Serviço Social a partir da identificação dos fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos que norteiam a produção de conhecimento nessa área*¹²⁶.

Para isso, apontaremos os procedimentos metodológicos traçados para o desenvolvimento da análise documental a partir dos anais do XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e da análise bibliográfica da Revista *Katálysis*¹²⁷ . edição *Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais*. Por fim, trataremos das tendências e desafios contemporâneos a partir da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental.

3.1. Procedimentos teóricos-metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa foram as análises documental e bibliográfica, compreendendo a riqueza de

¹²⁴ A Editora Cortez foi a responsável pela publicação da obra.

¹²⁵ Com a obra de Silva (2010), posterior à organizada por Gómez (2009) . até então única referência do Serviço Social sobre a questão ambiental . , tem-se o retrato da disputa ideológica, no seio da profissão, tendo em vista as discrepâncias entre as duas obras, tanto nos referenciais teóricos quanto nos métodos de análise da realidade.

¹²⁶ As teses e suas dimensões teórico-metodológicas e ídeo-políticas apresentadas no capítulo anterior subsidiarão a análise sobre a produção de conhecimento pelo Serviço Social sobre a questão ambiental. Foi possível a identificação dessas teses a partir da análise de dados do estudo em questão.

¹²⁷ O referido periódico é vinculado ao Programa de Pós-Graduação da UFSC.

apreensões da realidade e reflexões que estes meios possibilitam. Os documentos e textos carregam consigo não só a descrição e análise do real ou o registro de um momento histórico, mas também concepções teórico-metodológicas, ideopolíticas e projetos de sociedade a que se vinculam.

A delimitação das fontes para análise do objeto deste estudo se deu considerando o amadurecimento do debate a partir da criação e sistematização de Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), orientados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), possibilitando o adensamento das discussões nos referidos espaços profissionais, além da ausência de estudos sobre a questão ambiental oriunda dos XII e XIII ENPESS¹²⁸.

Diante disso, suscitou o período a ser estudado, estabelecendo assim os anos de 2009 a 2013, tanto por abarcar os encontros que originaram tal objeto de estudo, como pelo aumento das produções bibliográficas na área ambiental no período supracitado¹²⁹, em contraste com a mencionada ausência/desconhecimento da sistematização da produção desse conhecimento sobre este período.

Ao contemplar o período delimitado, também nos subsidiaremos na pesquisa bibliográfica. Os principais critérios para elegibilidade do (o) periódico(s) foram: ser fomentado pelo Serviço Social; ter tido alguma publicação de texto sobre a questão ambiental; e por último estar indexado(s) no Scientific Electronic Library Online (SciELO)¹³⁰, tendo em vista a popularidade desse acervo entre pesquisadores, mundialmente, além da facilidade de acesso ao referido banco de dados. Nesse sentido, os textos a serem analisados estão inseridos no periódico *Katálysis*¹³¹, posto o atendimento de todos os requisitos estabelecidos.

No que concerne à pesquisa documental, a amostra compreende os anais dos encontros mencionados, oriundos do eixo temático *Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social*, com ênfase na questão ambiental. O XII ENPESS, com

¹²⁸ Pode-se fazer menção às pesquisas de Rafael (2008) e Carnevale (2009), nas quais foram analisados até o X e XI ENPESS, respectivamente.

¹²⁹ Durante o período tratado também foi publicada uma edição sobre a questão ambiental em outro periódico que compete ao Serviço Social, a revista *Temporalis*.

¹³⁰ Disponível em < <http://www.scielo.org/php/index.php>>.

¹³¹ O Serviço Social possui trezentos (300) periódicos, a partir da *Qualis* avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Qualis* é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

o tema %Grise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?+ permitiu a identificação de oitenta (80) documentos. Neste caso não havia, no eixo temático, indicação de ênfase, o que só passou a existir no encontro posterior. Pela ausência de distinção entre as temáticas adotamos os seguintes critérios para seleção dos dados: a) título, resumo e/ou palavras-chave condizentes com a questão ambiental; b) identificação dos (as) autores (as) que trataram da questão ambiental no XIII ENPESS (2012), visto que nesses anais a abordagem foi classificada por ênfase temática.

Eleitos os documentos do XII ENPESS¹³² somamos aos do XIII encontro (37 documentos); porém, diante da exorbitante amostra, visto a soma dos documentos (58) e ainda dos textos do periódico para serem analisados (considerando ainda a duração do processo de pesquisa)¹³³ elegemos outros critérios para lapidar os dados de análise: a **definição de descritores** . questão ambiental, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, degradação/devastação ambiental, educação ambiental, sustentabilidade e conflitos socioambientais; além de restringir a amostra a **documentos e textos escritos por assistentes sociais**¹³⁴, apesar da produção de conhecimento do Serviço Social agregar pesquisadores e profissionais de diversas áreas. Essa delimitação se deu pela necessidade de contribuir diretamente com a categoria, compreendendo as particularidades da formação profissional e os dilemas e desafios que cabem à profissão¹³⁵.

Diante disso, a amostra realizada referente aos anais do XII ENPESS (2010) totalizam quinze (15) documentos e a do XIII ENPESS (2012) corresponde a vinte e seis (26). Sendo assim, a análise da incorporação da temática ambiental pelo

¹³² Dos oitenta (80) documentos inseridos no eixo Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, inicialmente, resultaram vinte e um (21) para análise.

¹³³ O curso de mestrado em Serviço Social pela UFPE é desenvolvido em vinte e quatro (24) meses, podendo ser prorrogado por mais seis (6) meses, de acordo com o colegiado do departamento. Dentre esse período tem-se o cumprimento da carga horária de 360 horas distribuídas em seis disciplinas, qualificação do projeto, estágio docência, coleta de dados, desenvolvimento da pesquisa e escrita da dissertação.

¹³⁴ Foi possível tomar conhecimento desse dado a partir do currículo Lattes. Disponível em <www.cnpq.br>. Depois desse processo, os nomes dos (as) autores (as) foram suprimidos, conforme a dimensão ética da pesquisa, visto que a análise é documental e bibliográfica, não podendo ser personalizada. Além disso, os documentos e texto elaborado pela orientadora desta pesquisa foram retirados, bem como os documentos de minha autoria.

¹³⁵ Não partimos de uma interpretação endógena da profissão. Analisar a produção de conhecimento desenvolvida pelos (as) assistentes sociais torna-se um esforço importante, entendendo os dilemas e a necessidade de amadurecimento da profissão.

Serviço Social será instrumentalizada pela pesquisa documental de quarenta e um (41) escritos.

Para delimitar a amostra dos textos da Revista *Katálysis* foram utilizados os mesmos critérios utilizados da pesquisa documental¹³⁶. A edição *Relações sociais, desenvolvimento e questões ambientais* (v.15, nº1. 2012) contou com a publicação de dez (10) artigos, entretanto, a produção analisada consistiu em três (3) textos. Dessa forma, a amostra final consistiu em quarenta e quatro (44) produções: quarenta e um (41) documentos e três (3) artigos.

Após a *delimitação da amostra*¹³⁷, foram realizadas as *leituras dos documentos e artigos* e os destaques, visando à organização do quadro de análise de dados¹³⁸. A *sistematização* reúne no quadro o título do documento ou artigo, conceito e/ou categoria de análise tratada, estratégia de enfrentamento, principais referências bibliográficas utilizadas, perfil da produção e demais observações importantes.

A partir dessa sistematização, analisamos a realidade com base no método materialista histórico e dialético, no intuito de apreender a dinâmica da realidade, em suas múltiplas mediações e determinantes.

Para procedermos ao estudo, iniciamos com a *revisão de literatura* para subsidiar a análise dos dados, após a qual teve início a *escrita da dissertação*, constituindo-se na articulação entre método e metodologia.

Durante o desenvolvimento da pesquisa encontramos algumas dificuldades ao analisar os documentos: a) no que concerne aos traços metodológicos, foi marcante a ausência de citação de referências bibliográficas utilizadas no texto ou acréscimo de bibliografia que não foram utilizadas, na maioria dos trabalhos; b) quanto à forma, documentos que destoaram das normas de submissão de trabalhos elaborada pela comissão organizadora do encontro, a exemplo de apresentação de anteprojeto ao invés de artigo, inclusive com cronograma de realização das atividades da pesquisa.

¹³⁶ Os que estão grifados em negrito, bem como a dimensão ética a que me referencio na nota de rodapé de número 8.

¹³⁷ A amostra foi listada e enumerada. Segue como apêndices denominados A, B e C.

¹³⁸ Segue como apêndice (D) neste trabalho.

Apesar disso, foi possível realizar uma análise com vistas ao atendimento dos objetivos da pesquisa, voltando-se para as concepções teórico-metodológicas e ídeo-políticas que norteiam a produção de conhecimento do Serviço Social acerca da problemática socioambiental.

3.2. Análise documental dos anais do XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

A análise dos quarenta e um (41) documentos, frutos dos XII e XIII ENPESS, possibilitou o levantamento de uma riqueza de questões, tanto sobre o debate ambiental em curso como os dilemas históricos enfrentados pela profissão. Inicialmente, iremos pontuar o perfil da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental¹³⁹ no período analisado. Em seguida, trataremos da identificação dos fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticas presentes nos documentos analisados, bem como as estratégias de enfrentamento às expressões da questão ambiental incorporadas pelo Serviço Social.

As regiões geográficas e os estados que originaram os documentos informam acerca de áreas que vêm sofrendo impactos ambientais, resultantes do atual modelo de desenvolvimento impulsionado no país e, conseqüentemente, com a existência de conflitos socioambientais. Nos documentos analisados houve a abordagem tanto desses conflitos em si como da atuação do (a) assistente social em programas e projetos a estes relacionados, a partir da educação ambiental, da inclusão social+e etc., como veremos a seguir. A identificação da origem geográfica foi possível em vinte e sete (27) dos quarenta e um (41) documentos da amostra, sendo sete (07) do XII ENPESS (2010) e vinte (20) do XIII ENPESS (2012).

¹³⁹ O perfil da referida produção buscou identificar a região geográfica que origina tais análises e também a área de atuação do (a) assistente social na problemática socioambiental.

Quadro 01: As regiões geográficas e os Estados que originaram os documentos sistematizados na análise da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental

REGIÕES	XII ENPESS (2010)	Quant.	XIII ENPESS (2012)	Quant.
NORDESTE	Alagoas	01	Ceará	01
	Ceará	01	Rio Grande do Norte	03
	Paraíba	01	Pernambuco	02
			Sergipe	04
	Total	03	Total	10
NORTE	Amazonas	04	Amazonas	05
			Pará	02
			Amazônia brasileira	01
	Total	04	Total	08
SUDESTE	----	---	Espírito Santo	01
			Rio de Janeiro	01
	Total	---	Total	02

O perfil geográfico aponta a predominância da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental nas regiões Norte e Nordeste, uma incipiente discussão no Sudeste e ausência nas regiões Sul e Centro-Oeste. Quanto aos estados, existe no Nordeste uma diversidade maior, sendo aportados trabalhos em (6) dos nove (9) Estados existentes na referida região geográfica. No Norte, tem-se o destaque para o Estado do Amazonas.

De acordo com o Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil¹⁴⁰ (2010), a região Nordeste é a com o maior número de conflitos socioambientais, somada ao Norte representam 50,73%, um pouco mais da metade dos conflitos em âmbito nacional. Também chama atenção para o destaque do

¹⁴⁰ Elaborado pelo Laboratório de Informação em Saúde (LIS) vinculado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Disponível em <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>>.

estado do Amazonas, que se encontra no topo dos outros estados da mesma região, além de principal estado de origem dos documentos dos dois ENPESS.

Figura 01 É Distribuição dos conflitos por Estado e região

Região	Estado	Conflitos principais	Conflitos Relacionados*	Total	% Por Estado	% pó Região
Centro-Oeste	Goiás	8	1	9	2,62	9,62
	Mato Grosso	13	3	16	4,66	
	Mato Grosso Sul	6	2	8	2,33	
Nordeste	Alagoas	9	0	9	2,62	29,45
	Bahia	16	4	20	5,83	
	Ceará	9	3	12	3,50	
	Maranhão	8	3	11	3,21	
	Paraíba	6	4	10	2,92	
	Pernambuco	13	3	16	4,66	
	Piauí	4	1	5	1,46	
	Rio Grande Norte	9	0	9	2,62	
	Sergipe	8	1	9	2,62	
	Acre	8	0	8	2,33	
Amapá	8	0	8	2,33		
Amazonas	15	2	17	4,96		
Pará	10	3	13	3,79		
Rondônia	9	0	9	2,62		
Roraima	8	0	8	2,33		
Tocantins	9	1	10	2,92		
Sudeste	Espírito Santo	13	0	13	3,79	27,70
	Minas Gerais	23	4	27	7,87	
	Rio de Janeiro	20	1	21	6,12	
	São Paulo	30	4	34	9,91	
Sul	Paraná	15	2	17	4,96	11,95
	Rio Grande do Sul	10	3	13	3,79	
	Santa Catarina	10	1	11	3,21	
Total		297	46	343		

Fonte: LIS / ICICT / FIOCRUZ

Quando comparados, a origem dos trabalhos e o mapa dos conflitos socioambientais, reitera-se o pressuposto de que *as regiões geográficas que mais concentram os conflitos socioambientais são também as que originam a maior produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental*. Ainda podemos afirmar, com base no referido mapa, que os maiores atingidos são povos indígenas, agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Alguns desses grupos estão inseridos em projetos de educação ambiental orientados por assistentes sociais, segundo os documentos analisados.

Esse processo de degradação ambiental das regiões Nordeste e Norte existe desde tempos coloniais, como no caso do cultivo da monocultura de cana-de-açúcar e também do ciclo da borracha, respectivamente. Porém, o que diferencia esse momento histórico dos anteriores é a intensificação desses processos; em momento de crise estrutural do capital este acelera as formas de exploração humana e degradação da natureza para manutenção de seu poderio, mesmo em tempos de escassez dos recursos naturais.

Os grandes empreendimentos impulsionados pela busca de novos nichos de exploração do capital e respaldados pelo modelo neodesenvolvimentista¹⁴¹ adotado pelo Estado brasileiro geraram crescimento econômico, favorecidos pelo desenvolvimento de infraestrutura das cidades e aumento de emprego. Esse movimento também carrega consigo uma lógica destrutiva para as regiões antes não exploradas pelo capitalismo tardio, com a expulsão de comunidades tradicionais¹⁴² de suas terras, desmatamento de vegetações nativas, poluição de rios ou mares, dentre outros. Nas cidades, os impactos são sentidos pelo aumento do preço da alimentação e moradia, surgimento de novas doenças oriundas, principalmente, da poluição (doenças respiratórias e cânceres, aumento da violência e o fenômeno denominado *os filhos dos grandes empreendimentos*)¹⁴³, dentre outras questões de ordem ambiental e social.

Diante da necessidade de apreender os determinantes desses processos, surgem iniciativas voltadas ao estudo dessas problemáticas. Na formação profissional em Serviço Social podemos mencionar, nas regiões em destaque (Nordeste e Norte), a existência de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação, sinalizando para o avanço da produção do conhecimento nesta área: *Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social*¹⁴⁴, do Programa de

¹⁴¹ Ver BOITO Jr. (2012).

¹⁴² Povos e comunidades tradicionais são grupos sociais que guardam entre si uma história em comum, uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, as tradições, as crenças que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos.+ Ver: MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS . BRASIL. Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro. Fortaleza, 2012.

¹⁴³ Referimo-nos à violência ou abandono sofrido pelas mulheres da região ao serem violentadas ou se envolverem afetivamente com os operários desses empreendimentos, os quais, ao fim da obra, também seguem em partida.

¹⁴⁴ Esta linha de pesquisa aborda as mudanças do capitalismo e a geração da questão ambiental, focalizando ainda a ação do Serviço Social nesse espaço.+Disponível em <www.ufpe.br/ppgss>.

Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)¹⁴⁵ da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)¹⁴⁶, são ilustrativos.

Outro dado importante para delimitar o perfil da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental se refere à área de atuação dos (as) profissionais, posto que estes estão, em alguma medida, empenhados em sistematizar e analisar a realidade. Nesse sentido, a partir dos documentos analisados, elencamos sete (7) grupos temáticos, os quais concentram a atuação profissional¹⁴⁷:

Quadro 02 É Grupos temáticos das áreas de atuação dos (as) assistentes sociais na questão ambiental

Gestão pública do meio ambiente
Educação ambiental
Saúde e sustentabilidade socioambiental
Desenvolvimento sustentável e (in) sustentabilidade
Conflitos e justiça ambiental
Infância e meio ambiente
Organização política, participação social e meio ambiente

Dentre esses grupos temáticos, a atuação dos (as) assistentes sociais, majoritariamente, centra-se na gestão pública do meio ambiente, em especial, na

¹⁴⁵ O programa é pioneiro na região e, atualmente, é o único que dispõe do curso de doutorado. Também é considerado um dos mais qualificados, com avaliação seis (6) pela Coordenação de Apoio ao Ensino Superior (CAPES).

¹⁴⁶ Do total de onze (11) documentos de origem nortista, oito (8) destes foram desenvolvidos a partir de problemáticas vivenciadas no estado do Amazonas.

¹⁴⁷ Com base nos descritores apresentados nos procedimentos metodológicos, delimitamos as principais temáticas abordadas nos documentos, as sistematizando nos grupos temáticos em questão. Existem documentos que tratam de questões situadas em mais de um grupo apresentado.

avaliação de programas e projetos socioambientais e na educação ambiental. Identificamos também a atuação em projetos de extensão universitária, em estágios obrigatórios¹⁴⁸ e trabalhos que resultam de pesquisas, principalmente de profissionais vinculados a grupos acadêmicos, mas não exclusivamente, como monografias, dissertações e teses. Contou-se também com a atuação, mesmo que ínfima, de produção voltada à responsabilidade socioambiental das empresas.

Iamamoto (2011, p. 425) aponta que o Estado tem sido historicamente o maior empregador dos assistentes sociais, em suas instâncias federais, estaduais e municipais, na gestão, execução e/ou avaliação das políticas públicas e, conseqüentemente, em programas e projetos a essas vinculados. No campo socioambiental, os profissionais de Serviço Social atuam nas interfaces da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)¹⁴⁹, etc., além de programas e projetos que visam à mitigação dos impactos ambientais¹⁵⁰, produzidos pelos grandes empreendimentos.

A atuação profissional e a produção de conhecimento da categoria no tocante à questão ambiental ou qualquer outro campo e temática está permeada pelas contradições da sociedade de classes. Essa polarização permeia todas as esferas da vida social: o conhecimento, a política, a economia, a cultura, etc., ou seja, determina a atual forma societária, o modo de vida. Diante disso, os reflexos dos antagonismos entre as classes sociais também estão presentes nas análises desenvolvidas pelos (as) assistentes sociais, tanto na perspectiva de continuidade como de ruptura com a sociabilidade capitalista, embora nem sempre esta formulação esteja claramente delimitada.

A partir disso, apresentaremos os resultados da análise documental sob os blocos ídeo-políticos identificados. Inicialmente, trataremos do ecossocialismo, o qual se baseia no método materialista histórico dialético, subsidiando-se nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels, István Mészáros, Alain Bihr, Guillermo Foladori,

¹⁴⁸ A atuação de estudantes de Serviço Social, com a supervisão do (a) assistente social enquanto profissional ou docente.

¹⁴⁹ As leis nº 6.938/81, nº 9.795/99 e nº 12.305/10, respectivamente.

¹⁵⁰ Mitigação consiste em alternativas de diminuição dos impactos socioambientais.

Bellamy Foster, Michael Löwy, François Chesnais & Claude Serfati. No que concerne à produção própria da profissão, houve uma significativa influência da obra *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*, de Maria das Graças e Silva, nos documentos do XIII ENPESS (2012)¹⁵¹.

Os temas dos documentos analisados tratam da questão ambiental, esta também relacionada à organização política, bem como a discussão crítica sobre o desenvolvimento sustentável. Diante disso, as principais categorias que sustentam as análises sobre a questão ambiental são: *valor de uso, valor de troca, metabolismo social e modo de produção capitalista*.

Silva (2010, p. 58) aponta que,

[...] Marx refere-se à ruptura da relação metabólica na qual o homem se apropria dos elementos naturais e, após o seu consumo, os devolve à natureza. À medida que essa troca de elementos entre as sociedades humanas e o meio natural passa a ser mediada pela produção de mercadorias, manifesta-se um dos traços mais destrutivos da sociedade do capital. A estreita unidade entre degradação ambiental e a alienação do trabalho evidencia-se, posto que ambas deitam raízes no modo de produção burguês e suas leis imanentes.

Analisar a questão ambiental à luz do método marxiano possibilita apreender a realidade para além da sua razão fenomênica; supera a imediatez através da categoria de totalidade¹⁵², a qual subsidia a identificação da ordem burguesa no domínio da sociedade e degradação da natureza. No documento 02, essa necessidade é elucidada.

O que podemos nos perguntar é se estão ocorrendo análises aprofundadas sobre a atual situação ambiental e a sua relação com o modo de produção capitalista. Não podemos avaliar esse assunto de forma exógena, sem relacioná-lo com o processo histórico, com as relações sociais, formações culturais, e conseqüentemente, com o modo de produção.

¹⁵¹ Não houve a identificação da referida obra nos documentos do XII ENPESS (2010), visto que seu lançamento ocorreu durante esse encontro.

¹⁵² A rejeição intelectual do método marxiano e a categoria analítica da *totalidade* explicam-se pela negação do desvelamento da realidade, em admitir como decisiva a categoria da totalidade, o que implica . em sua concretude . em admitir o trabalho como raiz ontológica do ser social, teria como consequência a identificação da própria burguesia como responsável fundamental pelos males sociais.+(TONET, 2010, p.16).

Sendo assim, ganha destaque a análise a partir da sociedade de classes, na qual uma minoria concentra a riqueza socialmente produzida, submetendo a maioria à penúria e à degradação da vida, tendo em vista a destituição dos meios de trabalho e a condição de venda da força de trabalho dos (as) trabalhadores (as) livres, como modo de sobrevivência.

No capitalismo contemporâneo, se faz presente o debate acerca das mudanças impulsionadas pela reestruturação produtiva, pelo avanço do neoliberalismo e seus impactos nas políticas sociais; a mundialização do capital, também chamada por outras correntes teóricas de *globalização*; a expropriação territorial, principalmente de comunidades tradicionais, devido à sede do mercado (capital) por novos nichos de exploração e degradação, etc.. Nesse sentido, a perspectiva crítica do Serviço Social, ao analisar a questão ambiental, apreende os determinantes sociohistórico e estruturais da sociedade capitalista.

A gênese exploratória da ordem do capital, somada aos diversos modelos de desenvolvimento adotados para sua manutenção, resulta em consequências nefastas para a natureza e, conseqüentemente, para a vida de milhões de pessoas. A barbárie em que se encontra a atual sociabilidade é apontada na produção do Serviço Social e se caracteriza pelas

[...] crises econômicas avassaladoras em proporções mundiais; a realidade de inacessibilidade ao direito à reprodução da vida em condições dignas concretas; a degradação ambiental que afeta a fauna e a flora, desequilibrando ecossistemas no panorama ecológico mundial; a pobreza, a miséria e o desemprego, sentidos de forma real nas vivências cotidianas por um vasto contingente de seres humanos; a ausência do alcance à água potável, a alimentação, moradia de qualidade, saúde, educação [...]. (doc. 28)

Com isso, a relação intrínseca da questão ambiental com a ordem do capital é concebida nas fortes críticas à principal estratégia burguesa, o desenvolvimento sustentável:

[...] as alternativas do capital para uma economia sustentável verde que impacta cujos fundamentos revelam-se contraditórios, expressando tomada de consciência forjada e uma transferência de responsabilidade aos

indivíduos pela degradação do meio ambiente. A produção destrutiva do capital exprime a natureza contraditória de tais propostas, no que se refere à adesão empresarial às chamadas Ações de Responsabilidade Social e ambiental e o debate de Desenvolvimento Sustentável. Isto porque está apoiada na lógica do produtivismo cuja produção é de supérfluo e acaba por acirrar com mais intensidade o processo de degradação do meio ambiente. Neste sentido, podemos afirmar que a questão da reversão da crise socioambiental atual, seguindo as propostas do capital, não apresenta saída concreta, visto que a superação da crise significa a superação do próprio capital. (doc. 28)

O desvelamento das contradições do modo de produção capitalista fundamenta a necessidade de sua superação pela classe que vende a força de trabalho, há %a necessidade de luta para a construção de uma sociedade superior ao capitalismo, onde a natureza não poderá ser apropriada como propriedade privada, pois se constituirá como bem coletivo, como um valor fundante para a humanidade+(doc. 10). Portanto, a tendência de ruptura que permeia a corrente ecossocialista e, hegemonicamente, o Serviço Social brasileiro %defende a superação da sociedade do capital por uma sociedade de produtores associados+(doc. 17).

No mesmo documento têm-se a afirmação de que %a questão ambiental pode ser definida de diversas formas, a depender dos fundamentos teórico-metodológicos adotados+¹⁵³, o que, por sua vez, explica a existência de diversas concepções e enfrentamentos no bojo da problemática socioambiental. Porém,

Apenas a apreensão dos fundamentos da %questão ambiental+. localizados na lógica da produção destrutiva do capitalismo desenvolvida substantivamente pela Lei da acumulação do capital . acompanhada por uma luta que vise suplantiar este modo de produção pode se concretizar em estratégia profícua. (doc. 17)

Dando continuidade à apresentação e análise dos blocos ídeo-políticos, existe uma articulação entre as teses do *conservacionismo*, que também abarca o debate sobre *desenvolvimento sustentável*; e, da *justiça ambiental*, denominadas de ecodemocracia (inserida no ecocapitalismo). Apesar das particularidades dessas teses, o ponto em comum é o apelo à dimensão política na %resolutividade+ da degradação ambiental. Com isso, apela-se para a *eficácia* das políticas ambientais como fim último. Para isso, os documentos se baseiam nos três principais autores

¹⁵³ Vale salientar que os fundamentos teórico-metodológicos, assim como os ídeo-políticos, estão intrinsecamente relacionados aos projetos societários.

das respectivas discussões, são eles: Antonio Carlos Diegues, Ignacy Sachs e Henri Acselrad.

Nesse bloco ídeo-político, nos chamou atenção a supremacia da questão ambiental no Norte do país, em especial, a Amazônia brasileira.

As ações políticas do Estado brasileiro direcionadas à região amazônica historicamente, tiveram sua implantação baseadas nos interesses do Estado em congregar a lógica concorrencial nas relações econômicas, por meio de um processo integrador da região ao restante do território nacional. Estes projetos ignoraram as singularidades da região, da população e da diversidade de recursos naturais, que possibilitaram grande deterioração no território amazônico em virtude da exploração dos recursos naturais. [...] (doc. 07).

Ainda mais,

Hoje discutir Amazônia se torna um tanto paradigmático, pois fica evidente, num primeiro momento (e de maneira simplista), a existência de duas Amazônias: a percebidas pelos olhares externo e a percepção dos que lhe são internos. Quanto aos olhares externos há a subdivisão: externo internacional e externo nacional. (doc. 09)

O processo de ocupação da Amazônia se dá pela extração de seringais, matéria-prima da borracha, intensificado pelo processo de industrialização brasileira. Durante a ditadura civil-militar, há uma nova dinâmica exploratória, principalmente para o capital internacional. Essa conjuntura acarreta na expropriação de territórios de povos tradicionais, atrelada à perseguição e morte de militantes de movimentos sociais e ambientalistas¹⁵⁴.

Entretanto, as análises supracitadas sobrepõem-se às demais regiões do país e particularizam tais problemáticas como se fossem únicas, sem que seja fruto de uma lógica estrutural de apropriação privada e dilapidação da natureza, que se espalha sob o domínio do capital, assim como o faz nos quatro cantos do mundo. Entende-se que, apesar das particularidades sociohistóricas de cada região ou local, estes estão inseridos em uma perspectiva macrosocietária.

¹⁵⁴ Inúmeros militantes sociais foram perseguidos e mortos por posseiros e latifundiários na Amazônia brasileira, a exemplo de Chico Mendes e Dorothy Stang (irmã Dorothy).

Orientados pelo conservacionismo ambiental, os documentos em questão problematizam as unidades de conservação e pautam a [..] melhoria da qualidade de vida das famílias residentes [...](doc. 07).

[..] a discussão sobre a crise ambiental questiona o modelo tradicional de desenvolvimento, responsabilizando-o pelos impactos ambientais, o que demanda a promoção de políticas que articulem o desenvolvimento econômico e social, concomitantemente com a sustentação ambiental. O modelo de desenvolvimento sustentável buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar a crise social e ambiental, que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos com efetivo acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e ambientais.+(doc. 14).

O debate sobre o desenvolvimento sustentável se desenrola sob duas formas: a mais comum é a interpretação desse modelo como única saída para a questão ambiental; a segunda, tece críticas a tal proposta, remetendo-a a uma via adotada pela *globalização econômica*¹⁵⁵ e pelo neoliberalismo com seus agentes financiadores, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, e em contraposição apresenta o *ecodesenvolvimento*¹⁵⁶.

Os adeptos do desenvolvimento sustentável apontam que [..] existe a alternativa de desenvolvimento sustentável, fundamentado no desenvolvimento local, nacional e internacional que interagem objetivos econômicos, sociais e ambientais+ (doc. 01). Sendo assim, o ideário do desenvolvimento sustentável é apresentado sem conotação com as contradições do modo de produção capitalista, chegando até ser tratado com segregação dos preceitos do capitalismo, como se não fizesse parte do mesmo projeto ideológico, conforme destaque abaixo:

Hoje, no mundo inteiro, apesar do crescimento da preocupação com a preservação do planeta e da proposta de desenvolvimento sustentável,

¹⁵⁵ No marxismo, esse termo significa mundialização do capital. Ver CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

¹⁵⁶ Termo cunhado por Ignacy Sachs. De acordo com o documento de número trinta e três (33): Esse termo logo foi rejeitado por ser muito radical ao prever limites a acumulação do sistema econômico vigente, já que lançou críticas à sociedade industrial, cedendo espaço para a configuração de um novo paradigma . desenvolvimento sustentável . , mais flexível e que por isso atendeu os diversos interesses, diga-se até divergentes e antagônicos+.

também têm crescido as forças produtivas capitalistas que se tornam, comprovadamente, forças destrutivas dos recursos naturais e da vida no planeta. (doc. 22) [grifos nossos].

Já a contraposição evidenciada nos documentos analisados, que clama pelo ecodesenvolvimento, se apoia na desejada articulação de cinco dimensões fundantes para o provimento da *harmonia* entre natureza e sociedade, como veremos abaixo:

[...] Inacy Sachs chamou atenção para necessidade de reflexão, de maneira mais profunda e efetiva, sobre o problema de falta de sustentabilidade socioambiental no desenvolvimento das sociedades capitalistas, evidenciando que essa sustentabilidade deveria ser construída socialmente, ancorada em uma nova forma de pensar a vida em sociedade. O autor tece considerações sobre a possibilidade de *crescer sem destruir*, difundido que as estratégias de ecodesenvolvimento poderiam ser concretizadas dentro da sociedade. Estas estratégias de ecodesenvolvimento estão diretamente ligadas às cinco dimensões da sustentabilidade defendidas por Sachs (1993)¹⁵⁷ em que a *sustentabilidade social* é entendida nos termos da construção de uma sociedade com mais equidade no que se refere à distribuição de riquezas. Esta dimensão está diretamente ligada com a *sustentabilidade econômica*, a qual para ser alcançada depende do emprego mais eficaz dos recursos extraídos da natureza. O que, por sua vez, impõe uma nova visão sobre *sustentabilidade ecológica*, que implica na limitação do uso de recursos não renováveis, por meio de um novo padrão de consumo e produção de tecnologias, as quais devem ser repensadas de maneira a assegurar a utilização responsável dos recursos naturais. Outra dimensão defendida pelo autor é a *sustentabilidade espacial*, a qual deve manter um equilíbrio entre configurações urbano-rural e as questões econômicas que envolvem. E por fim, a *sustentabilidade cultural*, que ao contrário de adaptar tecnologias importadas às realidades locais, implica na criação de tecnologias novas e apropriadas, a fim de desenvolver suas especificidades regionais. (doc. 30). [grifos do documento]

Apesar do chamado à reflexão mais profunda, a proposta de ecodesenvolvimento perpetua a lógica do desenvolvimento sustentável: *trata-se de uma tentativa de convencer a todos quanto às possibilidades de articular crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza* (SILVA, 2012, p.106). Nesse sentido, tanto o ecodesenvolvimento como o desenvolvimento sustentável partem do mesmo pressuposto: *compatibilizar expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais* (ibid).

¹⁵⁷ SACHS, Ignacy. Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. Trad. Magda Lopes, - São Paulo: Stidio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Cidade Aberta), 1993.

Na implementação do desenvolvimento sustentável se evidencia a regência da lógica empresarial, com o emprego da teoria dos 3Es: *eficiência, eficácia e efetividade*¹⁵⁸. São apresentados modelos de gestão através da execução de projetos e programas, avaliando-os isoladamente. Tais experiências profissionais se autonomizam da realidade, tornam-se o fim em si mesmo.

Nesses casos, a dimensão técnica-operativa se sobrepõe às outras dimensões constitutivas da profissão, a exemplo, no documento de número trinta e três (doc. 33), a crítica paira na ausência do discernimento entre projeto e programa, [p.].] depreende-se que no discurso oficial da secretaria não há uma diferenciação do que seja um programa e um projeto, sendo esses tratados da mesma forma ou até mesmo usando essas duas referências teóricas diferentes para uma mesma ação.

Nesse processo, busca-se uma transformação da realidade . esta na maioria das vezes local, inserida no campo de abrangência da execução de programas e projetos, mediada pela efetivação das políticas sociais e ambientais , da cidadania. A ausência dessas efetivações, muitas vezes, é interpretada como simplesmente falta de vontade/falta de atitude dos governos e entes públicos,

A atitude do governo de universalizar o acesso a energia em um curto espaço de tempo, desencadeia grandes preocupações no sentido dos impactos ambientais e sociais aí envolvidos. Apesar de no discurso falar sobre o desenvolvimento sustentável e de se contar com uma legislação abrangente, não se estabelece mecanismos que evitem os danos que a prática descompromissada provoca, deixando um rastro de degradação e de injustiça sempre aquém das ações compensatórias que minimamente equilibram esses impactos. (doc.15) [grifos nossos]

Esse mesmo documento ainda traz que,

Em nome do desenvolvimento promoveu-se a devastação da floresta e agrediu as diversas culturas aqui existentes, houve descaso com o dinheiro público, favorecimento das classes dominantes por meio de subsídios e total ausência de vontade política na busca de modelos sustentáveis. (doc.15) [grifos nossos]

¹⁵⁸ Segundo Sano e Filho (2013), a *eficiência* se refere ao processo, a *eficácia* aos resultados e a *efetividade* à transformação.

Nessa mesma linha de pensamento, encontram-se os trabalhos que se inscrevem na perspectiva da **justiça ambiental**, no tocante à afirmação da necessidade de pressão política para aplicação universal das leis e para o aperfeiçoamento da legislação de proteção ambiental (ACSELRAD et al, 2009), como estratégia para enfrentar a desigualdade no despejo de poluentes e/ou escolhas de novos locais a se tornarem poluídos, entre áreas ricas e pobres, com populações brancas e negras, predominantemente.

Nesse sentido,

[...] o combate à depredação e à poluição ambiental não constitui somente um interesse de resguardar o meio ambiente para as populações futuras, mas é um imperativo que a população pobre do presente possa vivenciar o futuro de maneira digna (doc. 29).

A assertiva acima não problematiza a lógica do desenvolvimento sustentável, elucidado na preservação do meio ambiente para as gerações futuras e, muito menos, que *futuro digno* para a população pobre do presente se está tratando¹⁵⁹. Além disso, não se põe em evidência a perpetuação da pobreza em um futuro apontado, deixando intocada, assim, a estrutura societária de exploração de classes.

Politicamente, se pontua o capital e pauta-se o enfrentamento à **injustiça ambiental**; porém, não se avança em um horizonte macrosocietário. Teoricamente, a questão se agrava pelo distanciamento da natureza classista. Mas, de certa forma, essa condição, implicitamente, corrobora com as ilusões trazidas pelo ecocapitalismo.

Com toda esta depredação ao meio ambiente torna-se essencial resgatar o conteúdo das propostas do movimento por justiça ambiental que revelam a desigual distribuição dos danos ambientais, já que a injustiça social e a degradação ao meio ambiente tendem a caminhar lado a lado, evidenciando que a desigualdade presente na sociedade capitalista também se estrutura fortemente na questão ambiental, ocasionando a necessidade de mobilizar a classe trabalhadora para enfrentar os ataques do capital ao espaço por ela vivenciado. (ibid).

¹⁵⁹ A dignidade, semanticamente, está relacionada a merecimento e nos remete a meritocracia. Nessa lógica, tem-se que galgar conhecimentos e *status* visto o ideário de que *as oportunidades são para todos*.

Não basta, apenas, enfrentar os ataques do capital quanto ao espaço ocupado pela classe trabalhadora. Deve-se travar uma luta contra sua dinâmica totalizante, atingir estruturalmente a apropriação privada da natureza e da riqueza socialmente produzida. Não são tempos de enfrentamento por si só, mas de luta por uma sociedade emancipada.

Esse bloco ídeo-político busca a solução em medidas administrativas do Estado, mediada pelas políticas públicas (como fim em si mesmo). Em termos de considerações finais, no documento de número vinte e sete (27) afirma-se que

Já não é mais admissível esquecer que as queimadas, as poluições dos rios, a degradação do ambiente (em nome do crescimento econômico desenfreado) interferem diretamente na saúde humana. Por isso mesmo, faz-se necessário, e urgente, construir políticas públicas que tenham, como um dos seus pilares, a questão da sustentabilidade socioambiental.

Entretanto, Marx (2010b, p. 59) apontava que “[...] os Estados procuram a causa em deficiências acidentais ou intencionais da administração e, por isso, o remédio para os seus males em medidas administrativas.+ Porém, a questão em destaque é que “[...] a impotência é a lei natural da administração+(ibid).

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses particulares. [...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. [...] O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma e tentar remediá-los. (MARX, 2010, p.60)

A incessante procura pela efetividade recai na falta de problematização do conjunto legal-democrático que rege a sociabilidade capitalista. A ecodemocracia é norteadada por um pragmatismo desmedido, ao conceber a *aplicação* de diretrizes e princípios. Dessa forma, as leis, os direitos e a cidadania são tidas como estratégias máximas de mudança societária, isentas de contradições. Não se trata de negar a

importância e necessidade da ampliação de direitos e regulação pública do meio ambiente, pelo contrário: esta segue sendo um terreno essencial da luta política. No entanto, trata-se de demarcar a necessidade de construção das alternativas de classe, não apenas no plano conjuntural, mas histórico, o que implica situar estas lutas no interior de um projeto societário.

Por fim, tem-se o **bloco ídeo-político da irracionalidade**, no qual constata-se que as argumentações sobre a dilapidação dos recursos naturais pairam na responsabilização do capitalismo industrial e da sociedade moderna. Para isso, se precisa construir uma nova racionalidade ambiental e produtiva.

A noção de sustentabilidade socioambiental pautada na matriz discursiva contra-hegemônica da noção de desenvolvimento sustentável, a qual é instrumental à perspectiva política neoliberal da globalização, está fundamentada no pensamento ambiental latino americano que tem como principal expoente Enrique Leff. Esse pensamento defende uma matriz discursiva da equidade, que deve articular princípios de ecologia e de justiça social, o que exige redistribuição mais equânime das riquezas das sociedades, levando em conta os princípios ecológicos de limites do potencial de produção dos ecossistemas para garantir a sobrevivência das futuras gerações, contrapondo-se a um modelo de desenvolvimento capitalista autofágico. (doc. 30).

A pretensa *busca pela sustentabilidade* se institucionaliza a partir da crise ambiental, quando se passou a questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos, que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, sem considerar a natureza+(doc. 31).

As saídas para a crise se dão pela construção de uma consciência ambiental, a partir a universalização do saber ambiental, ou seja, a necessidade de construção de novos saberes de uma nova economia que se sustente na equidade e na sustentabilidade+ (doc. 34). A defesa do conhecimento ambiental é mediada pela interdisciplinaridade¹⁶⁰, que de acordo com o referido documento¹⁶¹,

¹⁶⁰ A interdisciplinaridade se constitui como uma importante mediação na atuação dos (as) assistentes sociais. Entretanto, de forma crítica, a interdisciplinaridade deve estar sempre articulada à categoria de totalidade. Para isso, Frigotto (2008, p. 44) aponta: delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável.+

[...] representa uma possibilidade para alterar a situação de degradação socioambiental, buscando promover a sensibilização e o fortalecimento de uma sociedade mais disposta e mobilizada a assumir com urgência uma postura mais proativa e responsável no desenvolvimento e no controle da degradação ambiental.

O que apreendemos, a partir dos dois últimos blocos ídeo-teóricos (ecodemocracia e ecoirracionalidade) é que as críticas pairam no *modelo* da sociedade capitalista, e não, no modo de produção em si. Apontam a possibilidade de alternativas dentro da ordem do capital: *um capital verde, limpo, consciente, humanizado*, etc., que incide em mudanças comportamentais, um imperativo ético: a [p.a.] reconstrução de comportamentos e atitudes pautados na ética e na responsabilidade política e social+(doc. 34).

Entretanto, o que ocorre é a intensa culpabilização dos sujeitos sociais mais afetados pela degradação ambiental, na qual o papel do indivíduo substitui as ações das políticas públicas. O documento de número trinta e quatro (doc. 34), ao tratar da educação ambiental em uma escola da região Norte do país, aponta que,

[...] ainda há muito a ser feito, pois ao mesmo tempo em que se verificou que os alunos têm conhecimento de vários desses problemas ambientais, presentes não somente em seu bairro como em toda a cidade, muitos assumem que jogam no chão e em locais inadequados. É como se não conseguissem se ver como parte responsável por esses problemas e muito menos como solução para que não haja mais acúmulo de lixo nas ruas, poluição dos igarapés e a minimização de esgotos a céu aberto.

Nesse sentido, destacamos que a multiplicidade de saídas à questão ambiental não significa diferentes possibilidades de enfrentamento e sim a *repetição da mesma fórmula*, quando não pautada as transformações estruturais e a inadiável construção de uma sociedade avessa aos ditames do capital.

Sobre a análise documental, ainda podemos afirmar que um dos autores mais citados, principalmente, nos documentos oriundos do XIII Encontro Nacional de

¹⁶¹ A tese do saber ambiental se desenvolve a partir da concepção da *sociedade do conhecimento*, em contraposição à sociedade de classes. Os pesquisadores deste campo são influenciados pela pós-modernidade.

Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) é Enrique Leff. Mas esse dado não significa afirmar que a pós-modernidade impera na produção de conhecimento da profissão sobre a questão ambiental, visto que predominam as análises do bloco ídeo-teórico ecodemocrático, principalmente, sob o ideário da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. O que se evidencia é a estrutura sincrética do Serviço Social, em suas interfaces ideológica e científica.

Nesse sentido, identificamos algumas questões, como: a) criticidade sobre a constituição da questão social e suas expressões, que se esvaece quando o debate toma a questão ambiental; b) discrepâncias entre a análise de uma dada problemática socioambiental e a estratégia para seu enfrentamento, revelando aspectos conservadores.

Nestes termos, o documento de número três (3) evidencia uma leitura crítica sobre a trajetória histórica da dimensão socioeducativa do Serviço Social, tratando desde a gênese da profissão aos tempos atuais. Afirma-se que ^é importante ressaltar que, baseando-se, em sua trajetória histórica, a dimensão socioeducativa se encontra numa linha tênue entre a educação libertária e a educação moralizante+ (doc. 3). Entretanto, ao discutir essa dimensão inserida no novo campo de atuação, o meio ambiente, fica nítido o descompasso teórico. No que concerne à educação ambiental aponta que,

O debate do meio ambiente se coloca como uma nova demanda ao Serviço Social, e sua atuação deve-se a partir de uma consciência que leve a ações participativas, críticas e solidárias para que a humanidade continue a desenvolver-se e se reproduzir em cooperação com o meio ambiente, não colocando em risco a existência deste e a sua própria existência para o presente e futura gerações. Em suma, melhora-se a qualidade de vida na mesma proporção em que se melhora a qualidade do meio ambiente.

Dessa maneira, as estratégias de enfrentamento, norteadas pelo ecocapitalismo, remetem às ações atitudinais e comportamentais do conjunto da sociedade e, o pior: operacionalizado pelo (a) profissional do Serviço Social, visto o histórico acesso à classe subalterna.

Esse perfil naturalizado enquanto prática profissional também se evidencia na responsabilização de moradores de uma dada localidade, por estarem em condições de degradação ambiental, inclusive as ações voltadas para comunidade giram em torno da conscientização, visto ser imprescindível que o assistente social seja um agente ativo de sensibilização+(doc. 01):

O projeto de extensão universitária [...] visa desencadear um processo de reflexão onde os moradores possam desenvolver um projeto autônomo de organização e luta por melhores condições de vida.

O projeto atua às margens do Rio Jaguaribe, onde famílias em situação de risco uma vez que nos quintais de suas casas se dá o curso de rio e este, por sua vez, suporta grande volume de dejetos dos esgotos e do lixo jogados pelos moradores, tornando insustentável a degradação humana e ambiental vivida naquela realidade (ibid).

Essa realidade, portanto, não é problematizada à luz da questão urbana, não se situa a especulação imobiliária que joga milhões de trabalhadores (as) às encostas de morros ou palafitas à beira de rios. Muito menos analisa, sob a órbita da questão ambiental, não tece críticas à vasta produção de mercadorias e sua lógica programada de obsolescência, nenhuma indagação sobre a ausência de serviços públicos, como esgotamento sanitário e coleta de lixo, dentre outras questões que fogem a uma análise sincrética e superficial.

Tudo isso faz levantar outra questão que também se faz presente nos documentos analisados, expressão do sincretismo: a influência da fenomenologia¹⁶² nas dimensões constitutivas do Serviço Social¹⁶³. A análise da realidade através da *percepção*¹⁶⁴ e a prática *via sensibilização* remetem à tendência da *reatualização do*

¹⁶² Netto (2009) destaca que a *velha tara* do Serviço Social torna-se presente na adesão à fenomenologia: [...] a ausência de relação entre aqueles autores e as fontes originais (p. 211). [...] o recurso a matrizes teórico-metodológicas as apanha de segunda ou terceira mãos, dilui as sutas especificidades e as combina, seletivamente, a componentes heteróclitos (p. 215).

¹⁶³ São elas: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

¹⁶⁴ Percepção significa *ação*, efeito ou faculdade de perceber+. Que por sua vez, representa *captar pelos sentidos*+. (LUFT. Microdicionário). A partir disso, a *percepção ambiental*, dentre as várias abordagens, parte da abordagem comportamental e fenomenológica da realidade. Ver Rodrigues, Mariana Lima (et al). A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e formulação de políticas públicas ambientais. Vol. 21. Revista Saúde e Sociedade: São Paulo, 2012. P.96 . 110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/09.pdf>>.

*conservadorismo*¹⁶⁵ e *ne* inscreve rigorosamente nas fronteiras da *ajuda psicossocial*+(COELHO, 2013, p. 29).

Na história da filosofia encontram-se presentes pensamentos que decorrem da percepção e a tomam como se fosse a razão. Na percepção, a relação entre sujeito e objeto é marcadamente determinada pelo alcance da experiência intuitiva do sujeito, posto que ele é o meio universal que atribui propriedades à coisa e, em consequência, o conhecimento pode ser tomado como decorrente da vivência do sujeito. (ibid, p. 25)

Neste sentido, *ne* intervenção centraliza-se nas dinâmicas individuais, as determinações de classe nos processos sociais são dissolvidas e as análises se sustentam em uma tríade conceitual: diálogo, pessoa e transformação+(ibid, p. 29).

Na dimensão interpessoal de análise da realidade e de enfrentamento às questões social e ambiental localiza-se também outra tendência, influenciada pela pós-modernidade e que pode ser chamada de *neoconservadorismo pós-moderno* (SANTOS, 2007). As críticas dessa corrente são direcionadas ao capitalismo industrial e à sociedade moderna, em termos teórico-metodológicos a crítica é direcionada ao marxismo e à categoria de totalidade.

A centralidade do trabalho e a luta de classes se esvaecem, dando lugar à *genealogia do poder*+ e à sociedade de risco e indivíduos vulnerabilizados socialmente. O documento 26, ao invocar Giddens (1991), em sua obra *As consequências da modernidade*+, afirma: *o* mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso+. Afirma, ainda, que o referido autor tece suas reflexões sobre *os* temas *segurança versus perigo* e *confiança versus risco*, revelando não só a perspectiva de progresso, mas também de apontamentos da insegurança, risco e perigo presente na modernidade+.

Neste sentido, o curso das decisões foge da estrutura macro societária para delinear aspectos de caráter micro, como o *empoderamento*+ das pessoas ou grupos. Essa dimensão de *microfísica do poder* pauta a constituição de novos saberes, destituídos da *rigidez*+da modernidade, da ciência e de um método único

¹⁶⁵ Tendência que ganha destaque na década de 70 do século passado e se expressa nos documentos oriundos dos Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista. Ver NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

para análise da realidade. A junção de novos métodos e saberes constitui a pretensa *sociedade do conhecimento*. Não se trata mais de fomentar a politização ou estratégias de autonomização de frações da classe trabalhadora, mas de relativizar a realidade, tomar a informação como modo de interpretar a realidade e socializar o poder aos grupos e indivíduos oprimidos¹⁶⁶.

Para Foucault (1998, p.171), a genealogia do poder

Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. As genealogias não são portanto retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata, mas anti-ciências. Não que reivindiquem o direito lírico à ignorância ou ao não-saber; não que se trate da recusa de saber ou de ativar ou ressaltar os prestígios de uma experiência imediata não ainda captada pelo saber. Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.

Nesse sentido,

O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação de procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo . gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos. (MACHADO, 1998, p. 12)

Nos últimos anos, esse campo ganha espaço nas políticas sociais e no Serviço Social, porém, não se identifica suas limitações teórico-metodológicas e ídeo-políticas. Santos (2007, p. 89) aponta que a interpretação pós-moderna da realidade contemporânea tem sido incorporada sem que se possa detectar nenhuma problematização a respeito. Isso significa problemas de várias ordens, principalmente, no que concerne ao tratamento da questão social e os mecanismos

¹⁶⁶ Como se o poder não fosse instituído pela divisão de classes.

mobilizados para o seu enfrentamento¹⁶⁷. O que também diz respeito à questão ambiental.

No que concerne à crise ambiental, a conjuntura tratada acima se alardeia no doc. 26,

Tais processos não devem ser localizados somente em uma visão macro e externa sobre economia e a política, excluindo as relações sociais, pois estes irão influenciar e refletirão na vida cotidiana dos diversos e diferentes sujeitos, gerando mudança de comportamento e criando novos hábitos, dentre eles citamos o consumismo, que também reforça a situação de risco presente na modernidade.

Dessa forma, as relações sociais são destituídas da totalidade; é a imediatividade do *“fazer aqui e agora”* que determina a interpretação da realidade. A vida cotidiana é inserida em uma *“bolha”* que presume as mudanças comportamentais para resgate da segurança, em uma sociedade que tende a superar o risco vivenciado, atualmente.

O (neo) conservadorismo presente no Serviço Social se evidencia nas práticas reduzidas à lógica comportamental e isoladas de um contexto macrosocietário como enfrentamento da questão ambiental. O sincretismo torna-se uma estrutura medular na trajetória sociohistórica da profissão e se reatualiza nos novos campos de atuação e produção de conhecimento.

Nesse ponto, tem-se a forte presença de *jargões*¹⁶⁸ a partir da adoção de termos críticos e da cobrança de uma postura reflexiva dos (as) assistentes sociais, concomitante à interpretações sobre a realidade marcadas pela acriticidade, por vezes embasada em moralismos e nas alternativas de um novo modelo de sociabilidade, ou seja, um *“capitalismo humanizado”*.

Diante da necessidade de criação de estratégias de preservação ambiental, tornou-se possível fazer uso de uma educação inovadora, reflexiva e anti-

¹⁶⁷ Robert Castel e Pierre Rosavallon, autores franceses, fomentam o debate sobre a nova questão social, *“futo do enfraquecimento da sociedade salarial”*, visto o desemprego e pauperismo exacerbados com a reestruturação produtiva. lamamoto (2011, p. 178) elucida que *“busca-se um modo de regulação dentro do capitalismo, alternativo ao socialismo e às proposituras neoliberais. Modo de regulação consubstanciado na terceira via, cimentada no imperativo da coesão social.”*

¹⁶⁸ Quanto ao marxismo, existe a *utilização* de conceitos e categorias analíticas, mas sem a adoção do método. Dessa forma, torna-se uma mera *aplicação* de ideias soltas à realidade, ou seja, um *“marxismo funcionalista”*.

conservadora pautada no respeito ao meio ambiente e capaz de desenvolver tecnologias que conservem e reconstruam os ecossistemas que ainda estão vivos e saudáveis. [...] Diante da análise de um conceito de desenvolvimento econômico sustentável, limpo e ético ampliou-se a necessidade de inserir junto à sociedade padrões educacionais capazes de apreender a totalidade sócio-histórica. (doc. 38).

O último documento citado conta com o aporte teórico de duas das principais obras do Serviço Social sobre a questão ambiental, Gómez (2009) e Silva (2010), de matrizes divergentes. Na obra organizada por Gómez (2009) se remete a Aguayo e Garcia (2009, p. 68), ao tratar da prática do (a) assistente social:

Sensibilizar os diferentes atores sociais locais em relação à problemática do meio ambiente, articulando e coordenando grupos em torno de propostas específicas de respeito por todas as espécies vivas e de busca da harmonia com a natureza, de melhoria ambiental de modo a manter a higiene e a conservação do território habitacional e obter um melhor aproveitamento dos recursos.

Não existe problematização entre as dimensões teórico-metodológica e ideopolítica que as fundamentam. Ao contrário, são apresentados concordâncias em aspectos conservadores tratados, criticamente, por Silva (2010), a exemplo da crítica da autora sobre a *economia ecológica*¹⁶⁹, que no documento de número trinta e oito (38) é tratada como alternativa, visto que se aproxima-se de uma possível resolução sustentável das problemáticas ambientais, sociais e econômica da sociedade.

Diante disso, a produção de conhecimento sob o viés sincrético se assemelha a uma *colcha de retalhos*, em que se costuram diversos conceitos e frágeis argumentações, contando com uma gama de fundamentos ideológicos. Nesse sentido, o sincretismo no Serviço Social [...] resulta da natureza de sua prática, lastreia-se no seu engradamento cultural-ideológico e remete ao seu sistema de saber, ao referencial científico que o ancora. (NETTO, 2011a, p.131).

¹⁶⁹ Silva (2010, p.175) aponta que [...] a economia ecológica defende políticas voltadas para a utilização mais eficiente dos recursos ambientais e o investimento em recursos renováveis e a implementação de medidas de prevenção e combate à poluição. Assim, a reciclagem dos resíduos sólidos constitui uma das estratégias fundamentais para enfrentar a escassez de recursos naturais.

A partir da análise documental, pode-se afirmar que a problemática socioambiental, ou melhor, a questão ambiental, é incorporada pela profissão através de dois blocos ídeo-políticos: a) **ecossocialista** . os que se baseiam no método materialista histórico e dialético e pautam a ruptura com a ordem do capital; b) **ecocapitalistas** . que se dividem em **ecodemocratas**, os que defendem a democracia como fundante na relação com a natureza, com ênfase na articulação entre ecologia e política¹⁷⁰; e os **ecoirracionistas** que responsabilizam a modernidade e o capitalismo industrial pelo atual estágio de degradação ambiental, em busca de uma %nova racionalidade+. Ainda afirmamos que a produção de conhecimento sobre a referida temática recorre às correntes teórico-metodológicas de base marxiana/marxista, positivista, fenomenológica e pós-moderna. Esse movimento ocorre tanto pela via do *rigor teórico* . desenvolvido pelas correntes crítica e (neo) conservadoras - como também a partir do *sincretismo* com a confluência dessas matrizes. Esta última dimensão torna-se característica predominante nos dados analisados.

3.3 . Análise bibliográfica da Revista Katálysis Ë edição Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais

Inicialmente, a análise bibliográfica se particulariza frente à análise documental quanto à densidade dos escritos, o trato de questões que se tornam limitadas nos documentos pela sua própria estrutura, como quantidade de páginas; diferentes critérios de seleção para publicação em um periódico e em anais de um encontro profissional, dentre outros quesitos.

A referida análise centrou-se em três (3) textos¹⁷¹, selecionados mediante critérios apresentados nos procedimentos metodológicos, da Revista Katálysis, cuja edição trata do objeto em estudo em questão: Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais. Os referidos textos tratam:

¹⁷⁰ No bojo dos ecodemocratas encontram-se as correntes do conservacionismo (desenvolvimento sustentável) e da justiça ambiental.

¹⁷¹ Seguem listados no apêndice C.

- Texto 01 . do modelo de gestão de cidades, com foco nos temas de pobreza e meio ambiente, difundido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na execução do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben), no município de Belém, no estado do Pará.
- Texto 02 . das reflexões acerca do desenvolvimento sustentável, a partir da crítica marxista.
- Texto 03 . da questão ambiental e a condição de pobreza, situando a questão social.

No que concerne ao *perfil da produção*, constatamos que a sistematização de conhecimento sobre a questão ambiental origina-se na região Norte do país¹⁷² e abarca os grupos temáticos: gestão pública do meio ambiente, com foco na avaliação de projetos e programas; e desenvolvimento sustentável e (in) sustentabilidade.

Quanto à dimensão ídeo-política, os textos se localizam nos blocos *ecossocialista* e *ecocapitalista (ecodemocracia)*. Teórica e metodologicamente, nos textos de número um (01) e dois (02) existe o aporte na teoria marxista, em contraposição às correntes positivista e fenomenológica que se embalam na presença do sincretismo científico, no caso do texto de número três (03).

O texto 01 tece críticas ao modelo de gestão de cidades propagado pelo BID, em especial, no Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben). Fundamentada na perspectiva marxista¹⁷³, a partir da categoria da ideologia, na referida produção há a comparação entre os objetivos do BID com os projetos aprovados na América Latina e no Caribe. Além de análise dos recursos destinados ao projeto em questão, que sob a aparência de diminuição da pobreza e atenção ao

¹⁷² O dado sobre a região geográfica só foi identificado no texto de número um (01), visto a ausência dessa informação nos demais textos.

¹⁷³ No texto 01, existe o apoio em Santos (2003) ao tratar da ideologia, entretanto o trabalho não deixa de se constituir sob o método de análise marxista. Para isso, ver COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In Cadernos ABES n: 4. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1991.

meio ambiente, o BID prioriza os setores de projetos de infraestrutura física da cidade e projetos econômicos+ (p. 21), podendo destacar que os maiores gastos foram orçados na urbanização, em especial, com a orla.

Em contraposição ao trato do BID sobre o meio ambiente, a autora do texto de número um (01) afirma que

O núcleo sobre meio ambiente é apontado nos resultados da pesquisa em último lugar [...]. Esse tema aparece enredado no discurso ideológico, no sentido de mitigação dos problemas ambientais e educação ambiental. A análise evidencia que é preciso educar ambientalmente os pobres que, aliás, são os culpados pela degradação ambiental (rios, acúmulo de lixo). Por isso, os projetos de educação ambiental ensinam os usuários a lidar com os novos equipamentos urbanos e a cuidar dos empreendimentos. (p. 28).

A mesma também destaca a necessidade de fundamentação teórica e metodológica para apreender as particularidades da atuação profissional do Serviço Social na área urbana, a fim de articular as demandas dos movimentos sociais pelo direito à cidade, conectando-se a projetos anticapitalistas+(ibid).

No texto 02, existe o desvelamento do ideário do desenvolvimento sustentável a partir da problematização do conceito por diversos autores e correntes teóricas, à luz da crítica marxista. O percurso analítico da produção em destaque também abarca o capitalismo e a destrutividade ambiental, bem como a incontornabilidade do sistema¹⁷⁴. Quanto à proposta de desenvolvimento sustentável aponta-se que

Os objetivos do capitalismo, metamorfoseado em verde e humanizado, seriam a tentativa de naturalizá-lo como único sistema econômico possível e minimizar as críticas de cunho social e ecológico contrárias a ele, além de explorar o *marketing* dos produtos, serviços e selos verdes da falácia da responsabilidade socioambiental, promovendo a lucratividade das empresas pela imagem. Pode-se afirmar que o modo de produção capitalista está gerando um conjunto de contradições ecológicas. No plano econômico, o capital transforma a poluição industrial e a rarefação de recursos em novos campos de acumulação e, no espaço político, transfere o peso das degradações para os países periféricos e para as classes subalternas. (p. 48).

¹⁷⁴ No texto 02 ocorre a mesma questão tratada na nota de rodapé anterior. Neste caso, há a exposição da crítica ao desenvolvimento sustentável formulada por Porto-Gonçalves.

Ainda complementa:

Enquanto o conceito de desenvolvimento sustentável propagado pela ONU/PNUD visa compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental, sem, contudo, referendar um projeto de superação do modo de produção hegemônico, por apostar que o capitalismo contém em si possibilidades de alcançar patamares mais humanizados e ecológicos; a crítica marxista problematiza contundentemente a alienação provocada pelas relações produtivas estabelecidas no capitalismo. Para ela, as soluções paliativas no tratamento das questões socioambientais constituem-se em estratégias de fortalecimento ao próprio capitalismo. (ibid)

Já o texto de número três (03) destoa das análises críticas embasadas pela tradição marxista e trata o desenvolvimento sustentável de forma acrítica e condizente com os preceitos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A questão ambiental é discutida a partir do aquecimento global¹⁷⁵ e como estratégia de enfrentamento chama a atenção para a compreensão e a tomada de consciência desta questão para formar resistências e, assim, inscrever na agenda política uma situação mais favorável à vida no planeta+(p. 70).

Ao mesmo tempo em que se discute a desigualdade social sob as formas da pobreza, pauperismo e exclusão, tomando como subsídio teórico o pensamento de Castel (1998)¹⁷⁶, se expõe uma das principais contradições do capital, a que socializa a produção da riqueza e individualiza sua apropriação, acumulação e consumo+(p. 72), além de trazer ao texto reflexões de Silva (2010) sobre a questão ambiental. A confluência desse conjunto de autores de tradições teóricas divergentes configura o chamado sincretismo científico.

Nesse sentido, nesta análise bibliográfica reiteram-se os apontamentos desenvolvidos na análise documental no tocante à presença do sincretismo, presente em alguns elementos dos quais se destacam: **1)** a individualização da questão ambiental, principalmente, quanto ao seu enfrentamento; **2)** ao se discutir a relação sociedade e natureza se realizam críticas ao modelo de desenvolvimento

¹⁷⁵ Referimo-nos à questão ambiental que aqui será abordada, especialmente, sob o enfoque do aquecimento global, que se apresenta nas mudanças climáticas, causando impactos em florestas, mares e rios, afetando a sobrevivência de qualquer manifestação da vida.+(p. 71).

¹⁷⁶ CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

vigente, quase sempre desvinculando-o das determinações do modo de produção capitalista; **3)** por fim, a utilização de *jargões* típicos da tradição marxista e da direção social hegemônica do Serviço Social, mas que sem reportar ao método materialista histórico e dialético para analisar a realidade recai na utilização de conceitos, na adequação destes à realidade¹⁷⁷. Cabe destacar, portanto, que a análise bibliográfica acaba por reafirmar alguns resultados obtidos na análise documental, em menor grau, devido ao quantitativo de textos abordados na análise bibliográfica.

3. 4. Tendências e desafios contemporâneos a partir da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental

A análise da produção de conhecimento de uma profissão requer o retorno à sua trajetória sociohistórica para apreender o significado atual de suas ações e as determinações que incidiram e ainda se fazem presentes na cultura profissional. Esse movimento possibilita situar as atuais tendências e desafios, bem como apontar o norte de passos futuros. Sendo assim, analisar as dimensões teórico-metodológica e ídeo-política da produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental permite apreender não só os embates sobre o referido tema, como também os dilemas postos aos (as) assistentes sociais.

As contradições que permeiam o Serviço Social tanto se encontram arraigadas na profissão como também na conjuntura contemporânea. A existência dos blocos ídeo-políticos na análise sobre a questão ambiental, com suas diversas influências teórico-metodológica suscita questões - para além do reconhecimento da pluralidade no interior da profissão - quanto ao enraizamento do sincretismo, em destaque o ideológico e científico, à formação profissional, etc..

¹⁷⁷ Isso se deve à própria apreensão do marxismo no Brasil e, posteriormente, na profissão. Esse processo foi marcado pela leitura de obras secundárias, influenciadas, principalmente, pelo reformismo da Segunda Internacional. Para isso, ver KONDER, Leandro. A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

As influências ideológicas conservadoras herdadas da formação do Serviço Social norte-americano e europeu (restaurador e modernizador) se articularam ao processo brasileiro de constituição da profissão e informam o sincretismo ideológico. Já as diversas correntes teóricas, como o positivismo, a fenomenologia, o campo pós-moderno e o marxismo funcionalista+ confluem nas sistematizações da prática profissional e reiteram o sincretismo científico.

Este último possui sua disseminação nas ciências sociais e é reintegrado ao Serviço Social, marcando a trajetória de sua inicial produção de conhecimento, que passa a se caracterizar pelo crivo científico, denominado por Netto (2011a) de *heteronômico*, porém essa condição tendeu a desaparecer, de acordo com a *escassa atenção à pesquisa e à investigação* (e as escassas predisposição e formação para tanto)+ Essa determinação inferiu na consolidação de um *sistema de saber de segundo grau*¹⁷⁸, obtido pela acumulação seletiva dos subsídios das ciências sociais conforme as necessidades da própria profissão+(ibid, p. 146).

[...] a construção de um sistema de saber de segundo grau à base de produtos de ciências sociais que, em suas relações recíprocas, registravam ampla assimetria . nos seus procedimentos teóricos, nos seus tratamentos técnicos e nas suas operações analíticas. O sistema de saber de segundo grau, compulsoriamente unificador, não podia revelar-se uma *síntese* . era necessariamente um *agregado*, tanto em função dos materiais que combinava quanto em razão das exigências profissionais (do Serviço Social) que o comandavam. Ergue-se, pois, um sistema de saber que, de segundo grau, é eminentemente *sincretístico* . e, na elaboração do saber, o sincretismo é a face visível do *ecletismo*; ou, se se quiser, o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do *seu* (de segundo grau) sistema de saber. (NETTO, 2011a, p. 147) [grifos do autor]

Sendo assim, existe dificuldade em estabelecer um rigor teórico na produção de conhecimento do Serviço Social, salvo exceções dos (as) assistentes sociais que se baseiam, de forma ortodoxa, no método materialista histórico e dialético¹⁷⁹. Essa multiplicidade, inclusive apreendida através da análise documental e bibliográfica

¹⁷⁸ Refere-se a um quadro de referência minimamente articulado e estável+ (ibid, p. 146).

¹⁷⁹ A ortodoxia ora levantada não se remete aos conceitos formulados por Marx, no século XIX, mas ao método de análise formulado por este, visto possibilitar a apreensão da realidade em tempos contemporâneos.

quanto à questão ambiental, pode ser desvelada e enfrentada¹⁸⁰, porém o sincretismo oriundo da prática profissional é irremediável, visto ser fruto do próprio cotidiano: %Em síntese: a ultrapassagem do sincretismo teórico [...] no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional.+ (NETTO, 2011a, p.150).

Atualmente, a profissão se depara com uma nova ofensiva no que concerne à formação profissional, que tende a intensificar o sincretismo e todo lastro conservador arraigado no Serviço Social: a *contrarreforma da educação superior*, com destaque para o avanço da modalidade de *ensino à distância* (EAD). Esse processo se caracteriza pela formação técnica e aligeirada voltada para o atendimento do mercado, contempla o acesso à educação sem levar em consideração a qualidade da formação.

O ensino superior à distância no país inicia em 2001, através da publicação da portaria nº 2253, pelo Ministério da Educação (MEC). A referida regulação autorizava as instituições de ensino superior o cumprimento de até 20% da carga horária de seus cursos presenciais pelo EAD (ABEPSS, 2011). Atualmente, o acesso ao ensino superior, na área de Serviço Social, mediado integralmente pelo EAD, corresponde a 30% do total de vagas ofertadas, concentradas em apenas 6 cursos no País [...]¹⁸¹ (IAMAMOTO, 2011, p. 439).

A tendência ao acelerado aumento da formação de assistentes sociais, oriundos do EAD, acarreta a precarização do trabalho, principalmente, pela condição

¹⁸⁰ O enfrentamento não significa a instituição do Serviço Social como ciência, mas o desenvolvimento de análises críticas, destoando do conservadorismo impregnado na profissão. Netto (2011a, p. 150) afirma que o passado mais recente, no qual houve um importante processo de renovação do Serviço Social, indicou que %a superação do sincretismo ideológico e teórico só é uma alternativa viável se, além de cortar com o seu travejamento original e tradicional, cancelar-se uma pretensão teórico-metodológica própria e autônoma.+

¹⁸¹ Salienta-se que esse dado corresponde ao ano de 2008. Passados sete anos, houve um aumento, conforme apontamentos de Iamamoto (2011, p. 440): %As quase 10 mil vagas efetivamente ofertadas e declaradas, permitem afirmar que, mantida essa oferta (o que é certamente uma projeção acanhada ante a tendência de expansão do EAD), em 2010, só o ensino de graduação à distâncias lançará no mercado, no mínimo, um contingente de 10 mil profissionais/ano.+ A atual mensuração de vagas torna-se um desafio visto a dinamicidade das instituições que operam o EAD no país.

salarial¹⁸². Além de aumentar o exército industrial de reserva, ou nas palavras de lamamoto (2011): *exercito assistencial de reserva*,

Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com o mundo do trabalho. A invisibilidade do trabalho e a naturalização das relações sociais . , travestidas na ótica da coesão social . , mostram-se como ingredientes ideológicos conservadores numa sociedade que prima pela reprodução acelerada das desigualdades de classes, e convive com permanentes ameaças de revoltas dos segmentos subalternizados. [grifos da autora] (ibid, p. 440)

Essa realidade incide diretamente na formação profissional, no caso do EAD se resume à transmissão de informações, mediadas por apostilas e tutoria no acompanhamento dos (as) estudantes, que em sua maioria não são assistentes sociais (ABEPSS, 2011). Nesse processo, está em jogo a formação dos (as) novos (as) assistentes sociais *versus* a lucratividade dessas empresas educacionais que, sob o ideário de oportunizar uma graduação a quem, geralmente, não ingressou no ensino superior público, elevam sua rentabilidade via mercantilização da educação¹⁸³.

A conjuntura em questão ameaça o projeto pedagógico em consonância com as diretrizes curriculares da ABEPSS, segundo o documento %Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social+¹⁸⁴. Este estudo compôs a campanha nacional em defesa da formação com qualidade, que adotou o slogan *Educação não é fast-food: diga não para a graduação à distância em Serviço Social*. A referida campanha teve sua veiculação proibida pela ofensiva dos grupos empresarias do EAD, a partir de medida judicial.

¹⁸² Apesar da lei nº 12.317/2010, que outorga a duração de trabalho do (a) assistente social para 30 (trinta) horas semanais ter sido um avanço, ela também traz contradições, principalmente, pela ausência do estabelecimento de um piso salarial. É vetada a redução de salário para os (as) assistentes sociais com contrato de trabalho, entretanto, houve um rebaixamento nas novas propostas salariais.

¹⁸³ As principais instituições que operam as vagas de Serviço Social, na modalidade de EAD, são: Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Universidade Tiradentes (UNIT) e Universidade Paranaense (UNIPAR). (IAMAMOTO, 2011).

¹⁸⁴ Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf>.

Não se trata da %demonização+do ensino à distância, mas de reconhecer que essa modalidade, inserida na contrarreforma da educação, traz sérios danos à atual constituição do Serviço Social brasileiro. Esse processo, somado à herança sincrética, se constitui como principal desafio à profissão, principalmente, no que concerne às dimensões teórico-metodológica e ídeo-política.

Esse percurso possibilita apreender alguns dos determinantes que informam a produção de conhecimento do Serviço Social e que também recai nos estudos sobre a questão ambiental. Para o presente, lamamoto (2011, p. 467) afirma:

O esforço está direcionado para preservar as conquistas já obtidas e materializá-las no exercício cotidiano, o que exige preencher um amplo campo de mediações entre as bases históricas, teórico-metodológicas e éticas acumuladas e o processamento do trabalho profissional nas condições incidentes no mercado de trabalho.

Não existe a materialização do projeto ético-político profissional em formato de livros ou teses, como também não existem fórmulas prontas para as mudanças almejadas. Os tempos não são dos melhores, mas pode-se afirmar que são tempos de oposição e luta contra: o conservadorismo e suas novas roupagens; as imposições da ordem do capital em suas interfaces econômica, política, social, ambiental e cultural; em suma, oposição à produção e reprodução do avassalador sistema capitalista.

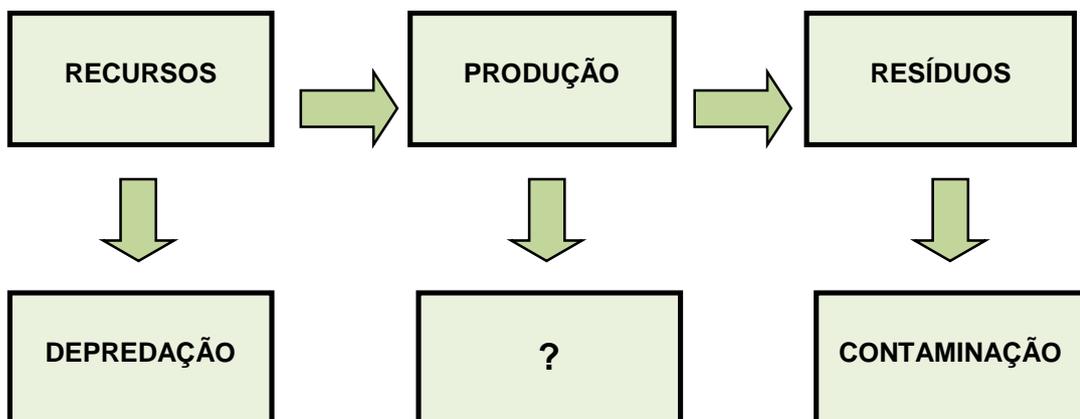
Diante disso, a esperança por uma sociedade sem exploração humana e da natureza é a utopia (possível) que move parte do coletivo dos (as) assistentes sociais e se alinha à direção sócio-política da profissão, configurando %a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero+(CFESS, 2011, p. 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a incorporação da problemática socioambiental pelo Serviço Social, a partir da identificação dos fundamentos teórico-metodológicos e ídeo-políticos que norteiam a produção de conhecimento neste incipiente campo de atuação e de pesquisa. A questão ambiental, elemento estruturante do objeto deste estudo, se insere na contraditória relação entre finitude dos recursos naturais e as necessidades de expansão da produção capitalista. Por isso, na contemporaneidade, esta contradição integra a crise estrutural do sistema capitalista e os limites intrínsecos dessa engrenagem.

O processo de transformação da natureza nas sociedades comunais e em sociedades pré-capitalistas toma outra dimensão na ordem do capital. Os recursos naturais tornam-se mercadorias tanto para atender às necessidades sociais criadas por essa forma de sociabilidade como para gerar mais lucros à burguesia, classe dominante. A apropriação privada da natureza e da força de trabalho constitui a força motriz do capitalismo.

Diante das expressões de destrutividade da natureza, o Estado, as empresas e o terceiro setor se articulam em âmbito mundial, a exemplo das conferências e da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). As discussões centram-se na elaboração de estratégias que viabilizem o crescimento econômico, incorporando alguns mecanismos de controle da destrutividade ambiental. Diante disso, no trato da questão ambiental, as relações sociais são isoladas do processo de produção em prol das relações técnicas, conforme fluxograma abaixo:



O esquema elucidativo¹⁸⁵ apresentado expõe o processo que se concentra na extração dos recursos, na produção destes em mercadorias e a consequente utilização e transformação destas em resíduos. Porém, os ideólogos do capitalismo retratam apenas a depredação dos recursos, instituída pelo homem (tomado de forma genérica) e as contaminações resultantes de uma destinação inadequada dos resíduos. A lacuna referente ao modo de produção é intencional, visto que a sua problematização desvelaria a raiz da questão ambiental. Essa é a lógica predominante dos encontros organizados pelo PNUMA e das ações institucionais movidas pela ideologia ecocapitalista.

Nesse processo, é requerida a intervenção de diversos profissionais, no intuito do desenvolvimento de estudos e pesquisas, ações educativas e medidas técnicas, que em certa medida, tendem a ~~am~~ amenizar os efeitos danosos causados pela lógica predatória do sistema. O Serviço Social se constitui em uma profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho e, por isso, também se encontra no bojo das profissões que atuam na questão ambiental.

Ao longo dos últimos quinze anos, conta-se com uma ínfima, porém crescente, produção de conhecimento da profissão sobre a problemática socioambiental. Estudos anteriores, como a monografia de Carnevale (2009) e a dissertação de Rafael (2008), trouxeram apontamentos instigantes, no sentido de desvelar a natureza desta produção. No entanto, assim como empiricamente se tem observado um aumento das demandas por assistentes sociais para intervir nesta problemática, de igual maneira vem crescendo o esforço intelectual da categoria no sentido de produzir reflexões e conhecimentos sobre este campo de atuação. Daí a necessidade de sistematizar a produção atual da categoria, a fim de trazer novos elementos para pensar os rumos que vem sendo adotados na conformação da cultura profissional.

Nesse sentido, a realidade analisada e sistematizada nesta pesquisa, a produção de conhecimento do Serviço Social sobre a questão ambiental, a partir da dos documentos do XII e XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço

¹⁸⁵ O fluxograma foi elaborado conforme anotações da apresentação de Guillermo Foladori durante III Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável (SINTDS), que ocorreu na UFPE, cidade de Recife, em 2013.

Social (ENPESS) e três (03) textos da Revista Katálysis (edição Relações Sociais, Desenvolvimento e Questões Ambientais), nos mostrou que:

- A produção de conhecimento se origina, predominantemente, nas regiões Nordeste e Norte, com destaque para o estado do Amazonas que concentra o maior volume de trabalhos. Esse dado vincula-se à existência de conflitos socioambientais nessas regiões, como também, à consolidação da formação profissional do Serviço Social voltada a essa temática.
- A área de atuação (intervenção e pesquisa) do (a) assistente social acerca da questão ambiental insere-se em sete (07) grupos temáticos, embora estes mantenham interfaces, são eles: gestão pública do meio ambiente; educação ambiental; saúde e sustentabilidade socioambiental; desenvolvimento sustentável e (in) sustentabilidade; conflitos e justiça ambiental; infância e meio ambiente; e organização política, participação social e meio ambiente.
- Identificamos também a atuação dos (as) assistentes sociais em projetos de extensão universitária, em estágios curriculares e trabalhos que resultam de pesquisas, principalmente de profissionais vinculados a grupos acadêmicos, mas não exclusivamente, como os resultados de monografias, dissertações e teses. Contou-se também com a atuação, mesmo que reduzida, voltada à responsabilidade socioambiental das empresas.
- A problemática socioambiental, ou melhor, a questão ambiental, é incorporada pela profissão através de dois blocos ídeo-políticos: a) **ecossocialista** . os que se baseiam no método materialista histórico e dialético e pautam a ruptura com a ordem do capital; b) **ecocapitalistas** . que se dividem em **ecodemocratas**, os que defendem a democracia como fundante na relação com a natureza, com ênfase na articulação entre ecologia e política; e os **ecoirracionistas** que responsabilizam a modernidade, o capitalismo industrial e a forma de se produzir ciência pelo atual estágio de degradação ambiental e se colocam em busca de uma nova racionalidade+.
- A produção de conhecimento sobre a referida temática recorre às correntes teórico-metodológicas de base marxiana/marxista, positivista, fenomenológica e pós-moderna. Neste sentido, é possível identificar um esforço em torno do

desenvolvimento de trabalhos cunhados em um *rigor teórico* . desenvolvido pelas correntes crítica e pelas (neo) conservadoras (de traços positivista, fenomenológico e pós-moderno), como também do *sincretismo* com a confluência dessas matrizes. Esta última dimensão torna-se característica predominante nos dados analisados.

Os blocos ídeo-políticos que polarizam a produção de conhecimento da profissão estão relacionados, intrinsecamente, à sociedade de classes. Além disso, os (as) assistentes sociais se deparam com a contraditória relação entre as demandas institucionais e profissionais, o que impõe limites à sua autonomia. Quando não problematizadas, as demandas institucionais tomam a direção sócio-política da atuação profissional. Atrelada a esta medular questão, tem-se a influência do sincretismo ideológico e científico¹⁸⁶.

A herança ideológica do Serviço Social norte-americano e europeu, somada às particularidades da formação sociohistórica brasileira . conservadorismo com traços coloniais . constituem a diversidade que se reflete no Serviço Social brasileiro, incluindo a própria influência dos marxismos. Teoricamente, podemos denominar essa configuração de *colcha de retalhos*.

Conjuntamente, essa dinâmica se acirra pela precarização da educação, com destaque para o ensino superior: nas instituições públicas existem lacunas, intensificadas pela massificação em descompasso com a qualidade do ensino, bem como na tríade universitária (ensino . pesquisa . extensão); no ensino privado, tem-se a disputa entre as modalidades de ensino presencial e à distância. Esta última é caracterizada pelo ensino através de apostilas e fórmulas decorativas de banca de concursos sobre políticas sociais. Dessa forma, o Serviço Social incorre na tecnificação e precarização de sua formação profissional.

Diante disso, eis os desafios postos à profissão:

- 1) *Consolidar uma formação profissional fundamentada no arcabouço marxiano*, que possibilite a apreensão da essência da realidade, fundamentada no rigor

¹⁸⁶ Existe um ecletismo nas próprias políticas sociais, espaço de atuação dos (as) assistentes sociais, a exemplo dos conceitos de risco e vulnerabilidade social, que fundamentam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

teórico-metodológico, a fim de evitar o empobrecimento do método ou nas palavras de Quiroga (1991), os *marxismos sem Marx*,

- 2) *Dar continuidade às investigações sobre a produção de conhecimento da profissão*, com destaque para realidade socioambiental, a fim de qualificar a atuação profissional;
- 3) A partir da apreensão do método marxiano, *tratar teoricamente as inúmeras correntes que permeiam a produção de conhecimento da profissão sobre a questão ambiental*, apontando suas matrizes e desvelando as distintas contribuições ao debate;
- 4) *Desvelar os artifícios propagados pelo sincretismo científico e pela pós-modernidade (neoconservadorismo)*. Tonet (1995, p.14) a denomina como *pluralismo metodológico* e apresenta como um falso caminho, tendo em vista que não deixa de ser uma forma de relativismo e de ecletismo, uma vez que seu fundamento está na subjetividade e não na objetividade [...] ele expressa e contribui para fomentar o extravio da razão+. Nesse sentido, corroboramos com o autor: esse ideário burguês deve ser combatido sem tréguas, sem conciliação, sem meias medidas+(ibid).

Sendo assim, os (as) profissionais do Serviço Social devem atuar nas contradições e desafios suscitados ao longo deste trabalho, encontrando nestes as possibilidades de mudanças. Devem estabelecer o desnudamento e oposição à sociedade que preconiza *a exploração da força de trabalho, a anarquia da produção, a obsolescência programada e a destrutividade ambiental*. Ressalta-se, por fim, a fundamental necessidade de acúmulo de forças, com a articulação aos movimentos sociais e outras categorias profissionais que lutam por uma sociedade sem exploração de classe, gênero e etnia, estando em consonância com os princípios que norteiam o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*. Brasília, 2012a. Disponível em < <http://abepss.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2012/07/1-A-ABEPSS-e-o-Fortalecimento-da-Pesquisa.pdf>>.

_____. *Ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social*. Revista Temporalis, Vitória, v.2, nº 24, 2012b. Disponível em:< <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4088/3274>>.

_____. *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social*. 2ª ed. Brasília: ABEPSS, 2011.

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos Avançados, São Paulo, vol.24, n.68, 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>.

_____. *Justiça ambiental . ação coletiva e estratégias argumentativas*. In: ACSELRAD, Henri et al. (Org.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGUAYO, Inmaculada H.; GARCÍA, Luis Miguel R. *O meio ambiente como fator de desenvolvimento: uma perspectiva a partir do Serviço Social*. In GÓMEZ, J.; AGUADO, O.; PÉREZ, A. (Org.). *Serviço Social e meio ambiente*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 14º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Nailsa M. Souza; SILVA, Maria das Graças. *Economia verde: a nova ofensiva ideológica do eco-capitalismo*. Temporalis, Vitória, v. 2, nº 24, 2012. Disponível em: < <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3128/3289>>.

BOITO Jr., Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. In: Fórum Econômico da FGV. São Paulo, 2012.

CARNEVALE, Barbara L. *O tratamento dado pela categoria profissional à Questão Ambiental: um estudo dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais*. (Monografia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. A questão ambiental nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. ABEPSS, 13., 2012, Juiz de Fora. *Anais Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão*. Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

CARVALHO, Edmilson. *A totalidade como categoria central na dialética marxista*. Revista Outubro, São Paulo, n.15, 2007. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-06.pdf>>.

CARVALHO, Denise Bomtempo; SILVA E SILVA, Maria Ozanira (Orgs). *Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética do/a assistente social e Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 9º ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011.

COELHO, Marilene. *Imediaticidade* . na prática profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, Ronaldo. *Crise Ambiental e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização o capitalismo selvagem*. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 19, nº 2, jul-dez 2009, p. 21-36.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001. Disponível em: <<http://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/diegues-o-mito-moderno-da-natureza-intocada.pdf>>.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FLORESTAN, Fernandes. *Democracia e socialismo*. Revista Crítica Marxista, São Paulo, nº 3, 1996. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo153_Florestan.pdf>.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FOLADORI, Guillermo. *O metabolismo com a natureza*. Revista Crítica Marxista, São Paulo, nº 12, 2001. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf>.

_____. *A reedição capitalista das crises ambientais*. Revista *Outubro*, São Paulo, n.17, 2008. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/17/Artigo_07.pdf>.

_____. *Na busca de uma racionalidade ambiental*. Ambiente & Sociedade - Ano III - No 6/7 - 1º Semestre de 2000/2º Semestre de 2000. P. 169 . 173.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A interdisciplinaridade como necessidade e problema nas ciências sociais*. Revista do Centro de Educação e Letras. Unioeste, Campus Foz do Iguaçu, v.10 . nº 1 . p.41 . 62. 1º sem. 2008.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GÓMEZ, J. André et al. *Serviço Social e Meio Ambiente*. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 2009.

GORENDER, Jacob. *Apresentação de O capital: crítica da economia política*. Vol.1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Volume I. Lisboa: Estampa, 1974.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUERRA, Yolanda A. D. *Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares*. Revista Katálysis, Florianópolis, vol.16, n.esp., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802013000300004/24836>>.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável . Brasil, 2015*. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS . INPE. *O futuro que queremos: cartilha ilustrada sobre Economia verde, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza*. São Paulo, 2012.

KOUZMINOV, I. *O capitalismo monopolista de Estado*. Problemas nº 12, 1948. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/12/capitalismo.htm>.

LARA, Ricardo. *Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa das ciências sociais à perspectiva ontológica*. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802007000300008/3915>>.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lucia Mathilde E. Orth. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In PHILIPPI JR, Arlindo et al (Org.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus, 2000.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento*. 5ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 125).

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. *O capital*. Vol. III. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. *Glosas críticas marginais ao artigo %D rei da Prússia e a reforma social+de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

_____. Salário, preço e lucro. In *Manuscrítos econômicós-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978a (Coleção Os Pensadores).

_____. Para a crítica da economia política. In *Manuscrítos econômicós-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978b (Coleção Os Pensadores).

_____. O rendimento e suas fontes . A economia vulgar. In *Manuscrítos econômicós-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978c (Coleção Os Pensadores).

_____. Manuscrítos econômicós-filosóficos (Terceiro Manuscríto). In *Manuscrítos econômicós-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978d (Coleção Os Pensadores).

_____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Merleau-Ponty, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Revista Outubro, São Paulo, n. 4, 2008. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf>.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. *A pós-graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.108, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n108/a11n108.pdf>>.

_____ ; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.5).

MOTA, Ana Elizabete. *Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista*. In *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009, p. 51 - 67.

NAÇÕES UNIDAS. *Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um Futuro Digno de Escolha*. Nova York, 2012. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/docs/gsp-integra.pdf>>.

NETTO, José Paulo. *Crise do capital e consequências societárias*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a02.pdf>>.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. *Posfácio de O estruturalismo e a miséria da razão* In COUTINHO, Carlos Nelson. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 234 . 286.

_____. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64*. 14º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ ; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

PAVÃO, Ana Maria B. *O Princípio de Autodeterminação no Serviço Social: Visão Fenomenológica*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

PEREIRA, Maria Eliza M.; GIOIA, Sílvia Catarina. *Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição*. In ANDERY, Maria Amália P. A. (et al). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PERUZZO, Juliane Feix. *Arranjo Produtivo Local e Inovações Tecnológicas*. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, Recife, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*. Síntese para Tomadores de Decisão. 2011. Disponível em: <<http://www.unep.org/greeneconomy>>.

QUIROGA, Consuelo. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

RAFAEL, Paula R. Bezerra. *A Questão ambiental e o trabalho das assistentes sociais nos programas socioambientais das empresas*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANO, Hironobu; FILHO, Mário J. F. M. *As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas*. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, ano 11, nº 22, p. 35 . 61, jan./abr. 2013.

SANTOS, Ana C. do Nascimento. *A relação homem/natureza: a destruição da natureza na sociabilidade capitalista*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 132).

_____; ARAÚJO, Nailsa M. Souza. O Serviço Social e a Gestão Pública do Meio Ambiente. In ARAÚJO, N.; SANTOS, J.; SILVA, M. (Org.). *Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na Gestão Pública do Meio Ambiente*. Sergipe: UFS, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Maria das Graças e. *Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Sustentabilidade Ambiental e (in) Sustentabilidade Social. In MOTA, Ana Elizabete. *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução de desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; ARAÚJO, Nailsa M. Souza; SANTOS, Josiane S. *Consumo Consciente*: o ecocapitalismo como ideologia. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 15, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a10v15n1.pdf>>.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: um falso caminho. In *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, 2007. Disponível em <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf>.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed. (reimpressão). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A É DOCUMENTOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XII ENPESS (2010), NO EIXO QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL, COM ÊNFASE NA QUESTÃO AMBIENTAL

Nº	Título
1	A prática do assistente social em projetos socioambientais: uma experiência de Extensão Universitária junto aos moradores da Travessa dos Palmares, Cruz das Armas - João pessoa - PB
2	A teoria marxista na análise da degradação ambiental
3	A trajetória histórica da dimensão socioeducativa do Serviço Social e a inserção em um novo campo de atuação: o meio ambiente
4	Desenvolvimento e a Questão Ambiental: a vivência de estudantes do Serviço Social em comunidades impactadas por alguns empreendimentos do PAC no município de São Gonçalo do Amarante . CE.
5	Desenvolvimento Sustentável e desenvolvimento como liberdade . faces imperativas da acumulação capitalista.
6	Meio ambiente, urbanização e políticas públicas: uma análise das questões sócio-ambientais no espaço urbano
7	O Programa Bolsa Floresta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã no Amazonas
8	Os Conselhos de Meio Ambiente: algumas considerações
9	Políticas públicas ambientais na Amazônia?
10	Politização da questão ambiental no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil . MST
11	Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE): avaliação de impactos sociais na temática meio ambiente
12	Questão Ambiental: análises sobre o lixo das alegorias produzido no festival folclórico de Parintins

13	Responsabilidade Socioambiental no setor sucroalcooleiro de Alagoas: um espaço de atuação do assistente social
14	Sustentabilidade e inclusão social: estudo sobre programas e/ou projetos implementados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas . SDS
15	Sustentabilidade na Amazônia: um olhar sobre o Programa Luz para Todos e seus impactos nas condições de vida da população local

APÊNDICE B É DOCUMENTOS PUBLICADOS NOS ANAIS DO XIII ENPESS (2012), NO EIXO QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL, COM ÊNFASE NA QUESTÃO AMBIENTAL

Nº	Título
16	A Amazônia e o discurso do desenvolvimento sustentável
17	A %Questão Ambiental+ sob a ótica dos dirigentes sindicais de Aracaju
18	A questão socioambiental na organização sociopolítica e cultural das comunidades ribeirinhas na Amazônia
19	As contradições do desenvolvimento sustentável na agroindústria canavieira de Ceará Mirim/RN
20	As possibilidades de atuação do assistente social no âmbito das questões ambiental
21	Crise socioambiental no marco da produção destrutiva: o litoral nordestino em cena
22	Depredação ambiental, danos na saúde dos trabalhadores provocados pela indústria de mineração
23	Educação ambiental e o fortalecimento da organização social: reflexões da intervenção de estágio no PEAC
24	Educação ambiental para as cidades amazônicas: reflexões para o Serviço Social

25	Globalização e propriedade intelectual: a Proteção do Conhecimento Tradicional e Desafios da Sustentabilidade na Amazônia
26	Infância e meio ambiente no espaço urbano da Amazônia
27	Notas sobre a trajetória das políticas públicas de saúde e sustentabilidade socioambiental em Manaus
28	O paradigma da sustentabilidade, a luz do capital, e a (in) sustentabilidade socioambiental no capital
29	O processo de produção e reprodução do capital e seus impactos no meio ambiente . um estudo de caso da Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)
30	Políticas públicas de saúde e sustentabilidade socioambiental: novos desafios para a construção de uma saúde ampliada.
31	Programa Bolsa Floresta e a inserção dos moradores da Reserva Extrativista Catuá - Ipixuna . AM
32	Questão Ambiental, desastres e interdisciplinaridade
33	Questão Social e a sustentabilidade no Amazonas: elementos a para cidadania socioambiental
34	Reflexão-Ação-Reflexão: educação ambiental na Escola Estadual Tiradentes em Manaus
35	Saúde ambiental e as condições de vida das pessoas trabalhadoras na Mata Sul de Pernambuco
36	Saúde ambiental e Serviço Social: o caso da Charneca, Cabo de Santo Agostinho . Pernambuco
37	Serviço Social e educação ambiental: reflexões sobre o processo de Assessoria no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras . PEAC.
38	Serviço Social e meio ambiente: experiência de educação ambiental com crianças atendidas pelo CRAS - Bom Jesus/RN.
39	A carcinicultura no Rio Grande do Norte: uma análise dos impactos socioambientais nas condições de vida dos/as trabalhadores/as do mar+

40	A concepção de educação ambiental dos docentes da Universidade Federal de Sergipe
41	A Questão Ambiental nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais

APÊNDICE C É TEXTOS PUBLICADOS NO PERIÓDICO KATÁLYSIS (2012), COM ÊNFASE NA QUESTÃO AMBIENTAL

Nº	Título
1	Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará
2	A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável
3	A questão ambiental e a condição da pobreza

APÊNDICE D É Quadro de análise documental e bibliográfica

Título do trabalho	Conceito e/ou categoria empregada	Estratégia de enfrentamento à degradação ambiental	Principais referências bibliográficas	Perfil da produção	Possíveis observações
Documento 01					
Documento 02					